

CAMINHOS DO CAMPO: PERCEPÇÕES DAS COMUNIDADES LOCAIS

CAMINHOS DO CAMPO

Percepções das comunidades locais



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO





Foto: Raphael Segatto

Município de Domingos Martins
Rio Jucu Braço Sul

**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Paulo César Hartung Gomes

VICE-GOVERNADORIA

César Colnago

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO - SEP

Regis Mattos Teixeira

**SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO,
AQUICULTURA E PESCA DO ESPÍRITO SANTO - SEAG**

Octaciano Neto

**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - SECTI**

Vanderson Alonso Leite

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR

Nerleo Caus de Souza

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN

Gabriela Lacerda

**FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO
DO ESPÍRITO SANTO - FAPES**

Jose Antonio Bof Buffon

COORDENAÇÃO GERAL

DIRETORA PRESIDENTE - IJSN
Gabriela Lacerda

DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - IJSN
Andréa Figueiredo Nascimento

DIRETORA DE ESTUDOS E PESQUISAS - IJSN
Ana Carolina Giuberti

COORDENADOR DE GEOESPACIALIZAÇÃO - IJSN
Pablo Medeiros Jabor

AGRADECIMENTO INSTITUCIONAL

Andrezza Rosalém Vieira

SECRETÁRIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SETADES

EQUIPE TÉCNICA

Andrezza Tovar (IJSN)
Antonio Ricardo F. Rocha (IJSN)
Carlos Eugênio Alves (IJSN)
Edna Tresinari (IJSN)
Jairo Silva Rosa (IJSN)
Livia Tulli (IJSN)
Magnus William de Castro (IJSN)
Nathalia Bonadiman (IJSN)
Nilcemar A. Cabral Júnior (IJSN)
Pablo Lira (IJSN)
Paula Rubia (IJSN)
Rubyana dos Santos Vieira (IJSN)
Carla Rezende Bastos (Setur)

Danielli N. Alves da Silva (Setur)
Igor Gonçalves Calhau (Setur)
João Vitor Silveira Passos (Setur)
Rafael Granvilla Oliveira (Setur)
Renata Vidon (Setur)
Roberta Ponso Vaccari (Setur)
Simone Modolo (Setur)
Tatiana Oliari Negris (Setur)
Valentim Perozini Junior (Setur)
Vera Lúcia Tamara Ribeiro (Setur)

Apoio e Gestão

Igor Paraíso Demuner
Jenifer Cristina Nunes
Kênia dos Santos Alvarenga

Rosangela Maioli Langa

Fotógrafos

Douglas Bonella
Marcos Azeredo
Micaelly Rupf
Raphael Segatto

Campo

Gabriel Miranda
Juliana Kaoro Mori
Livia Kalil
Murilo Spala
Ricardo Brezinski
Talles Gomes

Tuani Augusto
Vinicius Gama

Historiadora

Catarina Contipelli

Foto de capa

Micaelly Rupf

Projeto gráfico

Simone Patrocínio

Impressão

Grafitusa
1.000 exemplares

CAMINHOS DO CAMPO

Percepções das comunidades locais

Pesquisa realizada pelo Instituto Jones Santos Neves
em trechos do Programa Caminhos do Campo



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**



SU- MIA- RIO

Foto: Douglas Bonella



CAMINHOS DE PROSPERIDADE

Em 2004, durante nossa primeira gestão à frente do Executivo Estadual, demos os primeiros passos de uma iniciativa que pavimentaria novos rumos para o Interior das terras capixabas. Trata-se do Programa Caminhos do Campo, que, ao final de 2016, já somava mais de mil quilômetros de estradas rurais pavimentadas, em 124 trechos, alcançando todas as microrregiões do Estado.

O principal objetivo do Caminhos do Campo é melhorar o acesso e a mobilidade das áreas rurais, adequando e revestindo estradas. Mas esse objetivo central multiplica-se em inúmeros benefícios às comunidades locais. A partir de um mesmo caminho renovado, vários horizontes se abrem e/ou se reinventam.

A agricultura familiar, por exemplo, ganha com a diminuição de desperdícios de perecíveis e a redução de custos de produção e comercialização. O agroturismo floresceu ao se viabilizarem novas rotas a cenários antes restritos aos vizinhos de verdadeiros achados da beleza espírito-santense. O acesso a serviços de educação e saúde ganhou segurança nos deslocamentos e melhores condições de fluxo cotidiano.

E essas melhorias, dentre muitas outras, podem ser descritas em números, conforme apurou a pesquisa que sustenta esta publicação, elaborada pelo Instituto Jones dos Santos Neves, com participação das secretarias da Agricultura, responsável pelo Caminhos do Campo, Economia e Planejamento, Ciência e Tecnologia, e Turismo.

A mobilidade como um todo “melhorou muito” para 79% dos moradores de todas as microrregiões do Estado, percepção positiva que chega a 90% em alguns locais. Também por todo o território capixaba, 73% dos entrevistados registraram valorização de seus imóveis a partir das conexões do Caminhos do Campo. Acerca do aumento do fluxo de turistas, em torno de 50% relataram o aumento do fluxo de visitantes, percentual que chega a 70% em algumas regiões.

Enfim, o Programa Caminhos do Campo abriu novas fronteiras de oportunidades e de geração de prosperidade às comunidade atendidas, com ganhos à economia e à qualidade de vida não apenas às áreas rurais, mas para todos os capixabas. Afinal, os caminhos que fomentam e viabilizam uma existência mais justa, sustentável e inclusiva no Interior são também caminhos que ajudam o Espírito Santo como um todo a avançar rumo a um futuro diferente e melhor para todos, no campo e nas cidades.

Paulo Hartung
Governador do Estado do Espírito Santo
(2003-2010/2015-2018)

Foto: Marcos Azeredo



Lançado no primeiro mandato do governador Paulo Hartung à frente do Governo do Estado, o Programa Caminhos do Campo mudou a realidade do homem do campo. A partir dos anos 2000 a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Agricultura e Pesca (Seag) ganhava um novo papel. Voltado principalmente para desenvolver políticas agrícolas, passou a ter uma função importante no planejamento e execução de obras para melhorar a infraestrutura para o homem do campo e a vida nas áreas rurais do Espírito Santo.

O Programa teve início em 2003 após uma visita do governador Paulo Hartung e do então secretário da Agricultura, Ricardo Ferraço, à região do Veneto, na Itália, para conhecer o modelo de pavimentação das estradas rurais naquele País e que serviu de modelo para a implantação do Caminhos do Campo no Espírito Santo.

Desde então, foram mais de 1.000 quilômetros de estradas rurais e municipais pavimentadas em todo o Estado. Isso representa a distância, por exemplo, de Vitória até Salvador (BA), ou mais do que a distância da nossa capital até São Paulo (SP). São estradas adequadas ao fluxo, revestidas de asfalto e sinalizadas facilitando o deslocamento da população e o escoamento da produção agrícola, em especial da agricultura familiar que representa 79% dos estabelecimentos rurais do Espírito Santo, segundo o último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o produtor rural o Caminhos do Campo representa não só mais conforto e segurança no deslocamento como também redução no custo do transporte da produção e queda nas perdas de produtos perecíveis, que podem ser escoados com mais facilidade e agilidade.

Outro fator importante foi o desenvolvimento do agroturismo, com hotéis, pousadas e restaurantes, e da agroindústria. As estradas pavimentadas atraem mais turistas para as áreas rurais do Espírito Santo e geram novas oportunidades e renda.

Com relação à construção, o Programa representa o menor custo por quilômetro do País, utiliza os materiais naturais existentes na região, respeita ao máximo o traçado original, aliando a utilização de tecnologias de última geração para o tráfego característico das estradas rurais.

Nos quase 15 anos desde o início, o Programa Caminhos do Campo levou desenvolvimento e oportunidade a população rural. É um exemplo de política pública que deu certo, como veremos neste projeto — que contou com a parceria da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), o Instituto Jones dos Santos Neves e a Secretaria de Estado de Turismo — e que continuará nos próximos anos sendo um instrumento importante no dia a dia dos nossos agricultores.

Octaciano Neto
secretário de Estado da Agricultura

Foto: Raphael Segatto



NOVOS CAMINHOS

O Caminhos do Campo é agregador à atividade rural, desde o início dos processos de produção até o escoamento ou venda no próprio estabelecimento. O fácil acesso permite o maior desenvolvimento das regiões rurais, assim como a exploração de novas atividades que gerem renda aos moradores.

A pluralidade do destino turístico “Espírito Santo” permite explorar diversas possibilidades no setor em todo o território capixaba, seja nos centros urbanos ou nas zonas rurais. No campo, é cada vez maior a procura por atividades que permitam a aproximação ao dia-a-dia da vida rural e a natureza.

O turismo rural, o ecoturismo e o agroturismo são segmentos de destaque no Espírito Santo, devido a sua geografia, cultura e belezas naturais. Desta forma, atuar no turismo é fonte de renda para produtores rurais que criaram estruturas para receber turistas em suas propriedades, além dos que trabalham com os atrativos naturais de cada região.

No elo entre campo e cidade, o Projeto Caminhos do Campo possibilita a integração e a valorização dessas atividades, melhorando o acesso a diversos lugares e, assim, trabalha com a retenção geográfica ao redor, levando um impacto positivo no avanço do turismo rural capixaba.

O Projeto facilita convívio com a cultura local e o deslocamento do turista e visitante até regiões e pontos turísticos que ficam no interior do Estado. Desta forma, gerando demanda e atraindo novos investimentos e desenvolvimento para o setor. O turismo capixaba ganhou um grande aliado para seu crescimento: novos caminhos.

Nerleto Caus de Souza
Secretário de Estado de Turismo

Foto: Douglas Bonella





CAMINHOS DO CAMPO: O PROGRAMA

Caminhos do Campo é um programa de pavimentação de estradas rurais e municipais, desenvolvido pela Secretaria de Estado, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG).

O objetivo do programa é adequar e pavimentar as estradas rurais do Estado, oferecendo às áreas com maior densidade da agricultura familiar uma melhor trafegabilidade para os veículos que realizam o escoamento da produção, redução de custos e perdas de produtos perecíveis, além de facilitar a mobilidade da comunidade, especialmente a rural, e também desenvolver o agroturismo. As estradas estando pavimentadas atraem mais turistas para as áreas rurais, gerando novas oportunidades de renda por meio de agroindústrias, pousadas, restaurantes e artesanato rural. Em suma, ao melhorar a infraestrutura rural, também há avanços na qualidade de vida da população residente no campo.

Foto: Micaelly Rupf



A IMPORTÂNCIA DO TURISMO E DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ES

A agricultura familiar, presente em quase todos os municípios capixabas, possui grande importância para o estado e para o país. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar representa: 80% dos estabelecimentos rurais, 34% da área dos estabelecimentos, 45% do valor bruto da produção agropecuária e 64% do pessoal ocupado na agricultura do estado.

Os agricultores familiares produzem grande parte dos alimentos que abastecem o mercado nacional e capixaba (milho, feijão, verduras, frutas, etc). Outros produtos ajudam a trazer divisas via exportação. O café, por exemplo, é exportado para diversos países e respondeu por 3,8% do valor das exportações capixabas em 2016. Segundo o INCAPER (Circular Técnica nº 03-I, 2012), o café conilon, variedade mais plantada no estado abrangendo cerca de 40 mil propriedades, apresenta grande participação na agricultura familiar.

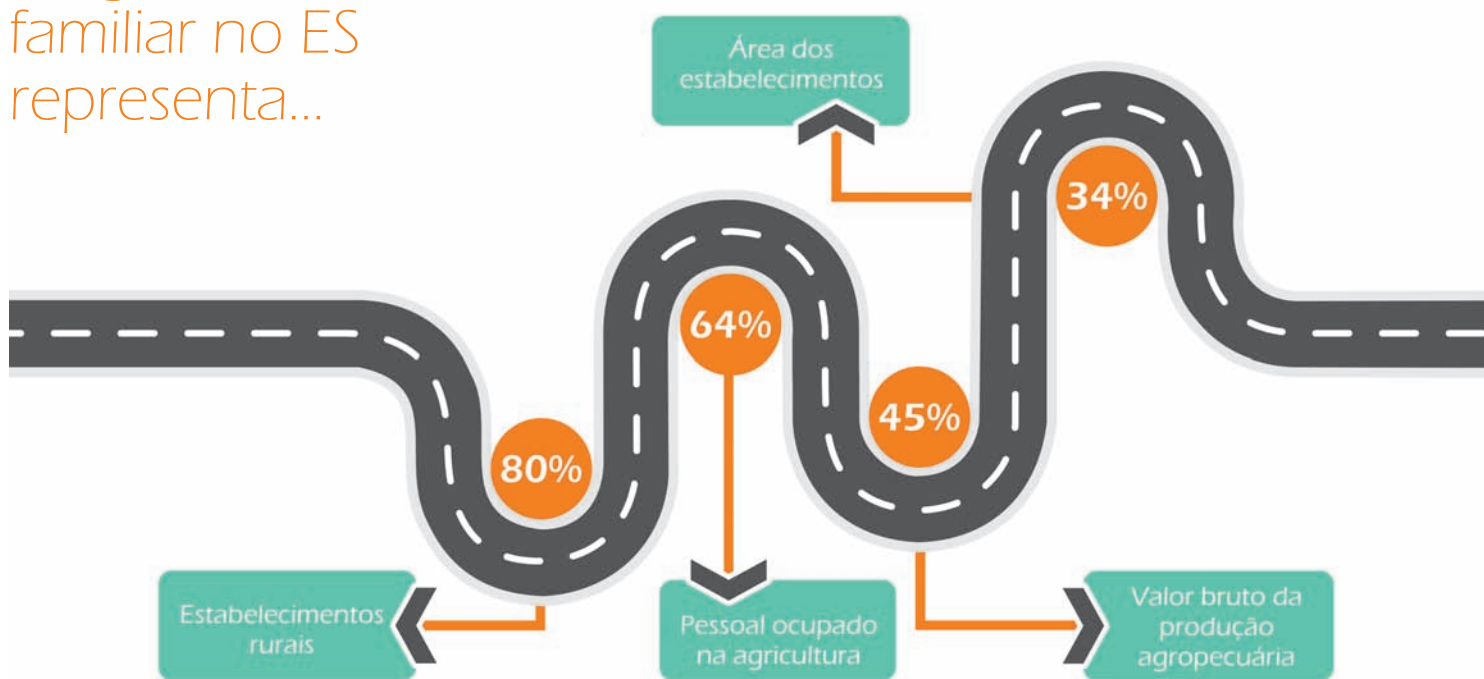
Sendo intensiva na utilização de mão de obra, a agricultura familiar emprega muitos trabalhadores da zona rural do estado, ajudando assim a manter o homem no campo. Certamente, as políticas públicas devem ir ao encontro das necessidades desse segmento, seja via financiamentos para compra de máquinas, equipamentos e sementes de melhor qualidade, que possibilitem aumentar a produtividade das lavouras, ou contemplando outros aspectos, como por exemplo, os meios de comunicação. Nesse interim, o programa caminhos do campo se encaixa perfeitamente,

Os agricultores familiares produzem grande parte dos alimentos que abastecem o mercado nacional e capixaba.

ao facilitar o escoamento da produção dessas propriedades rumo aos mercados consumidores, além de facilitar o acesso de turistas a essas propriedades.

Baseada na diversificação da produção de diferentes produtos (pecuária, café, fruticultura, etc), a agricultura familiar é também uma alternativa para aumento de renda. A produção com maior qualidade e com maior valor agregado facilita a comercialização dos produtos que antes não tinham mercado e ajudam a desenvolver a economia das famílias, gerando novos empregos nos municípios. A preocupação com a alimentação saudável também ajuda a explicar a grande procura por produtos que utilizam na sua cadeia de produção menos agrotóxicos.

A agricultura familiar no ES representa...



O turismo rural é outro segmento que vem crescendo bastante no estado. Com grande interface com a agricultura familiar, o turismo rural, ganha destaque ao trazer opções de consumo de produtos diferenciados (artesanais) ou mesmo como opção de lazer para passar o dia ou o final de semana.

Muitos condomínios residenciais vão surgindo no interior, principalmente nas regiões próximas ao asfalto. Investimentos em hotéis são outro exemplo de mudanças que vem ocorrendo em direção ao interior. O clima e a calma da zona rural servem como momentos de descanso para a agitação vivida nas áreas urbanas. Desta forma, percebe-se a importância das condições viárias que, conjuntamente a outras políticas, certamente fortalecerão o crescimento e o desenvolvimento do interior.

Foto: Marcos Azeredo



A PESQUISA

A pesquisa para avaliar o Programa Caminhos do Campo, do Governo do Estado do Espírito Santo, é uma iniciativa da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG) e da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), desenvolvida pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) em parceria com a Fundação de Amparo

à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). O objetivo principal do estudo foi mensurar os impactos do “Caminhos do Campo” sobre as comunidades beneficiadas e também a percepção da comunidade (usuários e moradores) em relação ao Programa, além de também criar um importante acervo fotográfico.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada entre os meses de dezembro de 2016 e outubro de 2017. Para auxiliar a tarefa de coleta de dados, os trechos dos Caminhos do Campo foram subdivididos em regiões, com base nas macrorregiões de planejamento I do Estado do Espírito Santo. Considerando a necessidade de execução de um amplo e detalhado levantamento do Programa Caminhos do Campo, foram percorridos cada um dos 124 trechos (tabela) concluídos até o momento. Bem como foram percorridos trechos de estradas não pavimentadas que não fazem parte do programa, constituindo o grupo de controle.

Assim, para compor as equipes de campo foram selecionados 12 bolsistas, sendo 8 pesquisadores entrevistadores e 4 fotógrafos. Os pesquisadores foram separados em quatro equipes de campo, cada uma composta por três membros, sendo dois pesquisadores entrevistadores e um fotógrafo. A coleta de dados envolveu registrar coordenadas e informações de pontos e trechos de interesse e aplicação do questionário de entrevista. O fotógrafo tinha como atribuição fotografar pontos de interesse relevantes, relacionados ao trecho e à paisagem da estrada e seu entorno para a criação de um banco de imagens para documentação do Programa Caminhos do Campo.

INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE PONTOS

Neste formulário, as equipes anotaram as coordenadas de pontos de interesse para a pesquisa, utilizando equipamento GPS. Os pontos de interesse foram os seguintes:

- Comércio não caracterizado
- Lixo
- Comércio estabelecido
- Equipamentos Públicos
- Praça
- Campo/Quadra
- Igreja/Templo
- Projetos Sociais

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE TRECHOS

Neste formulário, os pesquisadores indicavam trechos da estrada que apresentavam problemas na sinalização (vertical ou horizontal), na conservação do pavimento de forma contínua (fenda, afundamento, ondulação ou corrugação, desgaste e remendo) ou a existência de lixo espalhado pela via, indicando as coordenadas do início e do fim do trecho.

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE FOTOGRAFIAS

O formulário de identificação de fotografias era de preenchimento obrigatório do fotógrafo. Todas as fotos registradas foram acompanhadas das coordenadas, local e descrição e Nº do arquivo da foto. Além destas descrições, o fotógrafo também indicava neste formulário as cinco fotos mais impactantes da semana de trabalho.

QUESTIONÁRIO

Para avaliar a percepção da comunidade que utiliza e / ou se beneficia das estradas atendidas pelo programa 'Caminhos do Campo', foi aplicado questionário de entrevista em diferentes tipos de propriedades, a saber:

- Residência permanente;
- Residência não permanente (sítio de final de semana, temporada ou alugueis);
- Hotel / Pousada;
- Comércio varejista ou serviço;
- Propriedade Rural Produtiva (com ou sem moradia);
- Agronegócio familiar;
- Agroindústria.

ETAPAS DE CAMPO

A coleta de dados foi realizada em duas etapas, na primeira foram percorridos todos os trechos do Programa Caminhos do Campo concluídos até o momento. Na segunda etapa, foram coletados dados em estradas não pavimentadas do grupo controle para a pesquisa.

O público alvo para aplicação de questionários nas propriedades era composto por proprietário, gerente, meeiro (agricultor que planta em terra alheia e divide os resultados com o dono) ou arrendatário (contratante de cessão de um fator de produção para ser explorado mediante remuneração).

Etapa 1

Os questionários foram aplicados ao longo dos trechos do Programa Caminhos do Campo e nas proximidades (vias paralelas ou perpendiculares), com meta de aplicação estabelecida de aproximadamente 1 questionário a cada km. Foram aplicados questionários nas comunidades (vilas) no início e final de cada trecho, nesse caso o número mínimo de 10 questionários foi estabelecido como meta de aplicação.

Para este levantamento, foram percorridos cerca de 42 mil Km (somando todos os percursos das equipes) e 1.014,26 km de trechos, que correspondem à extensão total dos trechos concluídos até dezembro de 2016. Foram realizadas 1.459 entrevistas, obtidas 12.284 fotos e 2.744 coordenadas de pontos de interesse.

Etapa 2

Nesta etapa, os pesquisadores percorreram trechos de estradas não pavimentadas que até o momento não fazem parte do programa, constituindo o grupo de controle. Estas estradas foram selecionadas conforme os seguintes critérios:

a. Serem próximas o suficiente de algum trecho recente do programa (concluído a partir de 2010) para garantir que os seus moradores

estejam submetidos às mesmas condições ambientais.

b. Não terem ligação direta a nenhum trecho do programa, minimizando a influência das obras dos trechos no cotidiano dos seus moradores.

Desta forma foram selecionados 31 trechos de estradas e realizadas 296 entrevistas.

ANÁLISE DOS DADOS

As fotos foram catalogadas e classificadas por assunto para compor uma coleção de imagens referente ao Programa Caminhos do Campo. Este livro apresenta algumas destas imagens.

Finalizada a aplicação dos questionários, os dados foram constituídos em uma planilha única, que, posteriormente à revisão, teve suas informações combinadas aos trechos georreferenciados do Programa Caminhos do Campo. Este procedimento tornou possível a realização de análises espaciais e mapas, considerando municípios e microrregiões de planejamento do Estado do Espírito Santo, baseados em todos os temas relacionados nos questionários.

As seções a seguir apresentam as microrregiões do Espírito Santo, uma breve descrição da relevância histórica, turística e econômica de cada município, bem como as percepções das comunidades e o perfil das pessoas entrevistadas, estes últimos apresentados através de infográficos e mapas. Finaliza o documento uma reflexão sobre a pesquisa e suas consequências no âmbito do Sistema de Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas do Espírito Santo.

Foto: Micaelly Rupf





MICRORREGIÕES DO ES

Os 1.014,26 km de estradas do Programa Caminhos do Campo, entregues desde 2004, estão distribuídos em 124 trechos e contemplam todas as microrregiões do Espírito Santo. A necessidade de melhorar os acessos às áreas rurais do Estado, adequando e revestindo estradas, é o objetivo principal do programa, desenvolvido pela Secretaria de Estado de

Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG). A melhoria no escoamento da produção e na mobilidade da comunidade, a redução dos custos e das perdas de produtos perecíveis e o desenvolvimento do agroturismo, com a pavimentação atraindo mais turistas, trazem novas oportunidades à população do campo.

A apresentação da pesquisa será por microrregiões, conforme a tabela abaixo:

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
1 - Metropolitana	Cariacica, Fundão, Guarapari e Viana
2 - Central Serrana	Itaguaçu, Itarana, Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina
3 - Sudoeste Serrana	Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição do Castelo, Domingos Martins e Marechal Floriano
4 - Litoral Sul	Alfredo Chaves, Anchieta, Itapemirim e Rio Novo do Sul
5 - Central Sul	Apiacá, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul e Vargem Alta
6 - Caparaó	Alegre, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Dores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupí, Iúna e Muniz Freire
7 - Rio Doce	Aracruz, Ibraçu, João Neiva, Linhares, Rio Bananal e Sooretama
8 - Centro-Oeste	Alto Rio Novo, Colatina, Marilândia, Pancas, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha e Vila Valério
9 - Nordeste	Boa Esperança, Jaguaré, Mucurici e Ponto Belo
10 - Noroeste	Ecoporanga, Nova Venécia e Vila Pavão

Constam na tabela apenas municípios que tiveram as obras do Programa Caminhos do Campo concluídas até 2016.



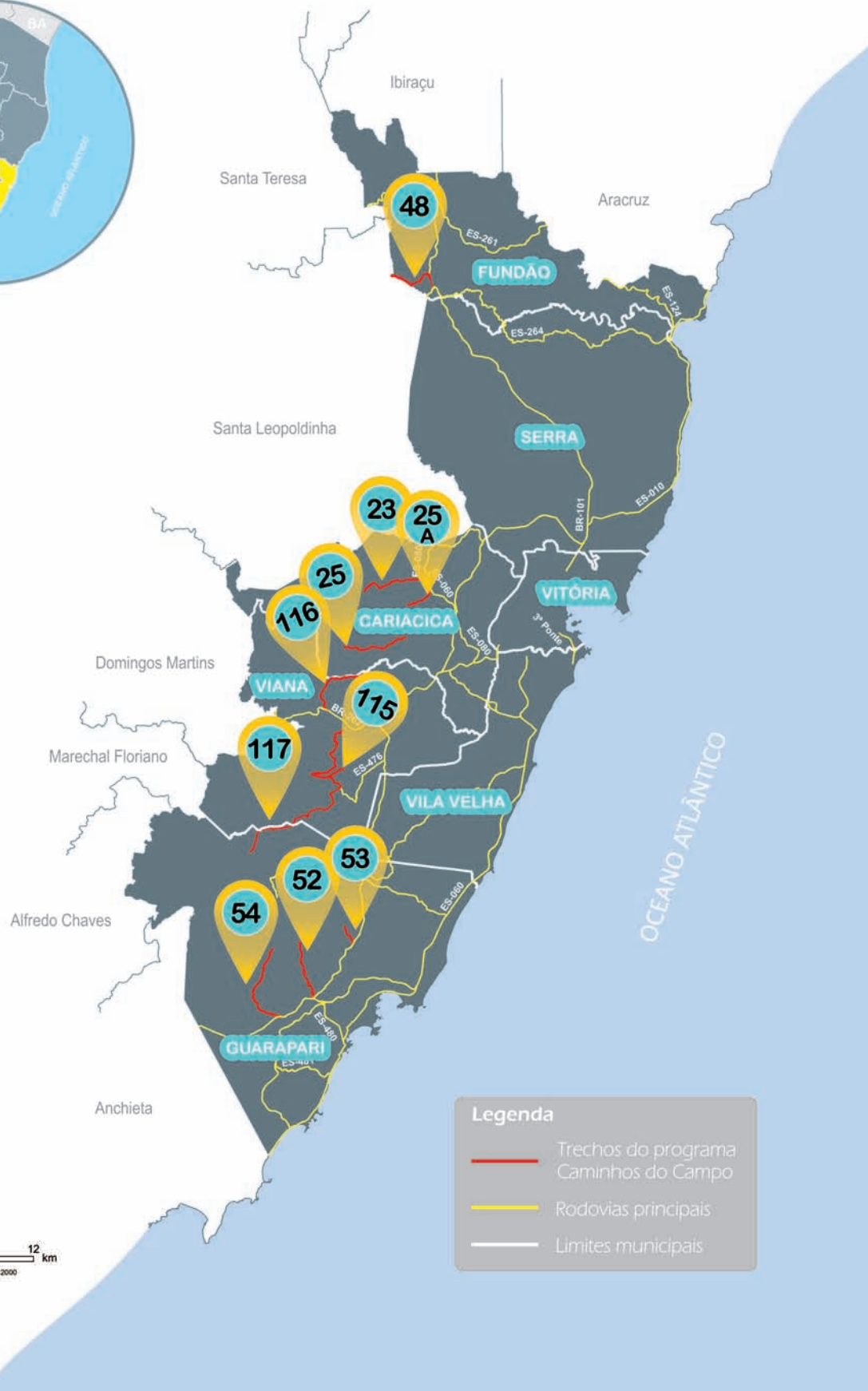
METROPOLITANA

Composta pelos municípios de Vitória, Cariacica, Vila Velha, Serra, Guarapari, Fundão e Viana, possui 10 trechos no Programa Caminhos do Campo contemplando os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari e Viana, totalizando 79,06 km de estradas. Na agricultura, destaca-se pelas produções de café, banana, borracha, tangerina e

coco-da-baía. No turismo, mescla atrativos urbanos e rurais, com opções que vão desde praias, teatros, museus, parques, eventos, até o turismo religioso, de aventura, gastronômico e o agroturismo. Possui ainda boa estrutura hoteleira, o maior aeroporto do Estado e centros de convenções, importantes para o turismo de negócios.

TRECHOS DO PROGRAMA CAMINHOS DO CAMPO

23	Cariacica	Acesso a Duas Bocas
25	Cariacica	Roda D'Água - Duas Bocas
25a	Cariacica	Cariacica Sede ES-080 - Estância Moxuara
48	Fundão	BR-101 (Timbuí) - Encruzo
52	Guarapari	BR-101 - Buenos Aires
53	Guarapari	BR-101 - Iguape
54	Guarapari	Entroncamento BR-101 (km 336,9) - Boa Esperança
115	Viana	Baia Nova - Frigorífico Suimatin (Pedra Mulata)
116	Viana	BR-262 - Formate - Piapitangui - Bairro Universal
117	Viana	Sede - Baia Nova (Guarapari)



CARIACICA

Nos séculos XVI e XVII, as primeiras incursões dos portugueses pelo Rio Jucu, vindos de Vila Velha, acabaram chegando ao território da atual cidade de Cariacica. Ali construíram fazendas e engenhos de açúcar e, mais tarde, alguns jesuítas se estabeleceriam na região. Os primeiros imigrantes, vindos no ano de 1829, eram de origem pomerana e alemã e teriam saído das Colônias de Santa Leopoldina e Santa Isabel para se estabelecerem em Biriricas, Pau Amerelo e outros locais propícios à agricultura. O povoado foi elevado à categoria de freguesia, com o nome de São João Batista de Cariacica, subordinado ao município de Vitória, em 16 de dezembro de 1837, pelo Decreto Provincial nº 5. O Decreto-Lei Estadual nº 57, assinado por Constante Sodré, em 25 de novembro de 1890, criaria o município de Cariacica. Segundo antigos moradores, a expressão “Cari-jaci-caá”, traduzida como “chegada do homem branco”, era usada pelos indígenas no desembarque de imigrantes e deu origem ao nome do município.

Na agricultura, os destaques produtivos são a banana-prata, uma das maiores produções do Estado; o café; o milho; o feijão e a olericultura. A cidade é também fundamental para a comercialização de produtos agrícolas de diversas cidades, por ser sede das Centrais de Abastecimento do Espírito Santo (CEASA). Cariacica integra a região

turística Metropolitana, mesclando atrativos urbanos e rurais. Abriga atrativos naturais, como a Reserva Biológica Duas Bocas, única da região Metropolitana e importante fragmento da Mata Atlântica, e o Parque Estadual Moxuara, considerado o principal ponto turístico da cidade. Por sua rica história e diversidade, a cidade é palco do Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D'Água, que surgiu a partir da dificuldade de se fazerem procissões em homenagem a Nossa Senhora da Penha até o Convento da Penha, em Vila Velha. Com o passar dos anos, misturou a origem cristã dos brancos com raízes negras e indígenas - relatos contam que os escravos, querendo participar da festa, utilizavam máscaras para não serem reconhecidos. A festa ocorre na região da Roda D'Água e é considerada, hoje, umas das festas mais singulares do folclore capixaba, sendo João Bananeira seu personagem mascarado mais popular, representando a alegria e a resistência do povo de Cariacica. O Estádio Estadual Kleber José de Andrade, inaugurado em 1983, é palco de diversos eventos importantes e movimenta a economia do município.

O município abrange um território com 279,65 km² de extensão e tem a presença de três trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2007 e 2013.

Foto: Douglas Bonella

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 25, em Roda D'Água, no município de Cariacica, destaca-se pela boa avaliação e aumento no fluxo de visitantes ou turistas.



FUNDÃO

Perpassando a Fazenda Taguaçu, de Cândido Vieira, a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas fez nascer um povoado. Às margens do Rio Reis Magos o município tem sua história misturada com a da antiga Aldeia dos Reis Magos, atual Nova Almeida, fundada em 1556, por Afonso Braz e Maracaiaguaçu, um jesuíta e um indígena. O povoado é reconhecido como freguesia de Nova Almeida já em 12 de novembro de 1757 e, tão logo, em 2 de janeiro de 1759, é elevado à categoria de vila, também de Nova Almeida. Com a criação do distrito de Timbuí, em 21 de outubro de 1915, pela Lei nº 1.005, a sede e o nome da vila passam ao novo distrito de Timbuí.

Em 5 de julho de 1923, a partir da Lei nº 1.383, novamente o município e a sede mudam de nome, passando a denominar-se Fundão. A antiga Aldeia dos Reis Magos e o município de Fundão terão suas histórias definitivamente separadas em 11 de novembro de 1938, quando o Decreto-Lei Estadual nº 9.941 transfere o distrito de Nova Almeida para o município da Serra.

As principais atividades econômicas são a agropecuária e a indústria, com destaques para as produções de café, banana e mel e para a tecnologia na área de petróleo. Integra a região turística Metropolitana e, embora existam atrações permanentes, a temporada do verão é a mais cobiçada, pelas belas praias, como a Enseada das Garças e Praia Grande, e o Festival de Verão.

Outro ponto turístico, o Parque Natural e Área de Proteção Ambiental de Goiapaba-Açu, guarda o Pico Goiapaba-Açu e uma remanescente de Mata Atlântica nativa. Próxima à subida do Parque, a Fazenda Rancho Pé da Serra, antiga residência de Augusto Agostino, construída no final do século XIX e típica para o comércio do café, com o andar superior para moradia e o térreo para o comércio, é atração que conta a história da cidade.

O município abrange um território com 286,76 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2007.

Foto: Micaelly Rupf

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 48, em Fundão, destaca-se pelo aumento no fluxo de visitantes e mercadorias e pela valorização imobiliária.

GUARAPARI

Percorrendo a capitania do Espírito Santo, encarregado de estabelecer novos aldeamentos para catequizar indígenas, Padre José de Anchieta encontrou, em 1569, local propício à margem do rio. Fundou, em 1585, no alto de uma colina, um convento aos missionários e uma igreja a Sant'Ana, nomeado de Aldeia do Rio Verde ou Aldeia de Santa Maria de Guaraparim. Padre Antonio Dias, encarregado de trazer grande número de indígenas, fez da aldeia uma das mais prósperas da região. O aval de Dom Pedro, em 1º de janeiro de 1679, ao donatário da capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, eleva a aldeia a vila, com nome de Guarapari. Já desenvolvida, os jesuítas a abandonaram em definitiva para se fixarem em Reritiba, atual cidade de Anchieta. Sua área municipal é delimitada em 24 de dezembro de 1878, pela Lei Estadual nº 26 e sua elevação à categoria de cidade ocorre em 19 de setembro de 1891, através da Lei nº 28.

As atividades agrícolas de maior destaque são a cafeicultura, a bananicultura, a heveicultura, o coco verde, a mandioca, o maracujá e a laranja. A pecuária leiteira e a produção de peixe e crustáceos também são atividades que geram rendas significativas. Integrando a região turística Metropolitana, é a cidade mais famosa do Estado e mundialmente conhecida como

Cidade Saúde, pela areia monazítica da Praia da Areia Preta. Além desta, outras praias, como das Castanheiras, do Meio e dos Namorados são conhecidas e muito procuradas pelos turistas durante o verão. Construídos pelo Padre José de Anchieta, o Poço dos Jesuítas, de 1587, e a Igreja Nossa Senhora da Conceição, de 1585, marcam a fundação e a história do povoado. Proteção natural das espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção pelo desmatamento, o Parque Estadual Paulo César Vinha é um local aberto para visitas e pesquisas, com atrações como três lagoas, dunas, rica vegetação de Mata Atlântica e diversas espécies de aves. Turisticamente famosa, Guarapari tem calendário recheado de atrações, como a Caminhada Passos de Anchieta, realizada no mês de junho, que refaz os caminhos percorridos pelo Padre José de Anchieta no século XVI. Em setembro, no dia 19, a Festa da cidade promove desfile escolar, missa e shows. Fechando o ano e abrindo o próximo, as Praias do Morro e da Areia Preta recebem a Arena Verão, palcos onde são realizados shows regionais.

O município abrange um território com 589,14 km² de extensão e tem a presença de três trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas nos anos de 2006, 2007 e 2014.

Foto: Micaelly Ruff

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 54, na BR-101, em Boa Esperança, no município de Guarapari, destaca-se pela melhora na renda familiar e aumento no fluxo de visitantes.

VIANA

Em meio à corrida pelo ouro, os portugueses navegaram de Vila Velha, pelo Rio Jucu, até aportarem em Araçatiba, onde instalaram-se inicialmente. Mais tarde, seguindo pelo Rio Santo Agostinho, chegaram ao local que hoje é sede do município de Viana. A construção de uma estrada ligando Vitória a Minas marcou o início da imigração europeia para o Espírito Santo, iniciada em fevereiro de 1813. Paulo Fernandes Viana traria para a região famílias açorianas, responsáveis pelo povoamento de Viana, às margens da Estrada São Pedro de Alcântara.

Ao Sul, próximo ao Rio Santo Agostinho e ao porto fluvial da Igreja, de enorme significância comercial, Frei Francisco Nascimento Teixeira recebeu terras e foi encarregado de fundar um núcleo populacional. Em homenagem a Paulo Fernandes Viana, mudou o nome do local, Jabaeté, para o sobrenome de seu idealizador. O município foi criado, oficialmente, em 23 de julho de 1862, ao ser desmembrado de Vitória. Seu território tem grande área rural e a

cidade é importante abastecedora do mercado consumidor da Grande Vitória, com produção agropecuária de gado, banana e café. Parte da região turística Metropolitana, o turismo em Viana é ligado à sua colonização, sendo as Igrejas de Nossa Senhora da Ajuda, construção jesuítica do século XVII, e Nossa Senhora da Conceição, construída entre 1815 e 1817, atrações belíssimas. Outro atrativo, as ruínas da Igreja Nossa Senhora de Belém, construída em 1780 e parcialmente destruída por um incêndio em 1880, foi utilizada, até o início do século XX, para cerimônias religiosas e festas em homenagem a Nossa Senhora de Belém. A Festa do Divino, primeira celebração festiva realizada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em 7 de julho de 1817, é resquício importante da colonização açoriana e resiste ao tempo.

O município abrange um território com 312,22 Km² de extensão e tem a presença de três trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2006, 2008 e 2011.

Foto: Raphael Segatto

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 116, em Viana, destaca-se pela valorização dos imóveis.





Foto: Marcos Azeredo

CENTRAL SERRANA

Fazem parte desta Microrregião os municípios de Itaguaçu, Itarana, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa, que possuem 14 trechos do programa, presentes em todos os municípios, totalizando 81,94 km de estradas. Na agricultura, a microrregião se destaca pelas produções de café, tomate, banana, mamão e milho. Colonizados por europeus, os municípios preservam

as tradições e as histórias dos primeiros habitantes, além de possuir diversos atrativos naturais, como montanhas, rios, cachoeiras e sítios de agricultura familiar, abertos à visitação. Destacam-se o agroturismo, o ecoturismo, os esportes de aventura, a gastronomia e, principalmente, as festas típicas europeias, celebrando as tradições dos imigrantes.

TRECHOS DO PROGRAMA CAMINHOS DO CAMPO

64	Itaguaçu	Entroncamento ES-164 ao Assentamento Ita/Boa Esperança
68	Itarana	Alto Jatibocas.
69	Itarana	Entroncamento ES-261 à Limoeiro de Santo Antônio
97	Santa Leopoldina	ES-355 - Caramuru
98	Santa Leopoldina	Acesso Comunidade do Funil
99	Santa Leopoldina	Entroncamento ES-080 (Mangaraí) - Tirol - Lote I
100	Santa Maria de Jetibá	Acesso à São João do Garrafão.
101	Santa Maria de Jetibá	Sede - Recreio / Sede - São Sebastião
102	Santa Maria de Jetibá	Ligação Rodovia Pousada Paraíso
103	Santa Maria de Jetibá	Recreio
104	Santa Maria de Jetibá	São Sebastião
105	Santa Maria de Jetibá	São Sebastião de Baixo ES-264 - Caramuru - IFES
106	Santa Teresa	Entroncamento ES-261 - Vale Tabocas
107	Santa Teresa	Sede - Alto Santo Antônio



Legenda

- Trechos do programa Caminhos do Campo
- Rodovias principais
- Limites municipais



ITAGUAÇU

Francisco José da Silva Coutinho, dono de propriedade à margem do Rio Santa Joana, e José Theodoro de Andrade, proprietário da fazenda Boa Sorte, iniciam o processo de formação da comunidade de Boa Família, entre 1875 e 1880. José Theodoro de Andrade, deslocando-se para as margens do Rio Santa Joana, manda construir um casebre e uma igrejinha com imagem em madeira de Nossa Senhora do Menino Jesus, e forma o povoado que dá origem a Itaguaçu. Em 1882, chegam os primeiros imigrantes, italianos e alemães, que se fixam às margens do Rio Santa Joana e seus afluentes. O imigrante italiano Anselmo Frizzera, ao doar para a igrejinha uma imagem de São José, faz o povoado ser conhecido como Nossa Senhora da Sagrada Família. Mais tarde, este passa a se chamar Nossa Senhora da Boa Família e, por fim, Boa Família. O distrito de Boa Família seria criado, em 16 de março de 1891, pela Lei Municipal nº 1, subordinado ao município de Afonso Cláudio. Conquista emancipação política ao ser elevada à categoria de vila, em 28 de novembro de 1914, através da Lei Estadual nº 978. Sua instalação oficial ocorre em 17 de fevereiro do ano seguinte. Por Lei Estadual nº 1.307, de 30 de dezembro de 1921, recebe o nome de Itaguaçu, de origem tupi, que significa “pedra grande”.

A atividade agrícola é fundamental para o município, com destaques para os cultivos de café conilon, banana,

mamão e a pecuária de leite e de corte. Compondo a região turística dos Imigrantes, a Festa Itaguaçuense das Culturas é uma importante festa de celebração da diversidade cultural do município e muito rica em manifestações, exposições, apresentações culturais, shows e comidas típicas. A Igreja Matriz Nossa Senhora Medianeira de todas as Graças, construída em 1953, com estilo neogótico e exuberantes vitrais, e a Igreja Luterana de Palmeira, fundada em 1902, com arquitetura típica pomerana, são importantes pontos turísticos. Evento que mais atrai turistas ao município, o Concurso Leiteiro, normalmente realizado em julho, promove shows nacionais e regionais, concurso leiteiro e de marcha e exposições.

Abrigando formações rochosas de beleza incomparável, as Pedras dos Cinco Pontões, do Barro Preto e Paulista, o município é destino certo para a prática de ecoturismo e turismo de aventura. Celebrando a emancipação política do município, a Festa de Emancipação Política ocorre próximo ao dia 17 de fevereiro, com atrações musicais, comidas típicas e parque de diversão.

O município abrange um território com 535,17 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2013.

Foto: Marcos Azeredo

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 64, em Itaguaçu, destaca-se pela valorização imobiliária e pela melhora na situação da renda familiar.

ITARANA

Imigrantes italianos, vindos de Santa Teresa, em 1882, figuram como os fundadores de Itarana. Antônio Gonçalves Ferreira, já fixado em Limoeiro, junto de seus empregados, iniciou as primeiras construções da futura Vila de Figueira de Santa Joana. Os mais antigos contam que o primeiro nome do local advém de uma frondosa Figueira, utilizada para descanso depois de difícil jornada. Segundo historiadores, entretanto, o nome se deu pela proximidade da chegada dos imigrantes, em 1º de agosto, às festas de Santa Joana Francisca e Santa Joana Isabel, comemoradas em 21 e 26 de agosto. Aos italianos, somaram-se imigrantes alemães, da extinta Pomerânia, formando uma comunidade de luteranos.

Em 15 de março de 1890, através da Lei Municipal nº 1, a vila seria elevada à categoria de distrito, com denominação de Figueira, subordinada ao município de Afonso Cláudio. A criação do município de Boa Família, atual Itaguaçu, em 28 de novembro 1914, transferiu o distrito para o novo município. Vinte anos após receber o nome de Itarana, em 13 de dezembro de 1963, pela Lei nº 1.910, conquista sua emancipação política, com instalação oficial e posse do primeiro prefeito em 18 de abril do ano seguinte.

Destaques produtivos, o café, o tomate e a banana têm grande valor econômico para o município. Itarana compõe a região turística dos Imigrantes, com

atrações como as Igrejas Luteranas de Alto de Jatiboca, construída em 1923, e a de Barra de Jatiboca, inaugurada em 13 de abril de 1969, e a Capela de Nossa Senhora da Penha, construída em 1958, por imigrantes italianos. Outros atrativos religiosos, a Matriz Nossa Senhora da Auxiliadora, construída em 1910, e a Gruta de Nossa Senhora da Penha, na Pedra da Onça, atraem muitos turistas. Conhecida por suas belas paisagens, Itarana abriga as Serras do Limoeiro e do Bananal, locais com vistas deslumbrantes, e, por sua forte produção agrícola familiar, se destaca no agroturismo, com as Associações dos Pequenos Produtores Rurais do Rizzi, onde são vendidos doces artesanais, e de Artesanato, onde se vendem trabalhos manuais e artesanatos em palha e cerâmica.

Os turistas ainda podem aproveitar a Concentração Comunitária e Festa dos Itaranenses Ausentes, reunindo 11 barracas, uma para cada comunidade do município, atrações musicais e um carnaval fora de época, e a Festa de Emancipação Política do Município, realizada em abril, celebrando a conquista com desfile histórico-cultural, atrações musicais e apresentações teatrais.

O município abrange um território com 295,20 km² de extensão e tem a presença de dois trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2007 e 2013.

Foto: Marcos Azeredo



DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 69, em Itarana, destaca-se pela valorização imobiliária.

SANTA LEOPOLDINA

A fundação da cidade remonta o ano de 1856, quando Couto Ferraz demarcou uma área de 567km², às margens do Rio Santa Maria da Vitória, para a criação da Colônia Imperial Santa Leopoldina. Já no ano de 1857, abrigou seus primeiros imigrantes, de origem suíça, vindos da província de São Paulo. Ocuparam e nomearam o local, próximo à Cachoeira do Funil, de Suíça. No ano seguinte, imigrantes alemães, luxemburgueses e tirolezes chegaram e, em 1859, um grande contingente de prussianos.

Através da Lei Provincial nº 21, de 4 de abril de 1884, o município de Cachoeira de Santa Leopoldina é criado e desmembra-se de Vitória. A vila da Cachoeira de Santa Leopoldina tem ratificada sua elevação à categoria de cidade no ano de 1890, pelo Decreto Estadual nº 12. Em 31 de dezembro de

1943, o Decreto-lei nº 15.177 mudou seu nome para Santa Leopoldina.

Na agricultura, a cidade se destaca nas produções de gengibre, a maior do país, pimenta vermelha e mandioca. Parte da região turística dos Imigrantes, o município tem atrativos ligados às tradições locais, sendo o Museu do Colono, o Monumento ao Imigrante, a Festa das Etnias e o Caminho do Imigrante as atrações principais. O turista ainda pode aproveitar o Carnaval de rua, com marchinhas tradicionais, e a Festa de Emancipação Política da cidade.

O município abrange um território com 717,98 km² de extensão e tem a presença de três trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2006, 2008 e 2010.

Foto: Marcos Azeredo

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 99, em Santa Leopoldina, se destaca pela melhora no acesso ao ensino.

SANTA MARIA DE JETIBÁ

O município tem sua origem na Colônia Imperial de Santa Leopoldina, no ano de 1856, com a demarcação das terras às margens do Rio Santa Maria. Em 1873, muitos pomeranos vieram ao Brasil e se estabeleceram nos altiplanos de Luxemburgo e Jequitibá, região de Santa Leopoldina. Na década seguinte, uma considerável parte desses imigrantes, pomeranos, em sua maioria, mas também alemães, luxemburgueses e holandeses, foram para a região de Santa Maria de Jetibá.

No dia 6 de maio de 1988, através da Lei Estadual nº 4.067, foi criado o município de mesmo nome. Recebe destaque como maior hortifrutigranjeiro capixaba, segundo maior produtor de ovos do Brasil e, na olericultura, pela produção orgânica; além de ter relevância na cafeicultura.

Compõe a região turística dos Imigrantes e, nos meses de maio e julho, respectivamente, a cidade promove as Festas Pomerana e do Colono, atraindo turistas para a região. Tipicamente pomerana, com janela azul e parede branca, o Museu da Imigração Pomerana guarda em seu arquivo a história da

chegada dos imigrantes ao Espírito Santo e da ocupação do município de Santa Maria de Jetibá. Possui ainda um acervo fotográfico e objetos antigos que trazem detalhes sobre a cultura pomerana.

Um dos mais belos cartões-postais do município, a Barragem do Rio Bonito é um percurso de 22 km de água, localizada no distrito de Rio Bonito e responsável pelo abastecimento da Grande Vitória, promovendo crescimento e desenvolvimento industrial, agropecuário, entre outros.

A barragem foi inaugurada em 1962 e tem em seu entorno um conjunto preservado e exuberante de Mata Atlântica, sendo possível observar, nas áreas mais altas, uma vegetação característica de regiões frias e, nas regiões de encosta, a formação de uma floresta alta e homogênea, chamada de Floresta de Encosta.

O município abrange um território com 735,32 km² de extensão e tem seis trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2004, 2007, 2010 e 2016.

Foto: Marcos Azeredo

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 105, em Santa Maria de Jetibá, recebeu a melhor avaliação entre os trechos do município.

SANTA TERESA

No ano de 1874, o governador da província do Espírito Santo, Ferreira Corrêa, depois de diversas tentativas frustradas de colonização, incentiva proprietários a trazerem imigrantes para suas terras. O proprietário da Fazenda das Palmas, em Santa Cruz, o italiano Pietro Tabacchi, através da Expedição Tabacchi, foi o pioneiro. Os camponeses trentinos e vênnetos que trouxe, mais tarde, se estabelecem no Núcleo de Timbui, que estava sendo povoado por famílias italianas recém-chegadas da Colônia de Santa Leopoldina. No mesmo local, em 26 de junho de 1875, fundaram Santa Teresa, a primeira cidade de colonização italiana do Brasil. As imigrações perduraram e, em 1877, os primeiros alemães, suíços e poloneses chegaram à região, que logo se desenvolveu e, já em 22 de fevereiro de 1891, é categorizada como município. O nome da cidade, segundo algumas histórias, seria uma homenagem a Santa Teresa de Ávila, para quem os primeiros colonos rezavam, mas há estudiosos que contestam, uma vez que a região era, há muito anos, chamada de estrada para Santa Teresa.

Conhecida como maior produtora de uva e vinho do Espírito Santo, a cidade também tem destaque na cafeicultura. Compondo a região turística dos Imigrantes, tem um Museu da Cultura e Imigração, mas recebe turistas durante o ano todo, por diversas outras atrações. O Circuito

Caravaggio, na Estrada do Caravaggio, reúne atividades que misturam aventura, religião, natureza e gastronomia. A Rua do Lazer, que fica no centro da cidade, abriga um famoso centro gastronômico. A Reserva Biológica Augusto Ruschi, área de 4 mil hectares em Alto Santo Antônio, e o Museu de Biologia Professor Mello Leitão, fundado em 1949 pelo cientista e pesquisador Augusto Ruschi e hoje Instituto Nacional de pesquisas sobre a Mata Atlântica, são locais importantes de estudo e preservação ambiental. A Casa Lambert, construção em pau-a-pique, erguida em 1875 pelos irmãos italianos Antônio e Virgílio Lambert, é uma das primeiras construções da cidade e, atualmente, funciona como Casa de Memória, contando um pouco da história da família e de outros imigrantes italianos. Na frente da residência, a Capela de Nossa Senhora da Conceição, erguida em 1899, abriga uma imagem da santa esculpida em madeira por Antônio Lambert. Santa Teresa é palco de diversas festas, como da Emancipação da cidade, em fevereiro; do Caminho do Imigrante, em maio; da Festa do Imigrante, em junho; e, da Festa da Uva e do Vinho, em agosto.

O município abrange um território com 683,10 km² de extensão e tem a presença de dois trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas nos anos de 2007 e 2010.

Foto: Marcos Azeredo

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 106, em Santa Teresa, destaca-se pela melhora no acesso ao ensino e na situação da economia local.

Foto: Micaelly Rupf





SUDOESTE SERRANA

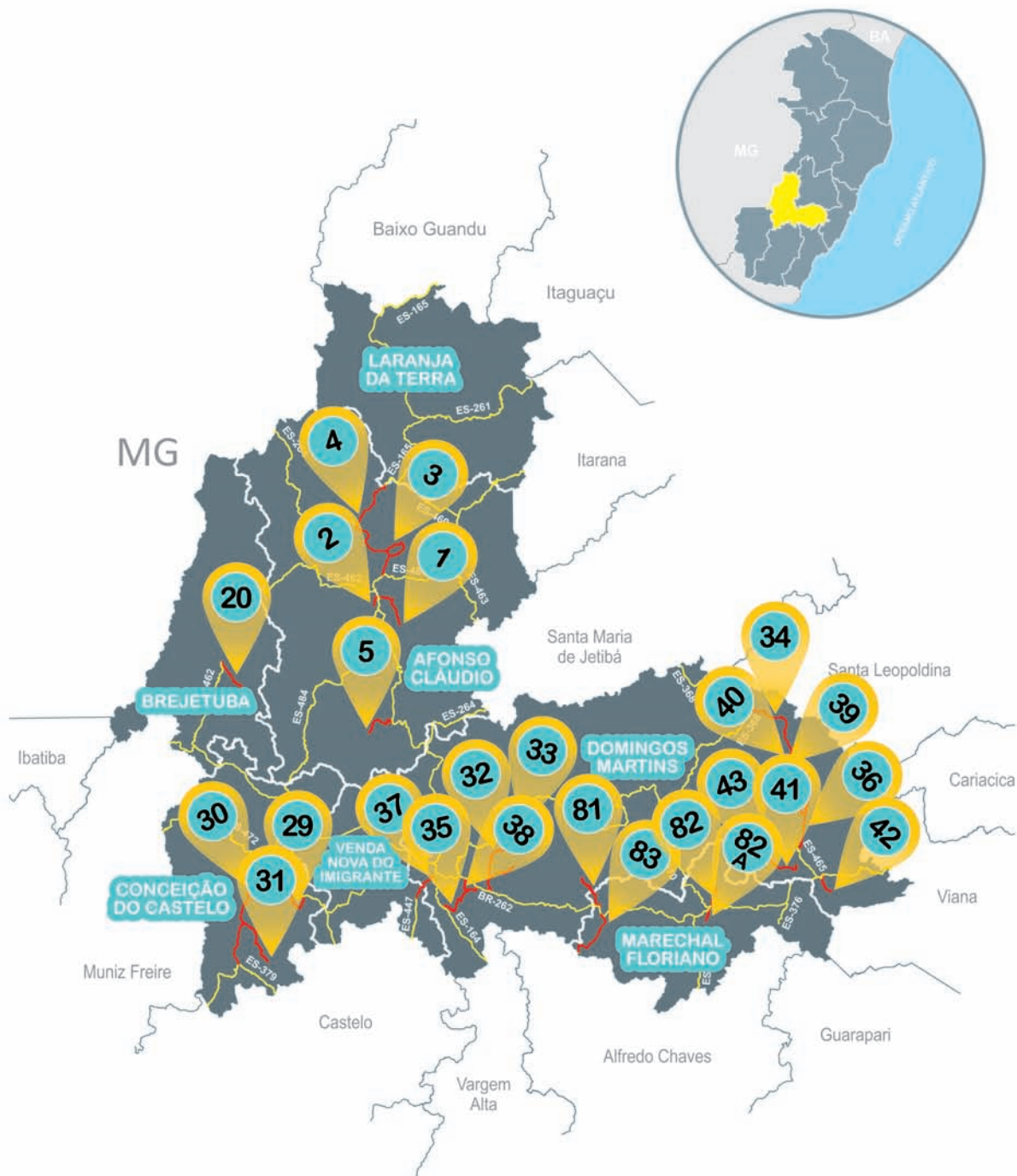
Representada pelos municípios de Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição de Castelo, Domingos Martins e Marechal Floriano, possui 25 trechos do Programa Caminhos do Campo, totalizando 153,5 km de estradas. Compõem também a Microrregião os municípios de Laranja da Terra e Venda Nova do Imigrante, que não possuem trechos do programa Caminhos do Campo, concluídos até 2016. Na agricultura, a microrregião se destaca pelas produções de café, tomate, banana, batata

inglesa e feijão. Localizadas nas montanhas capixabas, as cidades têm clima ameno, fazendo da região a mais procurada durante o inverno. A intensa imigração europeia deixou marcas, estas preservadas na história, na cultura, na música, nas danças, na gastronomia e nas festas típicas desses locais. As belas paisagens da região se juntam ao agroturismo bem desenvolvido e à hospitalidade dos moradores, encantando os visitantes.

TRECHOS DO PROGRAMA CAMINHOS DO CAMPO

1	Afonso Cláudio	Sede - Pousada Vovó Dindinha
2	Afonso Cláudio	Sede - Rancho
3	Afonso Cláudio	Sede - Sítio Capiáu
4	Afonso Cláudio	Sítio Capiáu - Distrito de São Francisco
5	Afonso Cláudio	Entronc.* ES-165 (Faz. Guandu) - Faz. Roncetti - Cach. Rio da Cobra
20	Brejetuba	Sede - Brejaubinha
29	Conceição do Castelo	Santa Luzia - Taquaruçu (via Granja Feriani)
30	Conceição do Castelo	Sede - Santo Antônio do Areião
31	Conceição do Castelo	Anghá - São José da Bela Vista
32	Domingos Martins	Acesso a Aracê (Condomínio dos Magistrados)
33	Domingos Martins	Aracê - Córrego D'Antas
34	Domingos Martins	Acesso à Serra Verde e Califórnia
35	Domingos Martins	BR-262 - ES-164 (Rota do Lagarto)
36	Domingos Martins	Entronc. ES 465 (Ponte sobre o Rio Jucu) - Cascata do Galo
37	Domingos Martins	ES-164 - Caxixe Frio
38	Domingos Martins	Pedra Azul - Entroc.* Rota do Lagarto
39	Domingos Martins	Ponte sobre o Rio Jucu - São Miguel - Melgaço
40	Domingos Martins	Sede - Ponte sobre o Rio Jucu
41	Domingos Martins	Sede - Soído de Cima
42	Domingos Martins	BR-262 - Vale da Estação
43	Domingos Martins	Comunidade Santa Úrsula - Soído
81	Marechal Floriano	BR-262 - Ribeirão dos Lagos + Trevo (Interseção BR 262)
82	Marechal Floriano	BR-262 (Trevo Paraju) - Soído Baixo
82a	Marechal Floriano	BR-262 - Trevo Paraju - Escola José Aloísio Simon Com. de Stª Maria
83	Marechal Floriano/ Alfredo Chaves	Vitor Hugo - São Bento de Urânia

*Entronc. = Entroncamento



Legenda

- Trechos do programa Caminhos do Campo
- Rodovias principais
- Limites municipais



AFONSO CLÁUDIO

Alguns aventureiros passaram pela região de Afonso Cláudio, ainda na primeira metade do século XIX, à procura de ouro. Um deles chegou a construir um rancho, onde hoje se localiza o jardim público da cidade, o desbravador Frederico Wilmer encontrou ouro em Lagoa, na propriedade de Antônio de Souza Barros, que, entusiasmado com as expectativas de terras férteis, percorreu as cabeceiras do Rio Guandu e fixou-se no atual distrito de Pontões. Mais tarde, algumas famílias vindas de Minas Gerais percorreram a região e acabaram se estabelecendo em Arrependido, às margens do Rio Guandu, no norte da cidade.

Em 1855, Sabino Coimbra, Inácio Lemos, Jorge Gomes e Joaquim Galvão iniciaram a fundação da cidade, construindo suas primeiras casas e nomeando o local de São Sebastião do Alto Guandu que, depois, receberia o nome de Afonso Cláudio, em homenagem ao primeiro governador do Estado. O distrito de Afonso Cláudio foi criado pela Lei Provincial nº 24, de 17 de setembro de 1888, subordinado à Cachoeira de Santa Leopoldina. Em 20 de novembro de 1890, pela Lei Estadual nº 53, é elevado à categoria de vila e

desmembra-se de Cachoeira de Santa Leopoldina. Pela Lei Estadual nº 488, de 20 de novembro de 1907, Afonso Cláudio é reconhecido como município.

O setor agropecuário da cidade se destaca com as culturas de café, milho e feijão; sendo a olericultura e a pecuária atividades também relevantes. Integra a região turística das Montanhas Capixabas e o agroturismo na cidade vem crescendo nos últimos anos. O Circuito Turístico Caminhos da Roça e a Festa de Emancipação Política e Dia de São Sebastião, celebrada em 20 de janeiro, formam o conjunto de atrativos turísticos. Símbolo do município, a Pedra dos Três Pontões possui 1300m de altitude e é patrimônio histórico cultural tombado desde 1994. O local, distante da sede em 6km, tem cenário de beleza rara, além de ser referência em ecoturismo, com destaque para a observação de aves.

O município abrange um território com 941,11 km² de extensão e tem a presença de cinco trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas entre os anos de 2005, 2006, 2010 e 2014.

Foto: Marcos Azeredo

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 4, em Afonso Cláudio, destaca-se pela valorização imobiliária e pela melhora no acesso ao ensino.

BREJETUBA

As terras do atual município foram doadas pelo Espírito Santo à companhia brasileira Torrens, por volta do ano 1880. Os primeiros habitantes, indígenas, praticamente desapareceram e a região foi povoada por pessoas que vinham em busca de terras férteis para cultivar grãos e cereais. A missa do padre Carlos José Ernesto Leduc é considerada o marco inicial da vila Brejaúba, nome de uma palmeira cheia de espinhos típica da região. Em 20 de novembro de 1890, com a criação do município de Afonso Cláudio, passa a fazer parte de seu território.

O distrito de Brejaúba foi criado, ainda subordinado a Afonso Cláudio, em 11 de janeiro de 1930, pela Lei Estadual nº 1.739. Através do Decreto-Lei Estadual nº 15.177, passa a se chamar Brejetuba, uma variação de Brejaúba, ou, segundo alguns contam, em tupi-guarani, bosque de Brejaúbas. A criação do distrito de São Jorge de Oliveira, em 30 de novembro de 1992, fortalece o sonho de emancipação de Brejetuba, que

se torna realidade em 15 de dezembro de 1995, com a criação do município, através da Lei Estadual nº 5.146.

Maior produtor de café arábica do Espírito Santo e o segundo maior do Brasil, a cafeicultura se constitui como atividade essencial para o município. Parte da região turística das Montanhas Capixabas, apresenta diversos atrativos, como cachoeiras, formações rochosas, artesanato local, gastronomia típica e o evento Maior Cafezinho do Mundo, realizado em 24 de maio, dia nacional do café, quando ocorre a coagem de café utilizando um coador gigante e uma xícara com capacidade de mais de 8 mil litros.

O município abrange um território com 353,93 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2010.

Foto: Douglas Bonella

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 20, em Brejetuba, destaca-se pela valorização das propriedades.



CONCEIÇÃO DO CASTELO

A descoberta de ricas minas de ouro, em 1752, atraíram os portugueses para a província do Espírito Santo. Junto dos negros, na condição de escravos, construíram fazendas na região do atual município e fizeram surgir uma pequena povoação. O governador da Capitania do Espírito Santo em 1828, Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos relatou ao Rei Dom João VI as riquezas do local, sugerindo a regulamentação dos trabalhos das minas e a proteção dos indígenas com um aldeamento. Joaquim Maralino da Silva Lima, encarregado da missão no ano seguinte, a realiza somente em 1849, quando era vice-presidente da província, ao empreender viagem de reconhecimento com Fortunato Tavares da Silva Medilo e fundar o Aldeamento Imperial Afonsino, instalado à margem do Rio Castelo por Frederico Willner.

O local receberia seus primeiros imigrantes italianos em 1892, que passaram a explorar a cultura do café. Em 1864, passaria a pertencer ao recém-criado município de Cachoeiro de Itapemirim e, tão logo, em 1871, através da Lei Provincial nº 9, seria elevado à categoria de freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Com a criação do município de Castelo, em 4 de dezembro de 1928, seria transferido a este, na categoria de vila. Sua emancipação viria em 6 de dezembro de 1963, a partir da Lei nº 1.909, já sob a denominação de Conceição do Castelo e sua instalação oficial em 9 de maio de 1964. Seu nome surge da impressão curiosa de

um desbravador vindo do litoral que se deparou com uma muralha, parecida com um castelo, e da homenagem à padroeira, Nossa Senhora da Conceição.

A cafeicultura é seu maior destaque. A bovinocultura e a avicultura, apesar de relevantes, estão em propriedades com maior tecnologia. A cidade integra a região turística das Montanhas Capixabas, por suas belas paisagens. Como exemplo, destaca-se a Cachoeira do Vargas, famosa por seu atrativo turístico, é propícia ao banho e tem boa infraestrutura de lazer. Ressalta-se que a cidade está inserida no contexto histórico da Rota Imperial, estrada da época imperial utilizada pela Coroa Portuguesa para a exploração do ouro.

Destaca-se a Trilha Imperial Jequitibá Centenário, que perpassa diversas propriedades rurais, pela presença da árvore centenária. A Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, construída em 1904 e seu anexo, o Memorial Frei Alaor, de 2004, são locais históricos e visitados por religiosos. As tradicionais Festas do Sanfoneiro e Exposição Agropecuária e da Fruta e Emancipação Política buscam valorizar a cultura regional, a fruticultura local e a autonomia política.

O município abrange um território com 369,44 km² de extensão e tem a presença de três trechos de estrada do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2007, 2012 e 2014.

Foto: Marcos Azeredo

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 30, em Conceição do Castelo, destaca-se pelo aumento no fluxo de visitantes e de mercadorias e pela melhora na situação da renda familiar.

DOMINGOS MARTINS

Nas proximidades do Rio Jucu, empreendeu-se a Colônia Imperial de Santa Isabel. Os primeiros imigrantes aportaram em Vitória, no dia 21 de dezembro de 1846, vindos de Hunsrück, região oeste da Alemanha. Subiram o Rio Jucu Braço Norte e, em 27 de janeiro de 1847, chegaram à Serra da Boa Vista. Procurando um local mais propício, continuaram em direção às montanhas; as famílias católicas ficaram em Santa Isabel, as luteranas, em um local plano, o qual chamaram de Campinhoberg – Morro do Campinho.

Em 1859, somaram-se novos imigrantes alemães, de Hesse, região central da Alemanha. Alguns anos depois chegaram os imigrantes italianos, concentrando-se nos distritos de Aracê e Araguaia. Elevada à categoria de vila, Santa Isabel desmembra-se de Viana pelo Decreto Estadual nº 29, de 20 de outubro de 1893. No dia 20 de dezembro de 1921, recebe o nome de Domingos Martins, em homenagem ao capixaba Domingos José Martins, líder da Revolução Pernambucana que morreu fuzilado.

Representando muito da economia local, o setor agropecuário destaca-se nos cultivos de morango, hortaliças e café arábica e na avicultura. O município integra a região turística das Montanhas Capixabas, sendo destino certo para os turistas desfrutarem de lindas paisagens, como a Cascata do Galo e o Parque Estadual Pedra Azul, além do agroturismo, bastante desenvolvido. Um dos cartões-postais da cidade, a Praça Arthur Gerhardt tem canteiros, lago de peixe e miniatura de quitungo (fabricação artesanal de farinha de mandioca), além de ser o palco principal dos eventos da cidade, como, a Sommerfest - Festival da Imigração Alemã, comemorada no fim de janeiro; o Festival de Inverno, realizado durante o mês de julho; e, a Festa do Morango, que acontece no início de agosto.

O município abrange um território com 1.229,36 km² de extensão e tem a presença de 12 trechos de estradas do Programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2004, 2005, 2007, 2008, 2010, 2011, 2012 e 2013.



Foto: Marcos Azeredo

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 35, em Domingos Martins, destaca-se pelo aumento no fluxo de visitantes e pela melhora na situação da renda familiar.

MARECHAL FLORIANO

As colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina foram os primeiros focos de imigração na província do Espírito Santo e o destino das famílias contratadas, em 1858, pelo então Ministro e Secretário de Negócios do Império, Sérgio Teixeira de Macedo. A maior parte dessas famílias, entretanto, iria se estabelecer na região do Rio Jucu Braço do Sul, onde, em 1861, começaram as obras para uma ponte que cortaria o rio.

A inauguração da Vila do Braço do Sul acontece em 22 de outubro de 1862, conforme relatório da Assembleia Geral Legislativa, feita por Pedro Alcântara Bellegarde, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em 13 de maio de 1900, o governador Muniz Freire faz uma homenagem ao primeiro vice-presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, ao mudar o nome da vila. O distrito de Marechal Floriano é criado, através da Lei Estadual nº 1956, em 13 de janeiro de 1964 e elevado à categoria de município,

pela Lei Estadual nº 4571, em 31 de outubro de 1991, desmembrando-se de Domingos Martins.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no município estão ligadas ao cultivo de café, atividade mais importante, à olericultura, que explora os cultivos de inhame, batata baroa e tomate, e à avicultura, área na qual ganha destaque como o maior produtor de frango de corte do Estado. Integrando a região turística das Montanhas Capixabas, a cidade tem forte influência europeia e é conhecida pelo Museu da Estação, o Zoo Park da Montanha, o Museu da Casa Rosa, no distrito de Araguaia, e a Festa Italemanha, que celebra a cultura dos imigrantes alemães e italianos.

O município abrange um território com 285,39 km² de extensão e tem a presença de quatro trechos de estradas do Programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2005, 2006 e 2010.

Foto: Raphael Segatto

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 82a, em Marechal Floriano, recebeu boa avaliação e destaca-se pela melhora no acesso ao ensino.

Foto: Micaelly Rupf





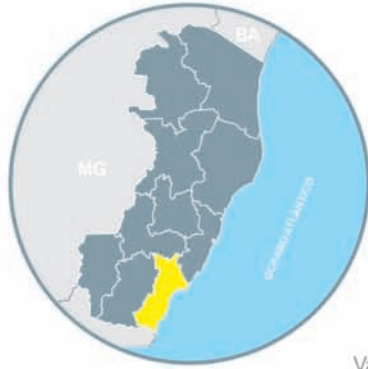
LITORAL SUL

Microrregião composta pelos municípios de Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha, Piúma, Itapemirim, Rio Novo do Sul, Marataízes e Presidente Kennedy, possui nove trechos do Programa Caminhos do Campo nos municípios de Alfredo Chaves, Anchieta, Itapemirim e Rio Novo do Sul, totalizando 62,16 km de estradas. Na agricultura, a microrregião se destaca pelas produções de café, banana, abacaxi,

cana de açúcar e mandioca. Lindas praias, algumas com falésias, ideais para a tirolesa, belas cachoeiras para esportes radicais, rampas de voo livre e trilhas, são algumas das atrações desses municípios. Além do litoral riquíssimo em beleza natural, a forte influência dos imigrantes está presente no artesanato, na cultura, na dança, na história, na música e nas festas típicas e blocos de carnaval.

TRECHOS DO PROGRAMA CAMINHOS DO CAMPO

9	Alfredo Chaves	Acesso a Batatal - Aparecidinha
10	Alfredo Chaves	Sede - Cachoeira Alta
11	Alfredo Chaves	Aparecida - Ribeirão do Cristo
12	Alfredo Chaves	Sede - Sagrada Família
14	Anchieta	Posto Jaqueira (BR-101) - Olivânia
65	Itapemirim	BR-101 - Frade e a Freira
66	Itapemirim	Gomes - Lagoa Guanandy
67	Itapemirim	Rodovia do Sol - Lagoa do Gomes / Rodovia do Sol - ES-487
96	Rio Novo do Sul/ Vargem Alta	Sede - Belém



Legenda

- Trechos do programa Caminhos do Campo
- Rodovias principais
- Limites municipais



ALFREDO CHAVES

A doação de 500 alqueires de terra, por Dom Pedro II, ao guarda de honra da corte, Augusto José Álvares e Silva, marca o início da história da cidade. Dividida em cinco partes de sesmarias: do norte, do sul, do leste, do oeste e Quatinga, a última foi recebida pelo Coronel José Togneri, como dote, pelo casamento com a filha de Álvares e Silva. Os imigrantes italianos chegariam à região de Benevente em 1877 e logo subiriam o rio de mesmo nome, até a sesmaria Quatinga, onde fundaram o povoado de Alto Benevente. Com medo das enchentes e dos índios, alguns subiriam para uma região mais elevada, batizada de Vila de Todos os Santos.

No ano de 1878, novos imigrantes italianos chegam à região, se estabelecem nos vales acima de Benevente e Batatal, e Dom Pedro II envia o Ministro da Colonização, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, para expulsar os índios das fazendas da região. Nos anos de 1888 e 1895, mais imigrantes italianos chegam, ocupando os territórios de Araguaia, Santo André, São Marcos, Matilde, Carolina, Deserto, Urânia, Maravilha e Engano. Recebe o nome de Alfredo Chaves em homenagem ao Ministro da Colonização e, por Decreto Estadual de 24 de janeiro de 1891 e Lei Estadual nº 1220, de 31 de dezembro de 1919, o distrito é desmembrado do município de Benevente, atual cidade de Anchieta.

As atividades agrícolas mais relevantes são a bananicultura, a cafeicultura, a pecuária e o cultivo de inhame, maior do Estado, que recebe, em 2017, a Indicação Geográfica (IG), pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), identificando a qualidade e origem do produto. Compondo a região turística das Montanhas Capixabas, o município tem grande potencial no agroturismo, em virtudes das riquezas naturais do território, que podem ser visitadas nos circuitos Vale da Aventura e Caminhos das Águas. O novo roteiro turístico das Setes Maravilhas de Alfredo Chaves foi criado com expectativa de potencializar os atrativos naturais e valorizar os produtos da agroindústria local. Compõem o roteiro: a Cachoeira Engenheiro Reeve, conhecida como Matilde, a Estação Ferroviária, o vilarejo de São Roque de Maravilha, a Rampa de Voo Livre de Cachoeira Alta, a Cachoeira do Quintino, a Cachoeira Vovó Lúcia e a Igreja da Sagrada Família. Durante o ano, são realizadas a Festa de Emancipação e Aniversário da cidade, no dia 24 de janeiro; a Festália, em comemoração à imigração italiana; e, a Festa da Banana e do Leite, celebrando os produtos típicos da cidade.

O município abrange um território com 615,85 km² de extensão e tem a presença de cinco trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2005, 2010, 2012 e 2014.

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 9, em Alfredo Chaves, destaca-se pela melhora no acesso ao ensino e pelo aumento no fluxo de visitantes.



ANCHIETA

Uma das cidades mais antigas do Espírito Santo, Anchieta tem sua história a partir de uma aldeia de índios catequizados pelos jesuítas. O ano exato de sua fundação é incerto, sabe-se, entretanto, que ocorreu no dia 15 de agosto, nos idos de 1560. Em 1 de janeiro de 1759, a aldeia de Reritiba, seu primeiro nome, que significa, em tupi, “lugar de muitas ostras”, foi elevada à categoria de vila e passou a se chamar Benevente.

Anos depois, pela Lei Provincial nº 6, de 12 de agosto de 1887, a vila é elevada à categoria de cidade e recebe o nome de Anchieta, nome ratificado mais tarde, em 30 de dezembro de 1921, pela Lei Estadual nº 1307. São José de Anchieta, padre jesuíta espanhol, morou muitos anos na antiga Vila Benevente e lá faleceu, em 1597. Em homenagem, a cidade leva seu nome.

A agricultura é parte relevante na economia da cidade, com destaque para as culturas de banana, mandioca, milho, arroz, café e feijão. Além dela, a pecuária, principalmente a leiteira, e a pesca são atividades de expressão e o agroturismo se fortalece, sobretudo no interior. Anchieta compõe a região turística da Costa e da Imigração e apresenta belas praias que recebem muitos turistas, estes também podem aproveitar para conhecer o Santuário Nacional José de Anchieta e a Festa Nacional em sua homenagem.

O município abrange um território com 409,63 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2010.

Foto: Raphael Segatto

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 14, em Anchieta, destaca-se pela melhora no acesso ao ensino e pelo aumento no fluxo de visitantes.



ITAPEMIRIM

Região do baixo Rio Itapemirim e seu afluente, o Rio Muqui do Norte, até a criação do município de Cachoeiro de Itapemirim, abrangia todo sul do Espírito Santo, chegando à fronteira com Minas Gerais. Em 1539, Pedro da Silveira teria se estabelecido na região do atual município, mas este permanece sem maior ocupação até meados de 1770, quando, mineradores da Serra do Castelo, fugindo dos índios puris, chegam à foz do Rio Itapemirim. Pedro Bueno e Baltazar Caetano Carneiro compram uma fazenda de engenho, denominada Fazendinha, na atual Vila de Itapemirim e seu progresso, graças à cultura da cana e produção de açúcar e aguardente, foi tal que, pelo Alvará de 27 de junho de 1815, é criado o município de Vila de Itapemirim, com instalação oficial em 9 de agosto do mesmo ano. Sua formação étnica se deu, historicamente, pela presença de portugueses, negros e, posteriormente, belgas, italianos e sírio-libaneses.

A economia tem boa diversidade, com destaques para os cultivos de cana de açúcar e mandioca, para a pecuária leiteira e a aquicultura. A cidade integra a região

turística da Costa e da Imigração e tem grande potencial, por suas belas praias, Itaipava, Itaoca e Gamboa, e formações rochosas como O Frade e A Freira, que fica na divisa da cidade com os municípios de Rio Novo do Sul e Cachoeiro de Itapemirim e é um dos cartões postais do Estado, e o Monte Aghá, na divisa com o município de Piúma, compondo a paisagem da Praia de Piúma. Outro ponto de visitação é a Ilha dos Franceses, ótima para pesca e mergulhos e um paraíso natural de águas cristalinas e preserva o da Mata Atlântica. No mês de junho,   celebrada a Festa de Santo Antônio, em louvor ao santo de devo o da comunidade negra, com a realiza o de shows regionais, quadrilhas, apresenta o de Jongo e missas. A Festa de Emancipa o do Município, comemorada no dia 8 de setembro,   dividida em três partes: cívica, profana e religiosa, com shows, exposi o, desfile cívico, procissão e missas.

O município abrange um território com 562,07 km² de extensão e tem a presença de três trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluidas em 2006, 2007 e 2012.

Foto: Raphael Segatto

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 67a, em Itapemirim, recebeu boa avaliação e destaca-se pela melhora no acesso ao ensino.



RIO NOVO DO SUL

A história do município tem início com a fundação da Associação Colonial Agrícola de Rio Novo, em 1854, por Caetano Dias da Silva. A colônia surge nas imediações da Fazenda Limão, pertencente à Associação, e às margens do Rio Novo. Os primeiros imigrantes, suíços, chegam em dezembro 1856, mas a região recebe, posteriormente, imigrantes de diversas nacionalidades, que se situam na região de Pau D'Alho. Tiveram pouca sorte e, em sua maioria, faleceram, devido às condições adversas. Em 1861, o governo imperial estatizaria a colônia, que passaria a chamar Colônia Imperial de Rio Novo. Apenas em 1871, quando Joaquim Adolpho Pinto Pacca se torna seu diretor, iniciando um projeto para melhorar o local, Rio Novo ganha esperança.

No ano de 1873, uma nova sede estava em construção, na região do Rio Santo Antônio, e tudo parecia prosperar, mas a colônia era dividida em cinco Territórios, extensos, esparsos e de difícil comunicação e a chegada dos imigrantes trentinos, em 1875, acentuaria ainda mais os problemas e as doenças. Em 6 de março de 1880, o Território I da Colônia de Rio Novo, na região de Pau D'Alho, é emancipado, pelo Decreto 7.683 e passa a pertencer a um dos distritos do município de Itapemirim. Em 14 de abril de 1883, é elevado à

categoria de freguesia, com nome de Santo Antônio de Rio Novo, e, em 23 de novembro de 1893, a partir do Decreto nº 30, torna-se sede do município de mesmo nome, desmembrando-se de Itapemirim. A instalação oficial acontece em 6 de janeiro de 1894 e, somente em 29 de dezembro de 1953, pela Lei nº 779, o município recebe o nome de Rio Novo do Sul.

Na produção agropecuária, destacam-se o café, a banana e a pecuária leiteira e a indústria tem sua força na extração e beneficiamento do granito. Compondo a região da Costa e Imigração, Rio Novo do Sul tem grande potencial turístico, principalmente para o agroturismo, ainda não desenvolvido, e por suas paisagens naturais de enorme beleza, como a formação rochosa O Frade e A Freira, que fica na divisa da cidade com os municípios de Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim e é um dos cartões postais do Estado. Durante o ano, a cidade organiza a Festa do Imigrante Suíço e a Caminhada da Imigração Suíça, celebrando os primeiros imigrantes da região.

O município abrange um território com 204,50 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2010.

Foto: Raphael Segatto

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 96, em Rio Novo do Sul, recebeu boa avaliação e destaca-se pelo aumento no fluxo de turistas.

Foto: Micaelly Rupf





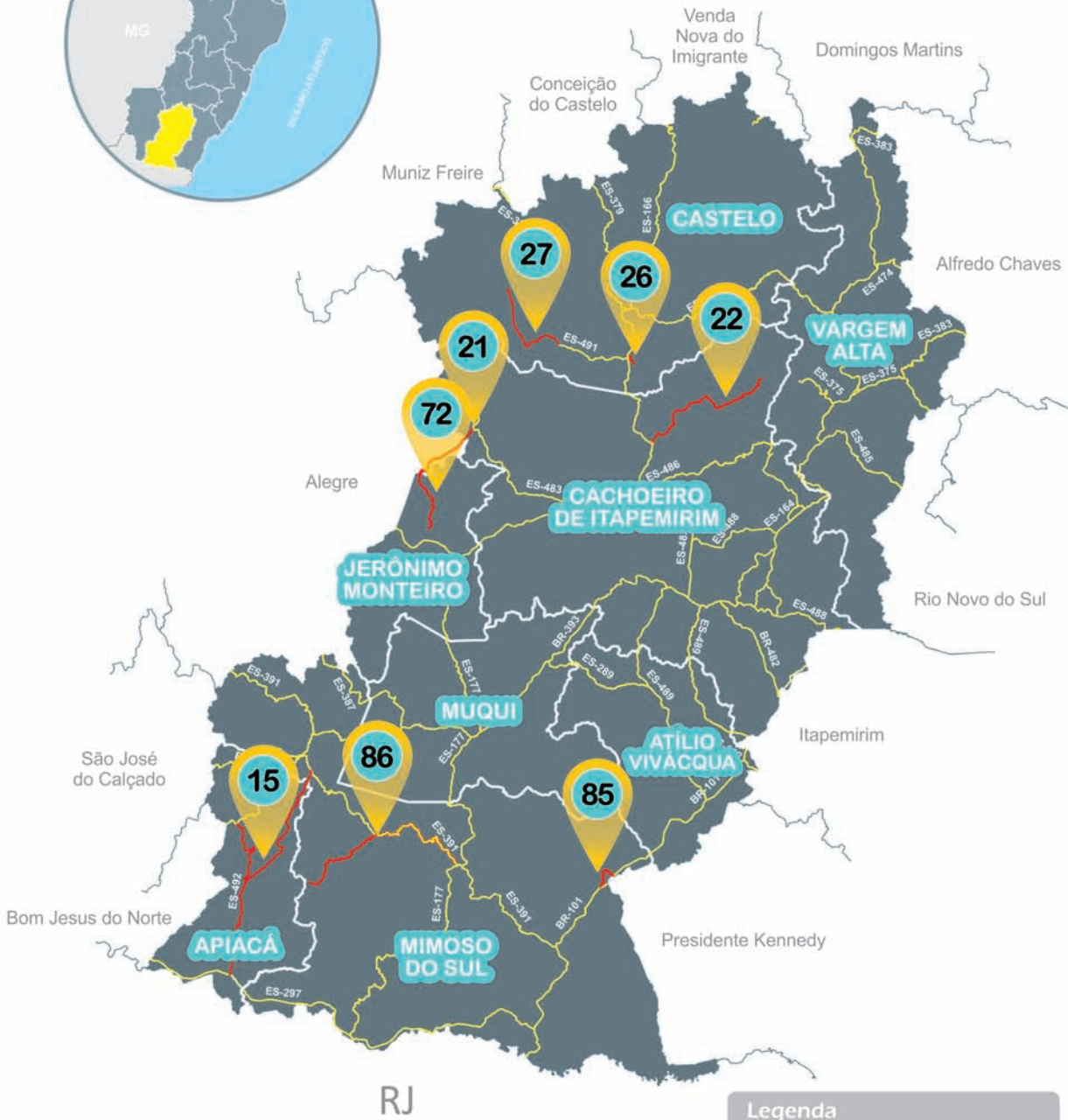
CENTRAL SUL

Os municípios de Apiacá, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul e Vargem Alta, possuem 9 trechos do Programa Caminhos do Campo, totalizando 108,42 km de estradas. Compõem ainda a Microrregião, os municípios de Atilio Vivacqua e Muqui, que não possuem trechos do programa Caminhos do Campo, concluídos até 2016. Na agricultura, a microrregião se destaca pelas produções de café, tomate, banana, milho e mandioca. Concentrando municípios de diversas regiões turísticas, a microrregião tem enorme variedade de atrativos. Abriga o principal polo do setor

de granito e mármore do Brasil, casarios da época colonial e do auge do ciclo do café e palácios que são patrimônio histórico, muitos deles tombados. Com forte influência dos imigrantes europeus, os municípios da região das montanhas capixabas conservam as tradições e a cultura desses povos e oferecem ao turista lindas paisagens. A microrregião também tem destaque no agroturismo, no turismo de aventura e ecoturismo, uma vez que abrange uma região cercada por inúmeras formações rochosas e parques estadual e nacional.

TRECHOS DO PROGRAMA CAMINHOS DO CAMPO

15	Apiacá	Sede - Santa Fé
21	Cachoeiro de Itapemirim	Oriente - ES 483 (Burarama)
22	Cachoeiro de Itapemirim	Sapecado - São Vicente
26	Castelo	Acesso a UNIAVES
27	Castelo	Aracuí - Estrela do Norte
72	Jerônimo Monteiro	Sede - Oriente
85	Mimoso do Sul	BR-101 - São José das Torres (Rod. José Alves Tolentino)
86	Mimoso do Sul	Sede - São Pedro de Itabapoana
96	Rio Novo do Sul/ Vargem Alta	Sede - Belém



Legenda

- Trechos do programa Caminhos do Campo
- Rodovias principais
- Limites municipais



APIACÁ

Subiram o Rio Itabapoana, vindos de Limeira, atual cidade de Mimoso do Sul, os primeiros colonizadores da região. Na margem esquerda do rio, a fertilidade do solo deu prosperidade à cafeicultura e originou um povoado, atual sede do município. Seu primeiro nome foi Antônio Carlos, sendo alterado, em 1911, para distrito de Boa Vista.

Pelo Decreto-Lei Estadual nº 15.177, de 31 de dezembro de 1943, recebe o nome de Apiacá, espécie de marimondo conhecido por sua agressividade, e o município de João Pessoa, a quem estava subordinado na época, passa a denominar-se Mimoso do Sul. Elevado à categoria de município, através da Lei Estadual nº 1.405, em 26 de agosto de

1958, desmembrou-se de Mimoso do Sul, e teve sua instalação oficial em 29 de janeiro de 1959.

A economia local baseia-se na atividade agropecuária, com destaques para a pecuária leiteira, de corte e o café. Durante o mês de julho, a Festa da Padroeira, Nossa Senhora Sant'Ana, atrai moradores locais e de outros Estados, com novena, missas, fogos e o concurso leiteiro, segundo maior do Espírito Santo, tradicional atividade do município.

O município abrange um território com 194,15 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2006.

Foto: Raphael Segatto

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 15a, em Apicá, recebeu boa avaliação e destaca-se pela valorização dos imóveis.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Donatário da capitania, Francisco Alberto Rubim, ao receber a tarefa de desenvolver o povoamento do Espírito Santo, concede a Luiz José Moreira, entre 1820 e 1825, meia légua de terras para a construção de quarteis de pedestres, que garantiriam a segurança dos habitantes e tropeiros que se aventurassem na região. À margem sul do Rio Itapemirim, o Quartel da Barca, homenagem a Luiz Araújo, Conde da Barca e Ministro do Império, ao aumentar seus efetivos, dá início aos primeiros núcleos populacionais. A primeira casa, construída em 1846, era de Manoel de Jesus Lacerda e, dos fazendeiros da região, destacava-se Joaquim Marcelino da Silva, Barão de Itapemirim. Em 16 de julho de 1856, seria criado o distrito de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim, subordinado ao município de Itapemirim, pelo Decreto Provincial nº 11. Pouco depois, em 23 de novembro de 1864, fora elevado à categoria de vila, desmembrando-se de Itapemirim. Imigrantes italianos e alemães chegariam após a abolição, pelo porto de Itapemirim e logo após, em 26 de dezembro de 1889, haveria a elevação da vila à categoria de cidade, com denominação de Cachoeiro de Itapemirim, pelo Decreto Estadual nº 4. A cidade foi instalada oficialmente, pelo Decreto nº 53, em 11 de novembro de 1890.

A agricultura, caracterizada pelos cultivos de milho, arroz, feijão e tomate, desponta

nas produções de café conilon e na fruticultura. Seu maior pilar econômico está no extrativismo e no beneficiamento mineral, que abastece grande parte do mercado brasileiro de mármore. Integra a região turística dos Vales e do Café e tem atrativos para os apaixonados pela natureza, como a Cachoeira Alta; a Pedra da Ema; a Fazenda Cafundó, reserva particular de 517 hectares; e, o Parque Natural Municipal do Itabira, que conserva vegetação da Mata Atlântica, as nascentes dos córregos Itabira e Urtiga e abriga a Pedra do Itabira, cartão-postal da cidade. Preservando parte da história, a Casa dos Bragas, construída em 1910 e hoje tombada pelo município, foi moradia da família Braga desde 1912 e de seu filho mais proeminente, Rubem Braga; e a Fábrica de Pios de Aves Maurílio Coelho, fundada em 1903, é a única na América Latina a reproduzir o canto de espécies nativas da Mata Atlântica. O maior evento de rochas ornamentais do mundo, a Feira Internacional de Mármore e Granito é realizada na última semana de agosto e reúne expositores do mundo inteiro. A Festa de Emancipação Política do Município é uma das mais tradicionais do Estado e tem uma semana inteira de eventos.

O município abrange um território com 878,60 km² de extensão e tem a presença de dois trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas nos anos de 2006 e 2009.

Foto: Raphael Segatto

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 22, em Cachoeiro de Itapemirim, destaca-se pela melhora no acesso ao ensino e pelo aumento no fluxo de visitantes.



CASTELO

A origem da colonização da cidade é permeada por uma controvérsia. Uma hipótese atribuí aos jesuítas, em 1625, a partir da fundação das Missões de Monte Castello e da construção de uma igreja em homenagem à Nossa Senhora do Amparo. Por outra, a corrida pelo ouro impulsionou o bandeirante paulista Pedro Bueno Cacunda, que seria o pioneiro da exploração nas Serras do Castelo, no início do século XVIII, ao fundar o arraial Santana, atual região da Fazenda da Povoação. O conflito com os jesuítas, a falta de apoio da Coroa e a dificuldade com os nativos, no entanto, levaram o bandeirante a se retirar, trinta anos depois. Por fim, a expulsão da Ordem Inaciana do Brasil, em 1759, resultou em conflitos entre os nativos e os exploradores, levando a uma sangrenta batalha em 1771 e à posterior saída dos exploradores, que se refugiaram no Baixo Itapemirim.

A povoação de Castelo surgiria em 1848, após a instalação do Aldeamento Imperial Afonsino, com Joaquim Vieira de Machado e o major Antônio Vieira Machado da Cunha explorando as margens dos Rios Castelo e Caxixe. Em 31 de julho de 1891, seria criado o distrito de Estação de Castelo, pela Lei Estadual nº 1.887, subordinado ao município de Cachoeiro de Itapemirim. Sua emancipação, com a elevação à categoria de vila de Castelo, ocorreria em 25 de dezembro de 1928, pela Lei Estadual nº 1.687 e a instalação oficial em 7 de maio de 1929. Seu nome tem origem nas montanhas semelhantes

a um castelo feudal e na serra que se parece com as muralhas que cercam um castelo. Atualmente, tal formação é conhecida como Pico do Forno Grande.

Tem como principal atividade agrícola o cultivo de café, embora a pecuária leiteira e de corte e os cultivos de tomate, milho e banana, também mereçam destaque. Castelo compõe a região turística das Montanhas Capixabas e abriga belezas naturais, com destaque para o Pico do Forno Grande e a Gruta do Limoeiro, patrimônio histórico estadual e a mais importante área de estudos pré-históricos do Espírito Santo. O Santuário de Aracuí, erguido em homenagem à Nossa Senhora Imaculada Esposa do Divino Espírito Santo, é local de peregrinação e fé e, no mês de maio, no dia 13, realiza uma festa em louvor à Virgem Maria. O Casarão da Fazenda do Centro, construído em 1845, reflete os tempos áureos do café e foi tombado pelo Estado em 1984. Cultivam e enaltecem as culturas dos povos colonizadores, as Semanas da Colônia Italiana e da Cultura Afro, com atrações de dança, música, manifestações populares e gastronomia. Já a tradição de 1960, de confeccionar tapetes e passadeiras nas ruas, durante o feriado de Corpus Christi, fazem de Castelo um ponto turístico famoso.

O município abrange um território com 664,39 km² de extensão e tem a presença de dois trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2005 e 2009.

Foto: Raphael Segatto

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 27, em Castelo, destaca-se pelo aumento no fluxo de visitantes e fluxo de mercadorias.

JERÔNIMO MONTEIRO

Seguindo os mesmos passos dos municípios do Sul do Estado, tem sua origem com a expedição de Manoel José Esteves de Lima, partindo de Mariana, com intenção de chegar à foz do Rio Itapemirim. Por volta de 1823, teria chegado, com seu guia, caboclo Calixto Antônio dos Santos, à região do atual município de Jerônimo Monteiro, chamado, à época, de Cachoeira das Flores. Seguiu viagem, deixando algumas pessoas no local. Desse grupo, faziam parte Marcondes Alves de Souza e Antônio de Souza Monteiro, fundador da Fazenda Monte Líbano, em Cachoeiro. O vilarejo de Cachoeira das Flores teve diversos nomes com o passar do tempo, mantendo, até 1943, os nomes de Sabino Pessoa (atual Centro da cidade) e Vala do Souza (atual bairro de Parada Cristal).

Em 11 de janeiro de 1895, foi reconhecido como distrito de Vala do Souza, subordinado ao município de Alegre, através da Lei Municipal nº 11, com anuência em 5 de dezembro de 1910 da Lei Estadual nº 715. A fundação da União dos Lavradores de Vala do Souza, em 15 de fevereiro de 1948, trouxe ao distrito o ideal de emancipação, dado o descaso e abandono da comunidade. Com o tempo, o movimento tomou proporções populares, conseguindo da Assembleia Legislativa do Estado o pronunciamento favorável à criação do município, através

da Lei nº 777, de 29 de dezembro de 1953. O município de Alegre, contrário à emancipação, tentaria anular o processo, partindo para vias judiciais, e conquistaria a suspensão do processo. O Supremo Tribunal Federal, em 1958, considerou o processo legal e, em conformidade com a legislação do país e em 28 de novembro de 1958, fora aprovada a Lei Estadual nº 1.416, transformando o distrito em município de Jerônimo Monteiro, uma homenagem ao ex-governador do Estado, Jerônimo de Sousa Monteiro.

A principal atividade econômica do município é a cafeicultura, seguida da pecuária leiteira e do cultivo de laranja, este em recuperação, uma vez que já alcançou o patamar de segunda maior do Estado. Integrante da região turística do Caparaó, tem no agroturismo o maior destaque, com produtos típicos como a goiabada cascão, o fubá moído na pedra, a banana passa e a cachaça de banana. Para os amantes de história, o Sítio do Crioulo, comunidade quilombola, e a Fazenda Gironda, casario típico do auge do ciclo do café, são passagens importante que recontam as origens da cidade.

O município abrange um território com 162,09 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2008.

Foto: Raphael Segatto

DESTAQUE APÓS A OBRA

Os Trechos 72 e 21, em Jerônimo Monteiro, destacam-se pela melhora no acesso ao ensino.

MIMOSO DO SUL

Uma sesmaria que pertencia aos jesuítas deu origem a parte do município. Arrematadas as terras por Antonio Pereira da Silva Viana, em 1776, após a expulsão dos jesuítas, foi povoada por mineiros e cariocas que se fixaram em Limeira, à margem esquerda do Rio Itabapoana. A boa navegabilidade do rio fez do local um importante porto fluvial, com movimento comercial ativo até a construção da Estrada de Ferro Leopoldina, e seu solo fértil atraiu novos desbravadores para a região, eram imigrantes italianos, samarinenses e sírio-libaneses. No ano de 1852, a iniciativa de Manoel Joaquim Pereira e a compra, em 11 de outubro, da Fazenda Vale Mimoso, pelo Capitão Pedro Ferreira da Silva, fundaram duas povoações, São Pedro e Mimoso que, respectivamente, seriam sedes do atual município. Como distrito, foi reconhecido com a denominação de São Pedro de Itabapoana, é por Decreto Provincial nº 4, em 26 de novembro de 1863, subordinado ao município de Cachoeiro de Itapemirim. Elevado à categoria de vila, pela Lei Provincial nº 1, em 29 de julho de 1887, tem como sede a povoação de São Pedro. Antes de ser elevada à categoria de município, a Lei nº 1.726, de 3 de janeiro de 1930, transfere a sede para o povoado de Mimoso. O município seria criado, com nome de João Pessoa, pelos Decretos Estaduais nº 113, de 26 de novembro de 1930, e nº 3.468, de 17 de março de 1933. Recebe o nome de Mimoso do Sul através do Decreto-Lei Estadual nº 15.177, de 31 de dezembro de 1943.

Atividade primordial para seu desenvolvimento, a cafeicultura se concentra nos distritos de Conceição de Muqui e Santo Antônio de Muqui e ainda hoje gera movimentação econômica. Além disso, destaca-se a fruticultura, com a goiaba, utilizada para a produção da goiabada cascão; a banana, produzida principalmente no distrito de São João das Torres; e o coco, envasado por uma agroindústria e vendido em toda a região Sul do Estado. Compõe a região turística dos Vales e do Café e tem grande riqueza histórica, como o Sítio Histórico de São Pedro de Alcântara do Itabapoana que, junto das diversas fazendas da região, contam sobre a colonização e o crescimento da cidade. O Festival de Inverno da Sanfona e da Viola, realizado em julho, resgata os sanfoneiros e violeiros da região e ocorre desde 1998, e o Festival Gastronômico de Massas, em maio, celebra a colonização italiana, com grupos de origem e pratos típicos. Não menos importantes, a Festa Tradicional de Mimoso do Sul, em julho, e o Carnaval de rua, em fevereiro, têm caráter popular e, tradicionalmente, atraem diversos turistas.

O município abrange um território com 869,90 km² de extensão e tem a presença de dois trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2006 e 2010.

Foto: Raphael Segatto

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 86, em Mimoso do Sul, destaca-se pelo aumento no fluxo de mercadorias.

VARGEM ALTA

A ocupação do território do município ocorreu já na colonização portuguesa, com fazendas que ficaram abandonadas. A partir da doação de terras, durante o Segundo Império, alguns imigrantes italianos resolveram sair da Colônia de Rio Novo, com esperanças de prosperidade na região de Vargem Alta. Estabeleceram-se nas comunidades de Boa Esperança, Jaciguá e Concordia, e o desenvolvimento do local ocorreu, em grande parte, pela construção da Estrada de Ferro Leopoldina.

Por plebiscito, realizado em março de 1981, a maioria da população se dizia favorável à emancipação do distrito, assim, pela Lei Estadual nº 4063, de 10 de maio de 1988, Vargem Alta é elevada à categoria de município, desmembrando-se de Cachoeiro de Itapemirim. A instalação oficial ocorre em 1 de janeiro de 1989.

Dentre as produções agrícolas, destacam-se o café e o inhame, que recebe, em 2007, Indicação Geográfica (IG), pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), identificando a qualidade e origem do produto. Integrante da região turística das Montanhas Capixabas, o turismo na cidade tem grande potencial, pelas belezas naturais, como a Cachoeira do Caiado, a mais próxima da cidade e muito visitada pela beleza de sua queda natural, de seu lago de águas cristalinas, além da trilha pela mata que permite admirar a natureza. Atraem também muitos turistas a Caminhada do Imigrante, que ocorre no dia 21 de abril, e o agroturismo, ainda em desenvolvimento.

O município abrange um território com 413,70 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2010.

Foto: Raphael Segatto



DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 96, em Vargem Alta, recebeu boa avaliação e destaca-se pelo aumento no fluxo de turistas.

Foto: Douglas Bonella





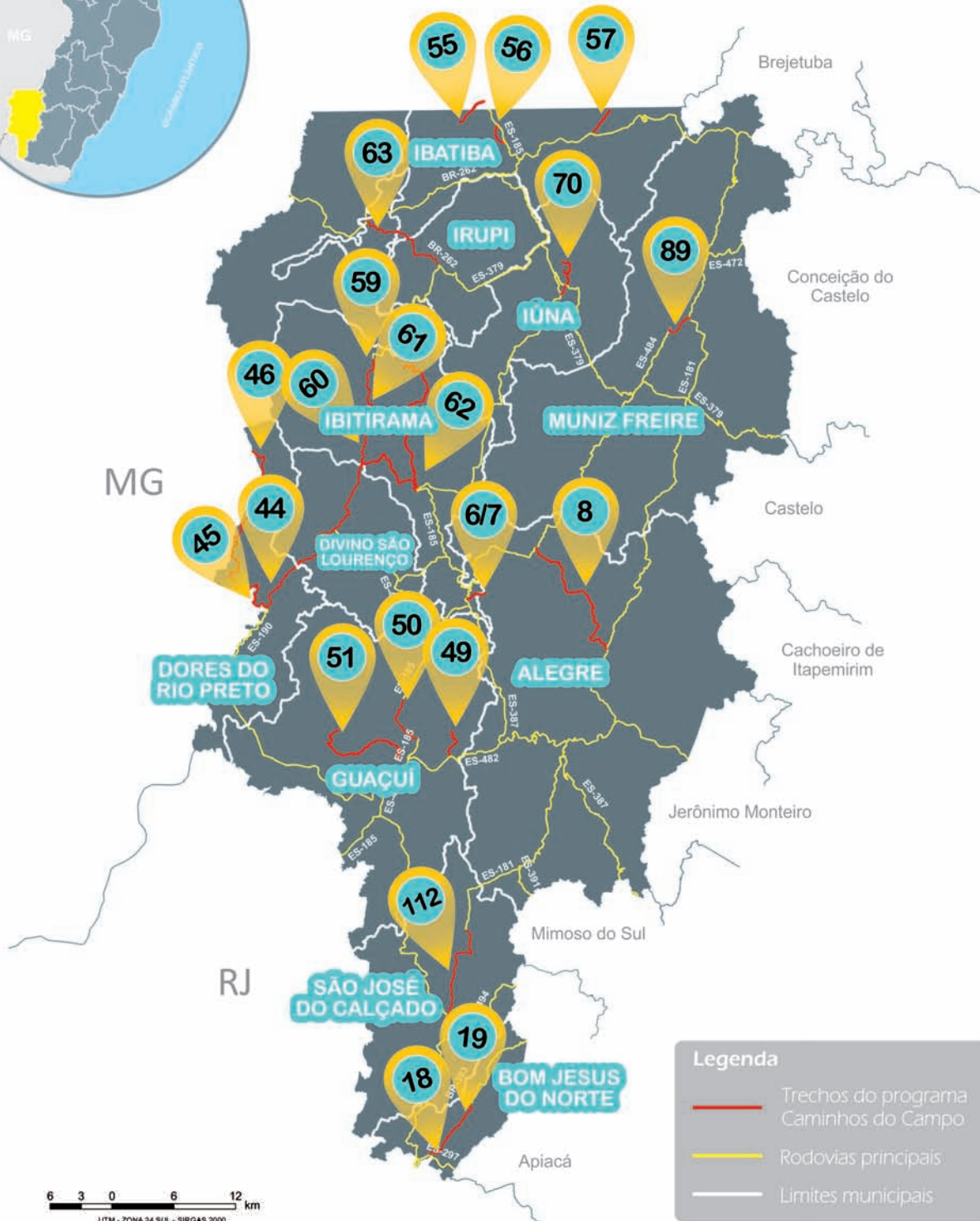
CAPARAÓ

Os municípios de Alegre, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupí, Iúna e Muniz Freire, possuem 21 trechos do Programa Caminhos do Campo, totalizando 187,47 km de estradas. Dos municípios que compõem a microrregião apenas São José do Calçado não possui trecho do programa Caminhos do Campo, concluídos até 2016. Na

agricultura, a microrregião se destaca pelas produções de café, tomate, milho, feijão e banana. Localizada na região do Caparaó, é ideal para o turismo de aventura, o ecoturismo e o agroturismo, com atrativos como o Parque Nacional do Caparaó e o Parque Estadual da Cachoeira da Fumaça. Encanta os turistas pelas belezas naturais, bucolicismo, gastronomia, cultura e história.

TRECHOS DO PROGRAMA CAMINHOS DO CAMPO

6	Alegre	ES-387 - Parque Estadual da Cachoeira da Fumaça (1ª Etapa)
7	Alegre (Ibitirama)	Acesso ao Parque Cachoeira da Fumaça (2ª Etapa)
8	Alegre	ES-181 - Araraí
18	Bom Jesus do Norte	Sede - Fazenda Baixo Jardim
19	Bom Jesus do Norte	Fazenda Baixo Jardim - Três Porteiras
44	Dolores do Rio Preto/ Ibitirama/ Divino de São Lourenço	Mundo Novo - Patrimônio da Penha - Santa Marta
45	Dolores do Rio Preto	Mundo Novo - Pedra Menina
46	Dolores do Rio Preto	Pedra Menina - Portão do Parque do Caparaó
49	Guaçuí	Entroncamento ES-482 - Comunidade Santa Catarina
50	Guaçuí	Sede - S.Tiago - Fazenda Aparecida
51	Guaçuí	Vale do Sol - Assentamento Luiz Taliully Netto
55	Ibatiba	Acessos a Criciúma
56	Ibatiba	Acesso a Santa Clara
57	Ibatiba	Acesso a Carangola
59	Ibitirama	Lote I - Santa Marta - Pedra Roxa
60	Ibitirama	Sede - Santa Marta
61	Ibitirama	Santa Marta - Córrego do Calçado
62	Ibitirama	Lote III - Ibitirama/Sede - Santa Rita - São José
63	Irupí	Sede - BR-262
70	Iúna	Sede - Ponte Figueiredo - Água Santa
89	Muniz Freire	ES-181 - Acesso Menino Jesus



Legenda

- Trechos do programa Caminhos do Campo
- Rodovias principais
- Limites municipais



ALEGRE

A criação da junta Militar de Civilização dos Índios, em 1808, por Dom João, nomeou seis comandantes para atuarem nas divisões militares da região do Rio Doce, em tentativa de coibir os ataques indígenas. João do Monte da Fonseca fora um dos nomeados e, em 1811, começou a abrir as matas ligando Mariana, em Minas Gerais, à confluência do Rio Castelo com o Itapemirim, no Espírito Santo. Encontrou a cabeceira de um ribeirão, o qual nomeou de Alegre, e ali estabeleceu o Quartel dos Caçadores, abrigo aos desbravadores. Desta feita, em 1820, o capitão-mor Manoel Esteves de Lima, atraído pela possibilidade de exploração das terras férteis, chega à região com uma expedição. Tendo por missão construir um local de apoio aos tropeiros, o expedicionário João Teixeira da Conceição funda, às margens do Rio Alegre, o Rancho Alegre.

O desenvolvimento do comércio do interior para o litoral fez da fazenda de Conceição um ponto de reunião dos tropeiros e, melhoradas as pastagens e o Rancho, passou a ser um povoado, com uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição. Dessa forma, a Fazenda de Conceição dá origem à freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Alegre, criada em 23 de julho de 1858, pela Lei nº 22. No ano de 1869, passa a ser Freguesia de Nossa Senhora da Penha. O município de Alegre, criado pela Lei

nº 18, em 3 de abril de 1884, tem sua origem no Quartel dos Caçadores. A ratificação de sua criação viria através do Decreto nº 53, de 11 de novembro de 1890, e a instalação oficial ocorreria em 6 de janeiro de 1891, com o município desmembrando-se de Cachoeiro de Itapemirim.

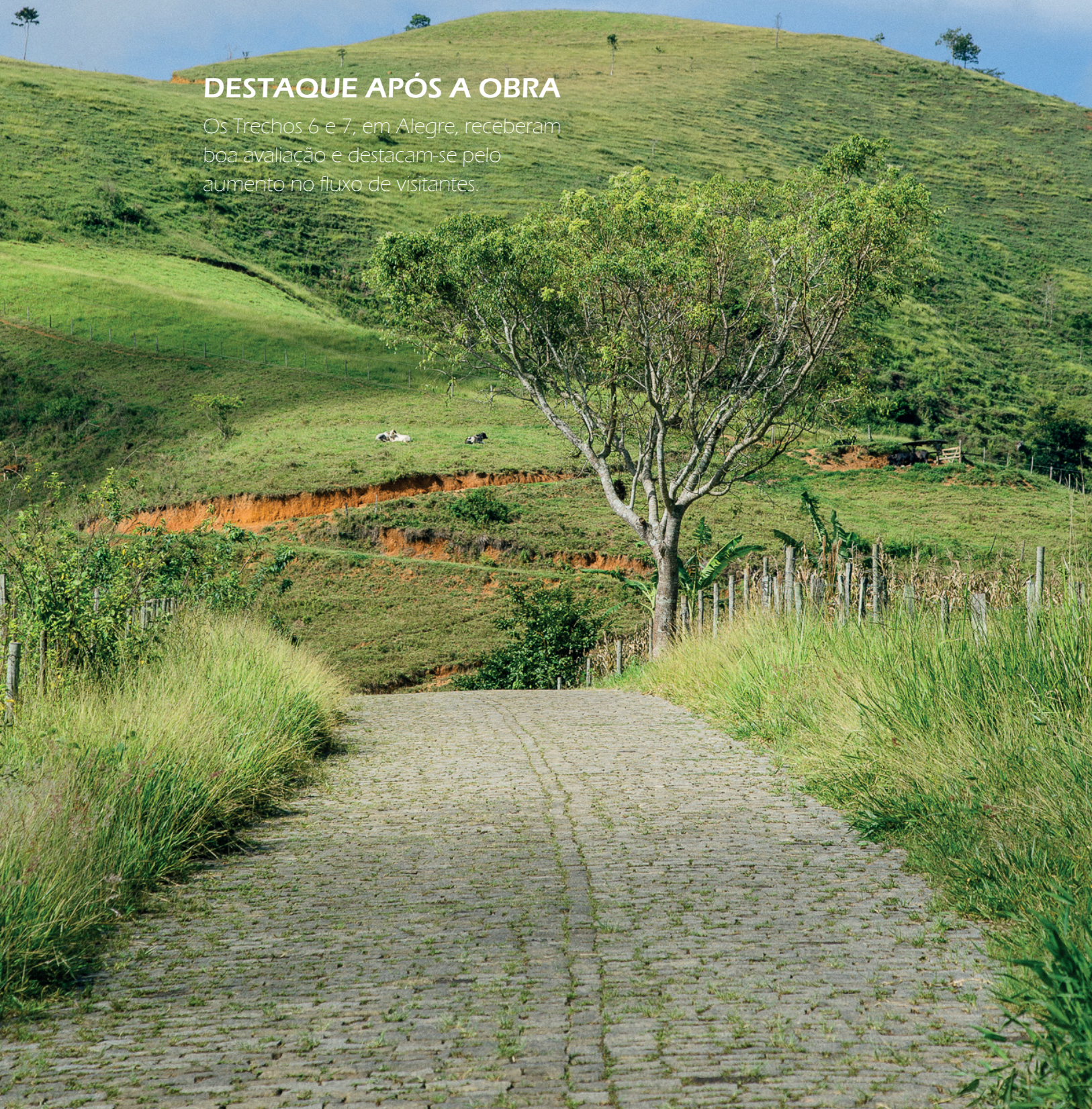
Com grande importância para a economia local, a atividade agropecuária tem destaque nas produções de café arábica e banana e na pecuária leiteira. A cidade integra a região turística do Caparaó e possui grande disponibilidade de atrativos naturais, como as Cachoeiras da Fumaça, localizada no Parque Estadual que leva seu nome, a do Roncador e a Cachoeira do Caiado; a Pedra do Pombal; e, o Alto da Serra, mirante no centro de Alegre, com bela vista da cidade. No mês de janeiro, realiza a Festa de Emancipação do Município. Em celebração à padroeira da cidade, Nossa Senhora da Penha, Alegre organiza a ExpoAlegre, durante o mês de agosto, com atrações variadas: shows, concurso leiteiro, exposição de agricultores familiares, procissões e missas.

O município abrange um território com 772,68 km² de extensão e tem a presença de três trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2007 e 2010.

Foto: Raphael Segatto

DESTAQUE APÓS A OBRA

Os Trechos 6 e 7, em Alegre, receberam boa avaliação e destacam-se pelo aumento no fluxo de visitantes.



BOM JESUS DO NORTE

Na divisa dos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, o município de Bom Jesus do Norte tem sua colonização iniciada por mineiros, atraídos pela possibilidade de terras férteis no Vale Itapaboana. Os primeiros, a família de Alferes Francisco da Silva Pinto, estabeleceram-se no Rio de Janeiro, em 1822, na Fazenda Bálsamo, vindos de Ouro Preto. No ano de 1840, alguns outros se somaram, eram os irmãos Antônio e José Dutra Nicácio e várias famílias, sendo o irmão José Dutra o doador de terras para a formação do Arraial, hoje, cidade de São José do Calçado.

Ainda um imenso terreno descampado na propriedade de Carlos Firmino, a movimentação comercial e habitacional da região de Bom Jesus do Norte só viria a se concretizar no início do século XX, com a reconstrução da Ponte de Itabapoana, em 1906, e a inauguração da Estação Ferroviária Itabapoana, em 1914, ligando as estações de Apiacá, Ponte de Itabapoana e Santo Eduardo. Como distrito subordinado à São José do Calçado, fora reconhecido em 5 de abril de 1895, com o nome de Jardim, passando a denominar-se Bom Jesus

do Norte somente em 11 de novembro de 1938, pelo Decreto-Lei Estadual nº 9.941. Desmembrando-se de São José do Calçado, foi elevado à categoria de município em 13 de dezembro de 1963, através da Lei Estadual nº 1.911, com sede no antigo distrito de Bom Jesus do Norte. A instalação oficial ocorreu em 9 de abril de 1964.

Três atividades são destaques no município: a extração mineral, o cultivo de café e a pecuária leiteira, concentrando, juntas, grande parte da economia local. O turismo, ainda em desenvolvimento, tem como atrações o Morro da Torre, a 5km da sede, com vista para todo o município; o Rio Itabapoana, de águas calmas, indicadas para banho e pesca, e com cachoeiras nas partes mais altas; e a Festa de Emancipação do Município, celebrada no final de abril.

O município abrange um território com 89,29 km² de extensão e tem a presença de dois trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2008 e 2010.

Foto: Raphael Segatto

DESTAQUE APÓS A OBRA

Os Trechos 18 e 19, em Bom Jesus do Norte, destacam-se pela valorização imobiliária.

DIVINO DE SÃO LOURENÇO

Seguindo pelo Rio Veado, chegaram à confluência com o Rio Ribeiro São Lourenço imigrantes italianos, espanhóis, turcos, africanos e portugueses. Implantaram a cultura do café e fizeram o povoado prosperar. Foi considerado distrito, com o nome de São Tiago, pela Lei Estadual nº 1.093, de 5 de janeiro de 1917, subordinado ao município de Alegre. Em 23 de janeiro de 1931, o Decreto Estadual nº 372 muda seu nome para São Lourenço. É finalmente elevado à categoria de município, com denominação de Divino de São Lourenço, em homenagem ao padroeiro da cidade, São Lourenço, e pela referência ao Divino Espírito Santo presente na escritura das terras do local, a partir da Lei Estadual nº 1.915, de 30 de dezembro de 1963, desmembrando-se de Guaçuí, a quem pertencia à época.

As principais fontes de renda do município estão vinculadas à cafeicultura e à criação de gado de leite, e as atividades da

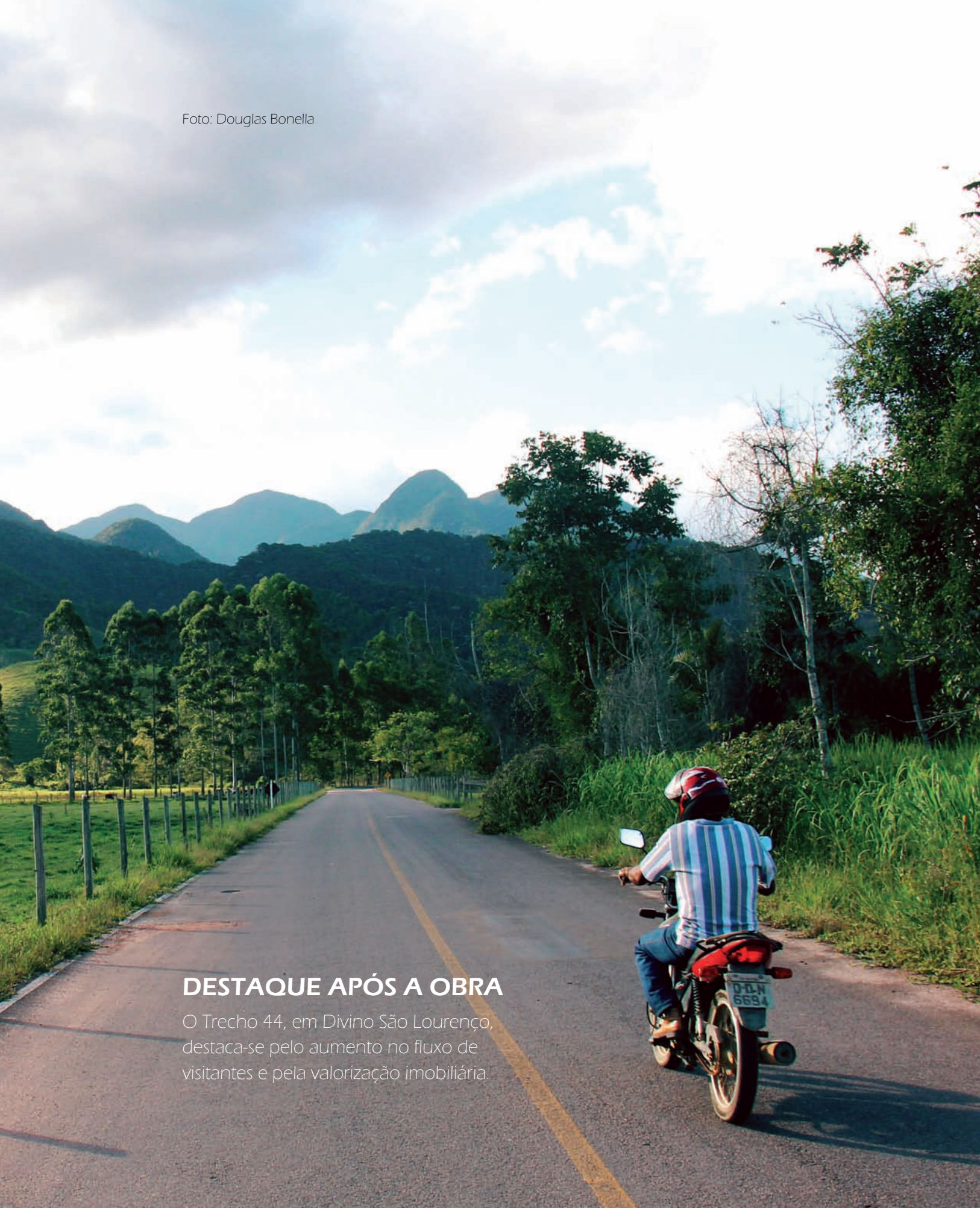
silvicultura, agroturismo e fruticultura estão em processo de desenvolvimento. Pertence à região turística do Caparaó e guarda uma grande reserva de Mata Atlântica, além de ter rica paisagem e belezas naturais, como a Cachoeira Véu de Noiva, cercada pela Mata Atlântica, na Serra do Caparaó, e as Cachoeiras Alta e do Granito. As construções históricas e culturais da cidade são também atrativos, como a Casa do Sr. Ibraim Guedes, típica construção libanesa, de 1928; e, o Casarão da Fazenda Confluência, construído por volta de 1895 por Juvenal Nolasco, produtor de café e um dos primeiros habitantes do município. Em agosto, a cidade é palco da Festa do Dia de São Lourenço, com programação religiosa e popular.

O município abrange um território com 174,08 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2012.

Foto: Douglas Bonella

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 44, em Divino São Lourenço, destaca-se pelo aumento no fluxo de visitantes e pela valorização imobiliária.



DORES DO RIO PRETO

As terras do atual município estavam sob a coordenação de Firmino Domingos Dias quando começaram a ser povoadas, no final do século XIX e início do XX. Recebe o nome de Vila Divisa, por estar nas divisas do Rio de Janeiro, Minas e Espírito Santo. Em 1912, a construção da Estrada de Ferro Leopoldina ligou a região aos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo fundamental para seu desenvolvimento, a partir da exportação de madeira e cereais. Imigrantes africanos, italianos e portugueses colonizaram e fundaram a cidade. O então governador do Espírito Santo, Francisco Lacerda de Aguiar, assinou, em 30 de dezembro de 1963, a Lei Estadual 1.914, garantindo a emancipação política e administrativa de Divisa. Em 7 de abril de 1964, o antigo distrito se desmembra de Guaçuí e recebe o nome de Dores do Rio Preto, em homenagem à padroeira Nossa Senhora das Dores e ao Rio Preto, que corta o município.

Sua economia está baseada na produção agropecuária, empregando grande parte da população, e tem como destaques a cafeicultura e a bovinocultura leiteira. Integra a região turística do Caparaó, e é o município onde se localiza a portaria capixaba do Parque Nacional do Caparaó, dando acesso ao Pico da Bandeira. Recebe turistas por seus atrativos naturais, cachoeiras e formações rochosas, e pela tradicional Expoagro, que celebra a colonização e a construção da paróquia Nossa Senhora das Dores, com diversas atrações musicais, cavalgada, dança e missa.

O município abrange um território com 158,29 km² de extensão e tem a presença de três trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2006, 2012 e 2013.

Foto: Marcos Azeredo

DESTAQUE APÓS A OBRA

Os Trechos 45 e 46, em Dores do Rio Preto, destacam-se pelo aumento no fluxo de visitantes e pela melhora no acesso ao ensino.

GUAÇUÍ

O capitão-mor Manoel Esteves de Lima recebe do governo de Minas Gerais o direito de explorar as terras da região do atual município. Em 1820, sua expedição chega a Extrema Oriental - denominação dada às terras entre os Rios Preto e Norte, afluentes do Itapemirim. Ao fazer o reconhecimento do local de confluência dos Rios Castelo e Itapemirim, distribuiu aos seus subordinados algumas terras, dando-lhes a missão de construir fazendas e ranchos em apoio às tropas de viajantes. José Luiz da Silva Viana fora um dos beneficiados, cujas terras correspondem, atualmente, à sede de Guaçuí. No ano de 1838, no dia 29 de setembro, dia de São Miguel Arcanjo, Justino José Maria das Dores funda o povoado de São Bom Jesus do Livramento, local do atual município. Antes de ser integrado ao Espírito Santo, foi motivo de disputa entre José Luciano Lobato de Souza e Luiz Francisco de Carvalho, uma vez que era pretendida pelo último para ser incorporado a Minas Gerais. Criado o distrito, denominado São Miguel Veado, em referência ao santo padroeiro e ao rio que corta a região, pelo Decreto Provincial nº 09, em 13 de julho de 1866, subordinado ao município de Cachoeiro de Itapemirim. Pela Lei Provincial nº 18, de 3 de abril de 1884, e do Decreto Estadual nº 53, de 11 de novembro de 1890, o distrito é transferido ao novo município de Alegre. Denominado Veado, tem sua elevação à categoria de município pela Lei Estadual nº 1.688, em 25 de dezembro de 1928. Foi renomeada para Siqueira Campos, em

1931, antes de receber o nome de Guaçuí, em dezembro de 1943, de origem guarani, significando “veado”.

Sua economia tem forte expressão no cultivo de café e na pecuária leiteira, com a presença da Cooperativa Laticínio Guaçuí (Colagua). A cidade integra a região turística do Caparaó, com atrações como o Monumento ao Cristo Redentor, construído em 1956 por Antônio Francisco Moreira, o ponto visitado por sua bela vista da cidade e da cadeia de montanhas do entorno do Parque do Caparaó. A Igreja Matriz de São Miguel Arcanjo, de 1928, tem origem na capela construída, em 1859, por Luiz Francisco de Carvalho e José de Aguiar Valim, em louvor ao santo padroeiro; e, o Cemitério dos Escravos da Fazenda Cachoeira, são marcos da fundação do município. Atrai turistas com a realização de eventos como a Feira do Verde, voltada para a educação ambiental; o Festival de Inverno; e a Festa do município - ExpoAgro. Outro evento, que cresce a cada ano, promovendo intercâmbio cultural entre vários grupos e companhias teatrais do país e da América Latina, o Festival Nacional de Teatro de Guaçuí tem fomentado a cultura do município e faz a cidade respirar cultura.

O município abrange um território com 468,84 km² de extensão e tem a presença de três trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2006, 2010 e 2014.

Foto: Raphael Segatto

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 50, em Guaçuí, destaca-se pelo aumento no fluxo de visitantes e de mercadorias.

IBATIBA

O declínio da exploração de ouro em Minas Gerais e a construção da Estrada Real São Pedro de Alcântara trouxeram diversos migrantes para o Espírito Santo. Finalizada a estrada em 1816, foram estabelecidos quartéis para que os viajantes pudessem descansar e se proteger dos ataques de animais selvagens. Próximo ao Quartel do Rio Pardo, surgiria uma pequena povoação, chamada de Arraial de São Pedro Alcântara do Rio Pardo, o que traria para a região das atuais cidades de Irupí, Ibatiba e Iúna colonos mineiros e cariocas. Entre 1840 e 1850, João da Silveira se estabeleceu onde se situa hoje a comunidade de Santa Maria, sendo, segundo algumas fontes, o primeiro colonizador de Ibatiba. Seu filho, Manoel da Silveira, doou terras, em 1898, para a construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário, dando origem à vila do Rosário. As primeiras casas foram construídas em 1905 e, três anos mais tarde, imigrantes libaneses se estabeleceram na região, sendo os pioneiros do tropeirismo na vila. Seria promovida a distrito, subordinado ao município de Rio Pardo, atual Iúna, em 1918, com o nome de vila do Rosário do Rio Pardo do Norte. Por Lei Estadual, de 1943, passa a se chamar vila de

Ibatiba. A inauguração da BR-262, em 1969, promoveu seu desenvolvimento e despertou o desejo de emancipação, conquistada em 7 de novembro de 1981, pela Lei Estadual nº 3.430.

Tem na agropecuária sua principal atividade, empregando boa parte da mão de obra da cidade, com destaque para o cultivo de café. Localizada na região turística do Caparaó e às margens da BR-262, é passagem obrigatória dos turistas que visitam o Parque Nacional. A cidade abriga ainda outros atrativos turísticos, como casarões, cachoeiras, montanhas e agroindústrias e é conhecida como Capital Capixaba do Tropeiro. Organiza a Festa do Maior Feijão do Mundo, administra o Museu Tropeiro e faz parte da rota da Expedição Tropeira, que percorre um trecho da Rota Imperial resgatando a história tropeira e integrando as regiões capixabas do Caparaó, das Montanhas e dos Imigrantes.

O município abrange um território com 238,98 km² de extensão e tem a presença de três trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2007.

Foto: Douglas Bonella

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 55, em Ibatiba, apresentou a melhor avaliação entre os trechos do município.

IBITIRAMA

A origem da cidade é anterior à doação da Fazenda Santa Bárbara, pois diversos agricultores, suíços, portugueses e italianos, viviam com suas famílias na região, formando um povoado conhecido como Arraial de Santa Bárbara. Foi somente em 1899 que Silvério José Pereira e Cândida Maria Assis doaram, de sua fazenda, terras para o patrimônio que, pela devoção de seus doadores, ficou conhecido como Patrimônio de Santa Bárbara. Em 4 de janeiro de 1917, pela Lei nº 1.092, instalaram-se na região imigrantes árabes, conhecidos como turcos, e, no dia seguinte, a Lei Estadual nº 1.093, criou o Distrito de Santa Bárbara do Caparaó, subordinado ao município de Alegre.

A cafeicultura e a extração da madeira eram a base da economia local, que entrou em decadência, em 1965, com a erradicação dos cafezais e a desativação das malhas ferroviárias. Passa a se chamar Ibitirama, que significa, em língua indígena, “águas das regiões altas”, em 31 de dezembro de 1973, por meio do Decreto-Lei Estadual nº 15.177 e volta a se desenvolver a partir de 1978, com a retomada da produção cafeeira. Em 15 de setembro de 1988, ganha finalmente sua emancipação, quando o governador do Espírito Santo, Max de Freitas Mauro, sanciona a Lei nº 4.161.

As principais atividades econômicas do município são a cafeicultura, a bovinocultura leiteira e a silvicultura. Rico em belezas naturais, atrai turistas por suas paisagens exuberantes. Compõe a região turística do Caparaó e é sede do Pico da Bandeira e do Parque Estadual da Cachoeira da Fumaça, localizado na divisa do município com a cidade de Alegre. Dentro do Parque Nacional do Caparaó, a Toca do São Jorge é uma espécie de santuário em meio à uma trilha e merece ser visitada. Outros atrativos naturais, as Cachoeiras Água Limpa, do Chiquito e do Caldeirão; os Poços do Regino e de Águas Verdes e o Rio Pedra Roxa também são belíssimas atrações. A Tecnotruta, localizada na Fazenda Pico da Bandeira a mais de 1000m de altitude em área de Mata Atlântica, tem estrutura de pesque e pague e o Restaurante Toca da Truta e, além de ponto turístico, é também um dos maiores centros produtores de truta do país.

O município abrange um território com 330,76 km² de extensão e tem a presença de seis trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2006, 2009, 2011, 2012 e 2013.

Foto: Douglas Bonella

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 59, em Ibitirama, destaca-se pelo aumento no fluxo de visitantes.

IRUPI

Promulgada a primeira Constituição Republicana do Estado, em 1890, criou-se o município de Rio Pardo, atual Lúna. A movimentação na região, com a passagem de pedestres, tropas e carros de boi, acabou por transformar a Fazenda da Cachoeirinha, do Senhor Hydário Tomaz, em um pequeno arraial, com cemitério, capela e postos comerciais; rapidamente conhecida como Cachoeirinha do Rio Pardo. Criado o distrito, com denominação de Cachoeira, a partir do Ato Municipal de 28 de dezembro de 1903, subordinado ao município de Rio Pardo. Com o Decreto-Lei Estadual nº 15.177, em 31 de dezembro de 1943, passou ao nome de Irupi e o município de Rio Pardo, a Lúna. Sua elevação à categoria de município, denominado Irupi, de origem indígena, significando “amigo belo e águas branquinhas pequenas”, ocorre em 16 de janeiro de 1991, por meio da Lei Estadual nº 4.520. A instalação oficial acontece em 1º de janeiro de 1993. Com sua economia fortemente ligada à cafeicultura, tem apresentado diversificação de produção,

com a expansão da floricultura e da pecuária. Compondo a região turística do Caparaó, Irupi tem diversas atrações ligadas às belezas naturais do município, como o Pico dos Cabritos e a Pedra da Tia Velha, com vista para a Serra do Caparaó. O Pico dos Cabritos ainda tem uma nascente que dá origem à Cachoeira do Chiador, uma queda d’água e cinco piscinas de águas cristalinas. A Gruta do Quirino, outro ponto turístico, é cercada por lavouras de café e resquícios da Mata Atlântica. Festas típicas, a Festa da Emancipação Política, no mês de setembro, é marcada por shows musicais e desfile cívico, e, celebrando a abertura da colheita do café, principal atividade do município, o Festival do Café tem programação com cursos, palestras, apresentações culturais e shows musicais.

O município abrange um território com 185 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2007.

Foto: Douglas Bonella

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 63, em Irupí, destaca-se pela melhora na situação da economia local e pelo aumento no fluxo de mercadorias.

IÚNA

Banhado pelo Rio Pardo e afluentes, o Sertão do Leste, como era conhecido o território da atual cidade de Iúna, teve sua colonização iniciada com a inauguração, em 24 de outubro de 1815, do Quartel do Rio Pardo, construído pelo Coronel Ignácio Pereira Duarte Carneiro para dar apoio aos desbravadores e para a manutenção da Estada Real São Pedro de Alcântara. Em 23 de abril de 1825, foi criado o Aldeamento Imperial do Rio Pardo. Foi lentamente colonizado por fazendeiros, que deixavam a província de Minas Gerais, e teve as terras para o início do povoado doadas pelo alferes José Joaquim Ferreira Valle e sua esposa, em 2 de outubro de 1855. Inaugurada a nova capela de Nossa Senhora da Pureza, em 14 de julho de 1859, o Decreto Provincial nº 10 cria a Freguesia de São Pedro de Alcântara do Rio Pardo, subordinado ao município de Cachoeiro de Itapemirim. A imigração italiana, de 1872, substituiu as fazendas de gado pela cultura do café. No final do século XIX, outros grupos imigraram, em menor número; austríacos, suíços, francês, alemães e, por último, turcos e libaneses. Elevado à categoria de vila de Rio Pardo, por Decreto Estadual de 24 de outubro de 1890, tem instalação oficial em 3 de março de 1891. Recebe a denominação de Iúna, de origem tupi, significando “águas pardas”, através do Decreto-Lei Estadual nº 15.177, de 31 de dezembro de 1943.

Com economia baseada na agricultura, se destaca nas culturas de café arábica, feijão e

milho, e na pecuária leiteira e de corte, além de ter potencial para o desenvolvimento da fruticultura, da piscicultura e da floricultura. Composto a região turística do Caparaó, Iúna abriga diversas cachoeiras, com destaque para as do Rio Claro, Poço das Antas, do Chiador, do Braz e dos Jesuítas. Pontos de devoção, a Água Santa, da Fonte de Santa Luzia, é conhecida pela crença popular de seus poderes milagrosos. Outros pontos de parada, a Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe dos Homens, construída no final da década de 1960; o Cemitério dos Escravos, da antiga Fazenda da Saudade, que recebe em 13 de maio de cada ano diversos grupos de afrodescendentes; e o Museu Histórico de Iúna, instalado em casarão de 1914, com rico acervo de fotos, retomam a memória e a história da cidade. Realiza durante o ano eventos religiosos, como a Festa da Padroeira Nossa Senhora Mãe dos Homens, no dia 31 de maio, e o Dia de Santa Luzia, em 13 de dezembro, com missas, romarias e devoção dos fiéis. Tradicionais, a Festa do Município, no dia 24 de outubro; e, a Festa do Café, em setembro, propõe a valorização do produto. A Festa do Carro de Boi de Iúna é uma celebração à importância do carreiro para o desenvolvimento do município.

O município abrange um território com 459,88 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2006.

Foto: Douglas Bonella

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 70, em Lúna, destaca-se pela valorização dos imóveis e pelo aumento no fluxo de mercadorias e de visitantes.



MUNIZ FREIRE

Seus primeiros desbravadores, Capitão Machado Santiago Louzada e Domingos Apolinário, donos de terras na vizinhança, iniciam a colonização no ano de 1846. A fertilidade do solo e as condições climáticas foram as principais causas do movimento que se iniciou, anos mais tarde, dando desenvolvimento à região. Doada por Domingos Apolinário, a área da sede do município foi o primeiro povoado da região, por estar no centro do caminho da rota das tropas que transportavam a produção local.

Sua colonização se deu, principalmente, por imigrantes italianos, para substituir a mão de obra escrava nas lavouras de café; além de migrantes fluminenses e mineiros, atraídos pelas áreas ainda desabitadas do Sul do Estado. O município, com denominação de Espírito Santo do Rio Pardo, seria criado em 11 de novembro de 1890, através do Decreto nº 53, desmembrando-se de Cachoeiro de Itapemirim. Sua instalação oficial aconteceria em 1º de março de 1891. Pela Lei nº 213, de 30 de novembro de 1896, sua sede, e por consequência o município, recebe o nome de Muniz Freire, em homenagem ao republicano José de Carvalho Mello Moniz Freire, governador do Estado.

Economicamente, a cafeicultura, a olericultura e a pecuária leiteira e de corte são as atividades mais significativas, gerando empregos e renda. Um dos municípios capixabas que abriga o Parque Nacional do Caparaó, tem ainda como atrações o Pico do Embratel, com visão de 360 graus das montanhas da região; o Morro do Cruzeiro, com trajeto de rampa em zig-zag, uma pequena capela em cada extremidade e cruzeiro de 12 metros de altura no topo; a Usina Hidrelétrica, que utiliza as águas da cachoeira para movimentar e produzir energia para as cidades de Castelo, Lúna, Venda Nova do Imigrante e Muniz Freire; a Casa da Cultura, sediada em prédio construído em 1927, onde funciona, desde 1984, o Museu Histórico Municipal; e o Centro de Cultura Italiana Itália Per Tutti, voltada para o resgate e valorização da cultura dos imigrantes italianos. A cidade ainda organiza, durante o mês de julho, a Feira do Artesanato, para divulgar os produtos da região, e a Festa de Emancipação Política e Exposição Agropecuária, com atividades religiosas, culturais e de entretenimento.

O município abrange um território com 679,34 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2006.

Foto: Douglas Bonella

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 89, em Muniz Freire, destaca -se na melhora na situação da renda familiar e pelo aumento no fluxo de mercadorias.





RIO DOCE

Representada pelos municípios de Aracruz, Ibirapu, João Neiva, Linhares, Rio Bananal e Sooretama, possui 16 trechos do Programa Caminhos do Campo, presentes em todos os municípios que compõem a microrregião, totalizando 128,72 km de estradas. Na agricultura, a microrregião se destaca pelas produções de café, mamão, cana de açúcar, cacau e coco da baía. Os municípios do litoral norte capixaba oferecem aos turistas belas praias, paisagens bucólicas, o maior

complexo lacustre do Sudeste brasileiro, reservas indígenas que preservam a história desses povos originais e reservas biológicas. Mais ao interior, os municípios da região turística dos Imigrantes mesclam atrações naturais e a história e cultura dos colonizadores europeus e seus descendentes. Os destaques ficam para o agroturismo, o ecoturismo, os esportes de aventura, a gastronomia e as típicas festas que celebram as tradições dos imigrantes.

TRECHOS DO PROGRAMA CAMINHOS DO CAMPO

16	Aracruz	Guaraná - Desengano - Três Irmãos
58	Ibirapu	ES 257 - Picuã - Rio da Prata
73a	João Neiva	João Neiva - Demétrio Ribeiro
73b	João Neiva	Triunfo - Cachoeirinha
73c	João Neiva	BR-101 - Ribeirão de Cima
74	Linhares	BR 101 - Farias
75	Linhares	BR 101 - Guaxe
76	Linhares	BR 101 - Jataipeba - ES-440
77	Linhares	BR-101 - Baixo Quartel
78	Linhares	ES-248 - 3 Marias - Japira
79	Linhares	Japira - Palmas
80	Linhares	Palmas - São Rafael
94	Rio Bananal	Acesso à Lagoa Jesuína
95	Rio Bananal	Comunidade São Sebastião a Comunidade São Francisco
113	Sooretama	BR-101 - Chumbado (1ª Etapa - Trecho BR-101 à Juncado)
114	Sooretama	Juncado - Chumbado



Legenda

- Trechos do programa Caminhos do Campo
- Rodovias principais
- Limites municipais



ARACRUZ

A transferência de portugueses e indígenas, de Niterói para o Espírito Santo, pelo governador geral Duarte da Costa, deu origem a um pequeno aldeamento, na margem direita da foz do Rio Piraquê-Açu. Fundado em 1556, local da atual vila de Santa Cruz, era chefiado pelo cacique Maracajaguaçu, o padre jesuíta Brás Loureço e os noviços Diogo Jácome e Fabiano Lucena. Com a criação da Aldeia Nova, a intenção era ocupar toda a costa, de Rio Grande do Norte a Cabo Frio, conquistando terras e evangelizando os indígenas. Teve lento desenvolvimento, pela presença de formigas que destruíam as lavouras, o que levou os jesuítas a fundarem outra aldeia, em 1557, em Campos do Riacho. Nos anos de 1580, o domínio espanhol obrigou os jesuítas a transferirem os indígenas para um novo núcleo, em Nova Almeida, chamado de Aldeia Nova dos Santos Reis Magos. A antiga ficaria com nome de Aldeia Velha, pertencendo ao futuro município de Santos Reis Magos, atual Nova Almeida. Abandonada a Aldeia Velha, seria repovoada em 1790, por casais portugueses que fundaram, na foz do Rio Riacho, o Quartel do Riacho, iniciado o povoado de Barra do Riacho. A freguesia de Aldeia Velha foi criada, em 16 de dezembro de 1837, pela Resolução Provincial nº 5, ficando subordinada ao município de Nova Almeida. Com sua elevação à categoria de vila, recebe a denominação de Santa Cruz, em 3 de abril de 1848, e sua instalação oficial ocorre em 16 de janeiro de 1849. Em 18 de março

de 1891, o Decreto Estadual nº 19 eleva a vila à categoria de cidade, que passa a denominar-se Aracruz, que significa “pedra do altar da cruz”, pelo Decreto-Lei Estadual nº 15.177, de 31 de dezembro de 1943.

A empresa Fibria Aracruz (antiga Aracruz Celulose S/A), maior empresa mundial de fibra curta e branqueada de eucalipto, é responsável por maior parte da economia, mas a cultura do café conilon, a fruticultura e a pecuária de leite e corte, também geram renda para os agricultores locais. A cidade compõe a região turística do Verde e das Águas e é o único município capixaba que possui índios aldeados, remanescentes dos povos nativos que guardam, em suas culturas, a história do município e de nosso país. A Igreja Católica de Santa Cruz, construída em 1836, rústica capela até a construção do seu frontispício, em 1857, é tombada desde 1986 e o projeto da Prefeitura, Verão de Aracruz, promove atividades de lazer e entretenimento na orla da cidade, aumentando ainda mais a atividade turística na alta temporada. Realiza a comemoração de Emancipação Política do município, no mês de abril, e uma Festa de São Benedito, no dia 25 de dezembro, bastante movimentada.

O município abrange um território com 1419,67 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estradas do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2006.

Foto: Micaely Ruff

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 16b, em Aracruz, destaca-se pela melhora na situação da economia local.

IBIRAÇU

O Núcleo de Santa Cruz é demarcado, em 1877, às margens do Rio Piraquê-Açu e nas proximidades da antiga fazenda de Pietro Tabacchi, como extensão da Colônia de Santa Leopoldina. Seu diretor, o General Aristides Armínio Guaraná, trouxe grandes embarcações com famílias italianas, que chegavam em Santa Cruz e subiam o Rio Piraquê-Açu até o núcleo, mais tarde, denominado Conde D'Eu. A prosperidade da região deveu-se ao cultivo do café e, por isso, a emancipação política ocorre já em 11 de setembro de 1891, pela Lei Estadual nº 23. Recebe o nome de Vila Guaraná, nessa época, em homenagem ao seu fundador. O Decreto Estadual de 1º de março de 1892 passa a denominar o município de Pau Gigante, nome que permanece até 31 de dezembro de 1943, quando o Decreto-Lei Estadual nº 15.177 o nomeia Ibiraçu, em alusão à tradução do tupi para "árvore grande" ou "pau gigante".

A região tem boa diversidade de atividades econômicas, sendo a agricultura representada pelos cultivos de café, banana e coco verde. De grande importância, a agroindústria tem seus produtos vendidos nas diversas paradas à beira da BR-101, sendo fundamental para o desenvolvimento da cidade. O Mosteiro Zen Budista e o Santuário Diocesano Nossa Senhora da Saúde fazem parte do roteiro turístico dos Caminhos da Sabedoria. Compondo a região turística dos Imigrantes, a cidade também recebe turistas para a tradicional Festa da Vila Italiana.

O município abrange um território com 201,19 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2009.

Foto: Micaelly Ruff

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 58, em Ibiraju, recebeu boa avaliação e destaca-se pela valorização imobiliária.

JOÃO NEIVA

Seus primeiros imigrantes foram italianos trazidos por Pietro Tabacchi e chegaram à região em meados de 1877. Desembarcando em Vitória, se dirigiam para Santa Cruz e subiam, em canoas, o Rio Piraquê-Açu, até Porto de Santana, para seguirem caminho a pé até os núcleos coloniais de Conde D'Eu, Acioli Vasconcelos e Demétrio Ribeiro - atuais cidade de Ibiraçu e João Neiva.

O núcleo colonial Acioli de Vasconcelos, fundado por Antônio Francisco Atayde, a partir de 1888, homenageia Francisco de Barros e Acioli de Vasconcelos. Os maiores contingentes de imigrantes italianos chegariam à região entre os anos de 1889 e início de 1892, mas foram acometidos por graves enfermidades, pois o local compreendia uma extensão de terras pantanosas e infestadas de doenças. Com lento desenvolvimento, destacou-se a seção de Barra do Triunfo, onde estava a fazenda de Giuseppe Battisti, cujo irmão, na década de 1920, construiu uma estrada ligando Barra do Triunfo a Acioli e a barragem no Rio Ubás, hidrelétrica que fornecia luz a Acioli e redondezas. O núcleo de Demétrio Ribeiro, fundado em 1891, pelo imigrante Negri Orestes, homenageia o Ministro Demétrio Ribeiro. Constituído por nove seções, tinha como principais produções o café, milho, arroz e batata e a inauguração da Estrada de Ferro Vitória-Minas, em dezembro de 1905, proporcionou seu desenvolvimento. Após muita luta do deputado federal João Augusto Neiva, a Estrada de Ferro

Diamantina instalou uma estação ferroviária, em 20 de dezembro de 1905, no terreno doado por Negri Pedro Nolasco que, em homenagem, chamou-se Estação de João Neiva. O povoado surgiu a partir dos núcleos coloniais de Acioli Vasconcelos e Demétrio Ribeiro, próximo à Estação. Através da Lei nº 1.305, de 30 de dezembro de 1921, João Neiva é elevada a distrito. A criação do município ocorre através da Lei nº 4.076, de 11 de maio de 1988, após resultado de plebiscito ser referendado, em 30 de março, pela Assembleia Legislativa. A instalação oficial acontece em 1º de janeiro de 1989.

A atividade agropecuária tem destaque com os cultivos de café e cacau e pela pecuária, principalmente leiteira. Integrando a região turística dos Imigrantes, é fortemente marcada pela tradição italiana e tem como atrações a Rota do Queijo, com produtos típicos da região; os núcleos italianos de Acioli e Demétrio Ribeiro e suas construções históricas; o maior Jequitibá Rosa do Estado, no Vale do Triunfo; a Festa Nossa Senhora do Caravaggio, realizada, anualmente, no dia 26 de maio; e a Mostra Cultural e Agroturismo "Italia Mia", evento organizado no núcleo de Demétrio Ribeiro em celebração à cultura e tradições italianas.

O município abrange um território com 284,66 km² de extensão e tem a presença de três trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2005.

Foto: Micaelly Rupf

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 73c, em João Neiva, recebeu boa avaliação e destaca-se pela melhora no acesso ao ensino.

LINHARES

O povoado de Coutins surge, às margens do Rio Doce, no mesmo local onde, em 1800, foi instalado um quartel militar responsável por vigiar as navegações e coibir o tráfico de ouro. Resistindo à colonização, os índios botocudos destruíam todo o primeiro povoamento. Uma segunda tentativa, em 1809, é bem-sucedida, dando origem ao povoamento de Linhares - nome concedido em homenagem a Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares. Em 2 de abril de 1833, o povoamento tem sua condição elevada à categoria de vila e, já em 22 de agosto do mesmo ano, é criado o município de mesmo nome.

Vale ressaltar que, nessa época, sua abrangência era bem maior que a atual, compreendendo as cidades de Rio Bananal, Colatina, Baixo Guandu, Pancas, São Gabriel da Palha, Sooretama e partes de Ibiracu, Santa Teresa e Itaguaçu. Entretanto, no final do século XIX, a vila de Linhares entraria em decadência e perderia sua categoria municipal, passando a ser parte do recém-criado município de Colatina, em próspera ascensão. A construção de uma estrada,

que ligaria as cidades de Vitória e São Mateus, nos anos de 1930, traz novas perspectivas e, em 31 de dezembro de 1943, o Governo Estadual restabelece o município de Linhares, desligando-o de Colatina.

Destaca-se como um dos maiores polos de desenvolvimento comercial do Estado. Na agricultura, é o maior exportador brasileiro de mamão papaia e tem relevância no setor industrial, produzindo gás natural e petróleo. Linhares integra a região turística do Verde e das Águas e abriga riquezas naturais inestimáveis, como uma das maiores reservas da Mata Atlântica, a Reserva dos Goitacazes, e uma lagoa de 30 km de extensão, a Lagoa Juparanã. Na vila de Regência, o turista encontra uma unidade do Projeto TAMAR e, no início de junho, acompanha a Festa de Caboclo Bernardo, em homenagem ao herói da região, misturando arte, música e congo.

O município abrange um território com 3.501,64 km² de extensão e tem a presença de sete trechos de estradas do Programa Caminhos do Campo, com todas as obras concluídas em 2007.

Foto: Micaelly Rupf

DESTAQUE APÓS A OBRA

Os Trecho 79 e 80, em Linhares, destacam-se pela melhora na situação da economia local e aumento no fluxo de visitantes e mercadorias.

RIO BANANAL

Os primeiros colonizadores da região, Pedro Ceolin, Pedro Rizzo, Abramo Caliman e Alcides Siqueira Campos, vieram, em meados de 1929, de Marilândia, em busca de terras férteis. O rio navegado chamaram de Bananal, pela existência de pés de banana em sua margem, e, na confluência com o Rio Iiritimirim, fundaram o núcleo de Santo Antônio do Bananal. Em 1937, Egidio Venturim, Luiz Endringer e João Casagrande chegam à região, fundando o núcleo de São Sebastião do Bananal que, mais tarde, junto do núcleo de Santo Antônio, formariam a sede do município. O progresso da região não tardou e, em 22 de outubro de 1949, pela Lei nº 265, é caracterizado como distrito, com nome de Rio Bananal, subordinado ao município de Linhares. Após o fracasso de alguns movimentos populares pela emancipação da cidade, é elevado à categoria de município em 14 de setembro de 1979, pela Lei nº 3.293.

A produção agrícola do município tem clara predominância da cafeeicultura, embora existam as culturas de pimentado-reino e cacau e, a fruticultura, com os cultivos de maracujá, coco e banana. Outra atividade relevante da região é a exploração madeireira, para a produção de papel e celulose e de lenha. Integrando a região turística do Verde e das Águas, explora as belezas naturais, como a Lagoa Jesuína, integrante da Lagoa Juparanã, que recebe o nome pela influência jesuíta na região, e diversas cachoeiras. As Festas de São Sebastião, Santo Antônio e de Emancipação Política acontecem, respectivamente, em janeiro, junho e setembro, também atraindo diversos turistas.

O município abrange um território com 642,02 km² de extensão e tem a presença de dois trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2007 e 2010.

Foto: Micaelly Rupf

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 95, em Rio Bananal, destaca-se pela valorização imobiliária e pelo aumento no fluxo de mercadorias.

SOORETAMA

Ao norte do município de Linhares, Passos Costa e Manoel Crescêncio dos Santos foram os primeiros moradores do povoado de Córrego Manoel Alves. A grande estiagem que assolou o norte do Estado na década de 1950 fez todos os rios da região secarem, menos o córrego Manoel Alves, rico manancial que passou a ser chamado de Córrego D'Água. Como município, desmembrou-se de Linhares, em 31 de março de 1994, através da Lei Estadual nº 4.593, recebendo o nome de Sooretama, uma vez que a Reserva Biológica Sooretama abrange 75% de seu território. A instalação oficial ocorre em 1º de janeiro de 1997.

Economicamente, a agropecuária é a atividade mais importante para a cidade, com relevância para o cultivo de

café conilon, fruticultura cítrica e para as pecuárias de corte e leite. Integra a região turística do Verde e das Águas, embora, por ser um município recente, tenha tanto a agroindústria como o agroturismo, pouco desenvolvidos. As maiores atrações são a Reserva Biológica Sooretama, onde há a proteção de 24 mil hectares de Mata Atlântica e, às margens da BR-101, um Centro Educacional e Divulgação Ambiental aos visitantes; e a Festa de Emancipação do município, realizada no dia 31 de março.

O município abrange um território com 586,47 km² de extensão e tem a presença de dois trechos de obras do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2006 e 2012.

Foto: Micaelly Rupf

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 114, em Sooretama, destaca-se pela valorização das propriedades e pelo aumento no fluxo de mercadorias.

Foto: Micaelly Ruf





CENTRO-OESTE

Fazem parte desta Microrregião os municípios de Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Pancas, Governador Lindenberg, Marilândia, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, Vila Valério e São Roque do Canaã. São contemplados pelo Programa Caminhos do Campo, os municípios de Alto Rio Novo, Colatina, Marilândia, Pancas, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha e Vila Valério, que possuem 12 trechos totalizando 93,07 km de estradas. Na agricultura, a microrregião se destaca pelas produções de café, coco da baía, banana, tomate e goiaba. Composta por alguns dos municípios da região turística Doce Pontões Capixabas

(Baixo Guandu, Colatina, Marilândia, Governador Lindenberg, São Domingos do Norte e Pancas), oferta múltiplas opções aos turistas. As belas paisagens e os atrativos religiosos são os destaques, além disso, ainda tem força no turismo de negócios, por seu potencial no mercado de mármore e granito, de confecção e vestuário e da produção rural diversificada. Os municípios do extremo norte, Vila Valério e São Gabriel da Palha compõem a região turística das Pedras, Pão e Mel e tem como atrativos o artesanato, as belezas naturais, o agroturismo, o ecoturismo, e os patrimônios histórico e cultural.

TRECHOS DO PROGRAMA CAMINHOS DO CAMPO

13	Alto Rio Novo	ES-164 - Comunidade São Lourenço (Vila Palmerino)
28	Colatina	Baunilha - Boapaba
84	Marilândia	Sede - Alto Liberdade
84a	Marilândia	Distrito de sapucaia - Partimônio do Rádio
91	Pancas	Rodovia ES-341 - Córrego Paranazinho
108	São Domingos do Norte	Entroncamento estrada para Morobá - Catete
109	São Domingos do Norte	Entroncamento ES-137 - Morobá
110	São Domingos do Norte	ES-137 - Distrito de Dumer
111	São Gabriel da Palha	Sede - Corrego Sete
118	Vila Valério	Sede - Entrocamento ES 358 - Distrito de Jurama
119	Vila Valério	ES-344 - Córrego Padre Francisco
119a	Vila Valério	ES-344 - Córrego Dourados - Córrego Fama



ALTO RIO NOVO

A expedição de italianos e portugueses, vinda de Aimorés, Minas Gerais, desbravou a região, por volta de 1918 e o córrego, com bom volume de água, foi nomeado de Rio Novo, por não desaguar no conhecido Rio Bananal. Às famílias dos primeiros povoadores, somaram-se novas, dando início ao Patrimônio de São José de Alto Rio Novo. A chegada do comerciante João Felipe Fernandes impulsiona o crescimento da então vila, ao ceder energia para a população. Alto Rio Novo passara à categoria de distrito, em 11 de novembro de 1938, através do Decreto-Lei Estadual nº 9.941, subordinado ao município de Colatina. A construção de uma estrada, em 1944, que ligaria o local ao município de Pancas, proporcionou ainda mais desenvolvimento e, em 1945, Alto Rio Novo produzia e comercializava café para as cidades vizinhas. Como distrito, é transferido de Colatina para o município de Pancas em duas oportunidades. Na primeira, logo volta a pertencer a

Colatina, pela revogação da criação do município de Pancas, e, na segunda, é transferido definitivamente, até sua emancipação, em 11 de maio de 1988, pela Lei Estadual nº 4.071, quando terá sua categoria elevada à de município.

A base agrícola do município é a cafeicultura, com expansão da plantação de eucalipto, dadas as condições favoráveis do local, a baixa exigência de mão de obra e o bom mercado consumidor e preço. O turismo ainda carece de recursos e desenvolvimento, mas merecem destaques as Piscinas Naturais do Marcinho, na comunidade São Pedro, e da Cachoeira, na comunidade Água Limpa.

O município abrange um território com 228,18k m² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2010.

Foto: Micaelly Rupf

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 13, em Alto Rio Novo, destaca-se pelo aumento no fluxo de visitantes.

COLATINA

As primeiras tentativas de colonização da região ocorrem em meados dos anos 1860 e não foram bem-sucedidas. Somente com o final da escravidão, em 1888, e a retomada do fluxo de imigração, o governo capixaba resolveu retomar a demarcação na região do Rio Doce. Dessa forma, quatro núcleos foram criados, entre os anos de 1887 e 1894: Acioli de Vasconcelos, Antonio Prado, Demétrio Ribeiro e Moniz Freire. O Núcleo Antonio Prado, cuja sede ficava entre os rios Mutum e Santa Maria do Rio Doce, começou a se desenvolver com a chegada dos imigrantes, em maioria italianos, que se dedicavam à cafeicultura. Dos povoados, o que mais se notabilizou foi o Barracão de Santa Maria, por sua facilidade de comunicação fluvial com Baixo Guandu e Linhares. Os demais, Mutum (Boapaba) e Barracão de Baunilha, hoje compõem os limites do município. Em 9 de dezembro de 1899, o povoado foi elevado à categoria de sede, anteriormente em Mutum, e o engenheiro Gabriel Emílio da Costa mudou seu nome para vila de Colatina, homenageando Dona Colatina, esposa do então governador José de Carvalho Mello Moniz Freire. Até esta época, Colatina estava subordinada ao

município de Linhares, mas a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, em 1905, e a inauguração de estação na vila, em 20 de dezembro de 1906, trouxeram grande desenvolvimento ao local e, conseqüentemente, fizeram surgir um movimento para que o local se tornasse a sede do município. Em 1907, portanto, torna-se sede do município de Linhares e, em 20 de dezembro de 1921, criado o município de Colatina, passa a abranger todo o território do antigo município.

Colatina é conhecida pela produção agrícola do café conilon, a fruticultura e a produção hortigranjeira. Compondo a região turística Doce Pontões Capixaba, é conhecida turisticamente por ter um belíssimo pôr do sol que, junto da ponte Florentino Avidos e do Rio Doce, formam o cartão postal da cidade. No dia 22 de agosto, há a celebração da Festa de Emancipação Política da cidade, comemorada no mesmo dia do aniversário de Linhares.

O município abrange um território com 1.416,73 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do Programa Caminhos do Campo, com obra concluída no ano de 2007.

Foto: Micaelly Rupf

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 28, em Colatina, destaca-se pela melhora na situação da renda familiar e pelo aumento no fluxo de visitantes.

MARILÂNDIA

Uma floresta de mata virgem, a região de Marilândia foi desbravada a partir do fluxo migratório do século XIX que trouxe ao Brasil imigrantes de diversas origens, em maioria, italianos. Abriam clareiras, construíram as primeiras casas e iniciaram o cultivo de café, formando um povoado chamado Liberdade. Padres Salesianos, em visita ao local, deram-lhe o nome de Marilândia, para homenagear as terras que seriam de Maria, adotando ainda Nossa Senhora Auxiliadora como padroeira. Logo se desenvolveu, criando um comércio de secos e molhados e sua primeira escola, sendo elevado à sede do distrito de Colatina em 22 de outubro de 1949. Como distrito, subordinado à Colatina, foi reconhecido em 29 de dezembro de 1953, através da Lei Estadual nº 779. No ano de 1980, houve aprovação popular em plebiscito para a emancipação da cidade, ocorrida em 14 de maio, com a aplicação da Lei Estadual nº 3.345. Foi oficialmente instalada em 31 de março de 1983.

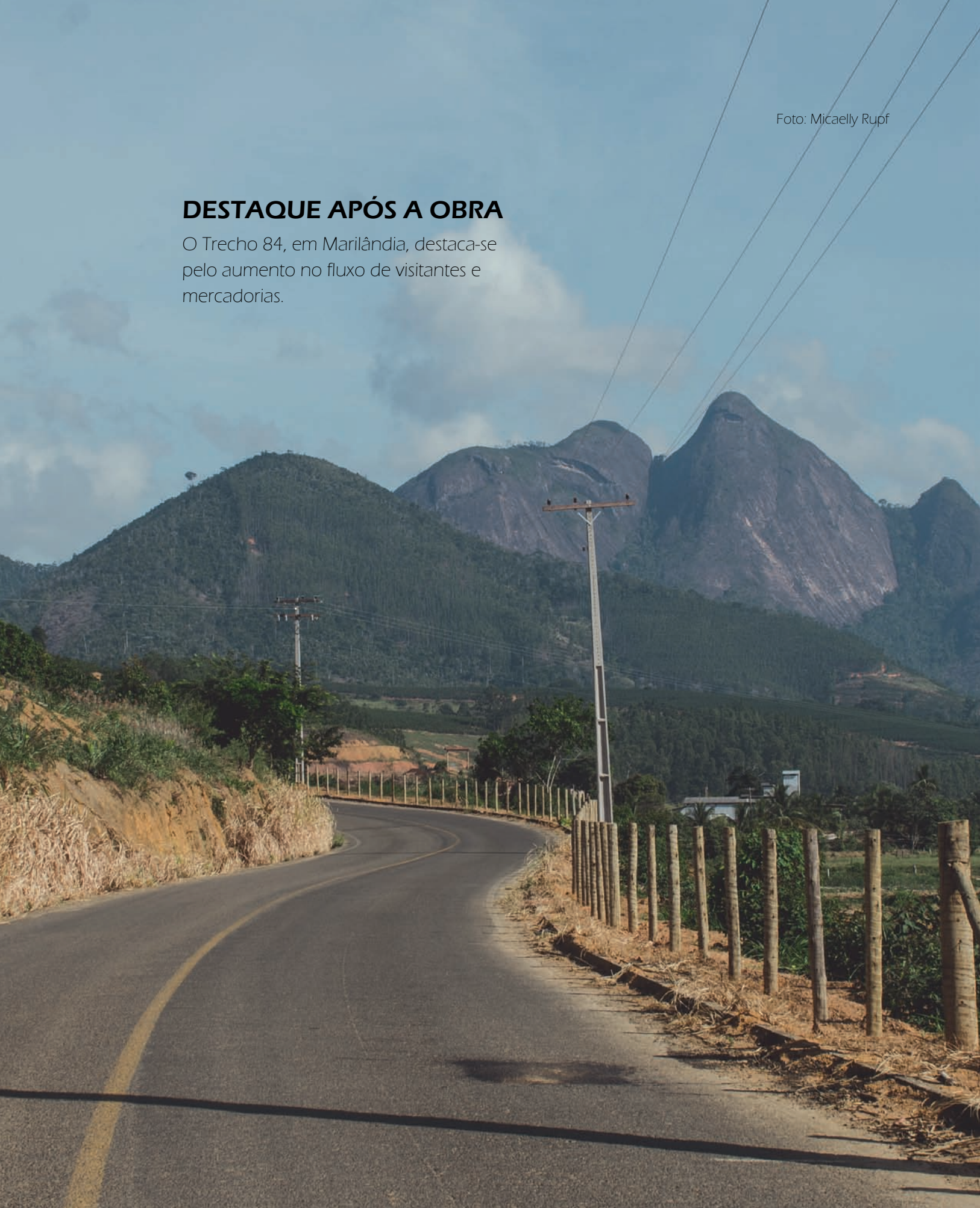
O cultivo de café, de variedade robusta, é a principal atividade da cidade, mas destacam-se também os cultivos de banana e coco. A cidade integra a região turística Doce Pontões Capixaba, com relevância para o turismo natural na bica d'água de Água Viva, na Comunidade de Alto Liberdade, e na lagoa natural Boa Vista, na Fazenda Batista, a mais visitada da região. Ganha destaque também no turismo religioso, pela missa realizada em maio, no alto do pico da Pedra do Cruzeiro, e pelos tapetes de Corpus Christi, festa tradicional no município.

O município abrange um território com 308,96 Km² de extensão e tem a presença de dois trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2011 e 2016.

Foto: Micaelly Rupf

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 84, em Marilândia, destaca-se pelo aumento no fluxo de visitantes e mercadorias.



PANCAS

Próximo à divisa com o Estado de Minas Gerais, o território de Pancas começou a ser ocupado, em 1918, por colonos daquela região, que estavam à procura de terras para o cultivo de café. Aos primeiros desbravadores, Sebastião Laurindo e Sebastião Luiz de Souza, somaram-se outros mineiros e imigrantes alemães que, juntos, fizeram a região prosperar. Por Lei Estadual nº 1.486, de 5 de setembro de 1924, tem reconhecida sua condição de distrito, com nome de Nossa Senhora da Penha, estando subordinado ao município de Colatina. Em 31 de março de 1938, pela Lei Estadual nº 9.222, passa a denominar-se Santa Luzia e em 31 de dezembro de 1943, pela Lei Estadual nº 15.177, recebe o nome de Pancas que, na região, significa “terra onde a raiz não penetra”. Tem sua categoria de município reconhecida pela Lei Estadual nº 777, em 29 de dezembro de 1953, desmembrando-se de Colatina. Entretanto, em 4 de outubro de 1955 a criação do município é anulada pelo Supremo Tribunal Federal, que só

voltaria à categoria de município, em 21 de fevereiro de 1963, pela Lei Estadual nº 1.837. A emancipação oficial ocorreu em 13 de março do mesmo ano, sendo, nesta data, comemorado o aniversário da cidade.

A cafeicultura, a pecuária de leite, a cultura de eucalipto, a fruticultura de manga e, em menor escala, o agroturismo e a agroindústria, são as principais atividades econômicas do município. Compõe a região turística Doce Pontões Capixaba e recebe o título de Cidade Poesia por suas belas formações rochosas, sendo a Pedra do Camelo seu cartão postal. A Festa de Emancipação Política e a Pommerfest são eventos que atraem turistas para a região, celebrando a história do município.

O município abrange um território com 829,92 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2008.




Foto: Micaelly Rupp

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 91, em Pancas, recebeu boa avaliação e destaca-se pelo aumento no fluxo de mercadorias.

SÃO DOMINGOS DO NORTE

Alberto Mallacarne, por volta de 1918, foi enviado pelo governo do Estado para medir as terras da região e, por ter chegado em um domingo, conta-se que batizou o local de São Domingo. A comunidade surgiu a partir de imigrantes italianos que partiam em busca de terras férteis e a inauguração da ponte sobre o Rio Doce, em 1928, levou muitos pioneiros à região, que trabalharam na abertura de estradas e na exploração de madeira. A principal atividade agrícola das propriedades, a cafeicultura, propiciou a sustentação dos colonos e a região chegou a ser a principal produtora de café do Estado.

Em 22 de outubro de 1949, São Domingos foi reconhecido como distrito, subordinado ao município de Colatina, pela Lei Estadual nº 265. Em 1953, seria elevado à categoria de município, mas sua criação fora anulada pelo Supremo

Tribunal Federal. Apenas em 30 de março de 1990, através da Lei Estadual nº 4.347, é novamente criado o município, com nome de São Domingos do Norte.

Economicamente, a principal fonte de renda do município é a cafeicultura, mas, atualmente, os agricultores têm diversificado a produção, com a fruticultura de manga, laranja, maracujá e banana, o mel, a seringueira e o cacau. Composto a região turística Doce Pontões Capixaba, tem o turismo religioso como sua principal atração, com a Pedra de Nossa Senhora Aparecida e a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes sendo visitadas por diversos religiosos e devotos.

O município abrange um território com 298,54 km² de extensão e tem a presença de três trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2005, 2006 e 2014.

Foto: Micaelly Rupf

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 110, em São Domingos do Norte, destaca-se pelo aumento no fluxo de turistas e mercadorias e pela melhora no acesso ao ensino.

SÃO GABRIEL DA PALHA

A colonização do município ocorreu a partir do desbravamento de imigrantes poloneses, alemães e italianos que, em busca de terras, saíram da região de Colatina. Em 1927, Bertolo Malacarne fundou no local uma povoação com casas cobertas por palhas, dando origem ao nome da cidade. Pela Lei nº 1.837, de 21 de fevereiro de 1963, é criado o município de São Gabriel da Palha, desmembrando-o de Colatina. A instalação oficial ocorreu em 13 de maio, data em que se comemora sua emancipação.

Seu principal produto, o café conilon, é fonte de renda econômica fundamental e deu origem à COOABRIEL (Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel),

muito significativa e importante para toda a região. Os cultivos de coco, feijão, milho, mandioca e a pecuária leiteira também são atividades relevantes para o município que, nos últimos anos, vem diversificando sua economia e transformando-se em polo de confecção têxtil. Destino turístico para apreciadores da natureza, compõe a região turística das Pedras Pão e Mel. Os pontos mais famosos são o Parque da Ilha e a Cachoeira da Onça. A Festa de Emancipação Política da cidade ocorre em maio e reúne diversas atrações.

O município abrange um território com 434,81 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2007.

Foto: Micaelly Rupf

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 111, em São Gabriel da Palha, destaca-se pelo aumento no fluxo de visitantes.

VILA VALÉRIO

O engenheiro polonês Esteves Bonislau Ryszczik, chefe de uma companhia polonesa, foi o responsável pela demarcação das terras da atual cidade. Inicialmente, receberia poloneses, mas, em 1939, a invasão da Polônia impossibilitou a vinda desses imigrantes. Foi, por isso, colonizada por mineiros, imigrantes italianos e pomeranos, vindos do sul do Estado.

O nome da cidade é uma homenagem ao advogado polonês Walerjan Koszarowski, importante figura no combate à epidemia de malária que assolou a época. O distrito de Valério é criado, pela Lei Estadual nº 1.919, em 31 de dezembro de 1963, subordinado ao município de São Gabriel da Palha. Em 28 de março de 1994, é

elevado à categoria de município, pela Lei Estadual nº 4.892, passando a se chamar Vila Valério.

A maioria da população se dedica à atividade agrícola, com destaques para as produções de café conilon, coco anão, pimenta do reino e eucalipto. Faz parte da região turística das Pedras, Pão e Mel e tem como atrativos turísticos uma Rampa de voo livre e as famosas Festas do Café e do Coco.

O município abrange um território com 433,22 km² de extensão e tem a presença de três trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas entre os anos de 2006 e 2014.

Foto: Micaelly Rupf

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 118, em Vila Valério, recebeu boa avaliação e destaca-se pelo aumento no fluxo de mercadorias.





NORDESTE

Representada pelos municípios de Conceição da Barra, Pedro Canário, São Mateus, Montanha, Mucurici, Pinheiros, Ponto Belo, Jaguaré e Boa Esperança, possui 6 trechos do Programa Caminhos do Campo nos municípios de Boa Esperança, Jaguaré, Mucurici e Ponto Belo, totalizando 93,26 km de estradas. Na agricultura, a microrregião se destaca pelas produções de café, mamão, cana-de-açúcar, pimenta-do-reino e coco-da-

baía. No turismo, as atrações naturais são os maiores destaques com possibilidade do turismo de aventura, inclusive, a realização de uma modalidade esportiva inédita, o Barco Cross. Outras riquezas, as produções de frutas e de carne de sol, junto do artesanato e do agroturismo, completam a lista das diversas opções turísticas da microrregião.

TRECHOS DO PROGRAMA CAMINHOS DO CAMPO

17	Boa Esperança	ES-315 - Ponte sobre o Rio Cotaxé (Acesso ao Patrimônio do BIS)
71	Jaguaré	Sede - Giral
87	Mucurici	Sede - Fazenda Kersen
88	Mucurici	Fazenda Kersen - Itabaiana
92	Ponto Belo	Sede - Fazenda Bananal
93	Ponto Belo	Fazenda Bananal - Itamira



BOA ESPERANÇA

Ainda uma região de matas intactas no início do século XX, Boa Esperança era refúgio de indígenas que tentavam sobreviver à ocupação dos arredores, ocorrida com a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas e da ponte Florentino Avidos. Responsável pela medição das terras da região, o engenheiro Antônio dos Santos Neves, seria o primeiro a ter olhos ao local, com expectativa de fatura de madeira de lei. Escolheu um pedaço de 350 hectares, próximo ao Rio São Mateus e ao Córrego da Anta, mas, por ter recebido terras como dote, seu primo, João dos Santos Neves, foi quem requisitou a posse da terra, em 6 de junho de 1919. A colonização fez necessária a derrubada da mata, que seria aproveitada com a instalação de uma grande e moderna serraria para a exportação da madeira já beneficiada. No ano de 1921, com o movimento de fuga da seca de muitos nordestinos, João Antônio do Livramento, vindo de Sergipe, encontra Antônio dos Santos Neves e recebe o convite para trabalhar na serraria e iniciar a colonização do local. A expectativa de prosperidade com a exploração das madeiras, fez João e Antônio nomearem o local de vila Boa Esperança. Seu rápido crescimento culmina, em 22 de outubro de 1949, com a decretação da Lei nº 265, tornando o povoado distrito de São Mateus. A partir da década de 1950, a melhoria do deslocamento de Colatina até a região, o aumento do preço do café, a chegada de imigrantes italianos e

migrantes do Sul do Estado e de Minas Gerais trazem bonança e a esperança de seu desmembramento do município de São Mateus. Conquista sua emancipação em 20 de novembro de 1963, com a Lei nº 651 e, em 1º de janeiro de 1964, é constituído legalmente como município, com instalação oficial em 3 de maio.

Economicamente, o município tem sua base no cultivo do café conilon, embora exista a implementação de culturas como as de cana de açúcar, mamão, abacaxi, banana, maracujá, mandioca, pimenta do reino, e lavouras seringueiras. Compõe a região turística Pedras, Pão e Mel e seu cartão postal e patrimônio paisagístico, a Pedra da Botelha, é um ótimo ponto de partida para voos de parapente e, uma vez ao ano, realiza uma Subida Ecológica. O Matelier do artesão Cosme Rodrigues Artes, que faz arte em madeira, galhos, e raízes, é parada para aqueles que admiram a criatividade e a destreza a partir de matéria-prima simples. Durante a Festa da Cidade, em maio, ocorre a Exposição das Potencialidades Turísticas e Agrícolas do Município e a Festa da Rainha do Maracujá, celebra, nos meses de junho e julho, a diversidade produtiva e tem sua renda voltada para as comunidades locais.

O município abrange um território com 428,36 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2006.

Foto: Douglas Bonella

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 17, em Boa Esperança, recebeu boa avaliação e destaca-se pelo aumento no fluxo de visitantes.

JAGUARÉ

Coberto de Mata Atlântica, até a década de 1940, o local era habitado por indígenas e outros, vindos provavelmente do Nordeste e Minas Gerais, por melhores condições de vida. Seu núcleo colonizador tem início com a chegada de Pedro Altoé, em maio de 1946, e sua caravana de colonos italianos, provenientes de Jaciguá - na época, distrito de Cachoeira de Itapemirim -, que se estabeleceram às margens da BR-101, na localidade de Ponte do Rio Barra Seca. A vinda de Cipriano Coco, em 6 de outubro de 1949, e a posterior construção da primeira casa no local, consolidam a colonização do futuro município de Jaguaré. Seu primeiro nome, Lagoa do Jaguaré, surge de um capim abundante nas margens de uma lagoa que, tão logo desapareceu, passou o local a chamar-se somente Jaguaré. Criado o distrito de Jaguaré, pela Lei Estadual nº 1.951, em 13 de janeiro de 1964, subordinado ao município de São Mateus, tem sua elevação à categoria de município em 13 de outubro de 1981, através da Lei Estadual nº 3.445. Sua instalação oficial acontece em 31 de janeiro de 1983.

As produções de café conilon, pimentado-reino, segunda maior do Estado, e o recente cultivo de mamão e maracujá, são os destaques produtivos do município. Outra fonte de renda com grande importância, os royalties repassados pela Petrobras fazem do petróleo sua segunda principal atividade econômica. Tem como principais atrações turísticas a Cachoeira do Bereco e o Rio Barra Seca, onde se realiza a competição de Barco Cross, inédita no Brasil. A cidade ainda organiza a tradicional Festa do Produtor Rural, em julho, que ocorre desde 1989 e, no feriado da Semana Santa, o Teatro Paixão de Cristo, um dos maiores do Estado, envolve diversos atores, diretores e organizadores.

O município abrange um território com 659,43 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2007.

Foto: Douglas Bonella

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 71, em Jaguaré, destaca-se pela valorização dos imóveis.

MUCURICI

Pioneiros vindos da Bahia, no início do século XX, se apropriaram de terras devolutas e férteis para o plantio de cereais e áreas de pastagens, formando o povoado conhecido como Comercinho, por seu pequeno comércio de pele de animais silvestres. Houve rápido desenvolvimento, na década de 1940, com a extração de madeira de lei, muito abundante na região. Mucurici, nome composto de Mucuri, que significa “árvore de fruto amarelado com forma de pêssego” e Ci, “sombra da mesma árvore”, foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 779, em 29 de dezembro de 1956, desmembrando-se de Conceição da Barra.

Atividade econômica essencial, a pecuária de leite e de corte ocupa extensa parte da área agropastoril do município e a fruticultura de goiaba, abacaxi e banana vem se desenvolvendo na agricultura familiar, sendo boa opção para a diversidade rural. Compõe a região turística Doce Terra Morena e tem como principal atrativo um Balneário, com opções de lazer e gastronomia. Além disso, está na Rota do Forró, que ocorre no mês de julho de cada ano.

O município abrange um território com 541,39 km² de extensão e tem a presença de dois trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2007 e 2009.

Foto: Douglas Bonella

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 88, em Mucurici, recebeu boa avaliação e destaca-se pelo aumento no fluxo de mercadorias.

PONTO BELO

Dos pioneiros da colonização, destacam-se Sebastião José Rabelo e Manoel Pereira Sena. Em sua maioria, os desbravadores eram mineiros e baianos que iniciaram a exploração de madeira, em busca de melhores condições de vida. Estabeleceram-se na mata e, aos poucos, foram erguendo povoações, originando o município. A um pequeno estabelecimento, por onde passavam e faziam refeições, foi dado o nome de Ponto Belo, pelas belas paisagens do lugar e, mais tarde, dá nome ao município. Tem sua condição de distrito pela Lei nº001, de 1989. A elevação à categoria de município, pela Lei Estadual nº 4.594, ocorre em 30 de março de 1994, com instalação oficial em 1º de janeiro de 1997.

Na produção agrícola, destacam-se com os cultivos de café, mandioca, coco e mamão, mas, segundo dados do Incaper (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural), há ainda baixa produtividade, ocasionada pela baixa diversificação e baixo nível tecnológico empregado. No extremo norte do Estado, é rica em belezas naturais, podendo o turista aproveitar a presença de rios e cachoeiras para a praticar rafting e o agroturismo e o artesanato, para comprar produtos regionais.

O município abrange um território com 360 km² de extensão e tem a presença de dois trechos de estradas do programa Caminhos do Campo, com obras concluídas em 2008 e 2009.

Foto: Douglas Bonella

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 93, em Ponto Belo, recebeu boa avaliação e destaca-se pela valorização imobiliária.





Foto: Douglas Bonella



NOROESTE

Formada pelos municípios de Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Mantenópolis, Vila Pavão, Águia Branca e Nova Venécia. Possuem 3 trechos do Programa Caminhos do Campo os municípios de Ecoporanga, Nova Venécia e Vila Pavão, totalizando 26,66 km de estradas. Na agricultura, a microrregião se destaca pelas produções

de café, coco-da-baía, pimenta-do-reino, banana e cana-de-açúcar. Seus municípios compõem a região turística das Pedras, Pão e Mel, a extremo nordeste do Estado. Tem atrativos como o artesanato, os patrimônios histórico e cultural, o agroturismo, o ecoturismo e ricas paisagens. São destaques também as festas típicas e a produção da carne de sol.

TRECHOS DO PROGRAMA CAMINHOS DO CAMPO




47	Ecoporanga	BR 342 - Assentamento Miragem
90	Nova Venécia	Sede - Santo Antônio / Serra de Baixo
120	Vila Pavão	Sede - Praça Rica



MG



Legenda

-  Trechos do programa Caminhos do Campo
-  Rodovias principais
-  Limites municipais



UTM - ZONA 24 SUL - SIRGAS 2000

ECOPORANGA

Numa região de vale, às margens do Rio Dois de Setembro, surgiu o povoado que daria origem a Ecoporanga, nome de origem indígena, que significa “local onde se produz o eco do nhambu” - ave de bico e pés vermelhos. A construção da ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, iniciou o processo e culminou na vinda de pessoas de Minas Gerais, Bahia e outras regiões do Espírito Santo, em busca de trabalho e riqueza. Em meados de 1934, Jacinto Antônio Dias chegava às terras da região, saído de Minas Gerais, trazia esposa e filhos e, por determinação do governo de Minas, tomou posse de uma terra, na qual criou um núcleo de desbravadores que deveriam povoar as imediações. Em 1937, sua doação de 28 hectares ao Frei Inocêncio de Comiso, destinada à fundação de um patrimônio em honra de Nossa Senhora de Mont Serrat, criou o núcleo populacional de Patrimônio do Quinze. A cafeicultura e a exploração da madeira deram rápido desenvolvimento ao local, elevado a distrito em 1943. O município, com sede em Joeirana, atual Ataléia, em Minas Gerais, seria criado em 24 de dezembro de 1948, pela Lei nº 167. Posteriormente, em 18 de dezembro de 1953, a Lei nº 773 transfere o distrito, com nome de Ecoporanga, do município de Barra de São Francisco para o de Joeirana. As disputas das terras daquela região, travadas entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, retardaram a emancipação do local. Em 12 de janeiro

de 1955, o Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Jefferson de Aguiar, criou a Lei nº 897, autorizando a transferência da sede do município de Joeirana para o distrito de Ecoporanga. Oficialmente instalada, em 9 de abril de 1955, é ainda hoje a data de aniversário da cidade, mas a sua efetiva emancipação política aconteceria somente em 16 de outubro de 1956, quando passou a integrar o Estado do Espírito Santo e instalou-se o novo município, com sede na vila de Ecoporanga.

Suas principais atividades econômicas são a cafeicultura, a pecuária leiteira e de corte e, recentemente, a extração de granito. Tem diversas cachoeiras, como as Bonita e Arco Íris, que oferecem diversão e frescor ao calor. Outra atração, a Pedra da Torre de Televisão tem uma vista belíssima da cidade. Durante o ano, a cidade celebra as tradicionais Folia de Reis, comemorando, em janeiro, o nascimento de Cristo; a Cavalgada do Trabalhador, no dia do trabalhador rural, com benção a animais e colheitas; e, de grande proporção e vários dias de festa, a Exposição Agropecuária, no Parque de Exposições Nilson Nardacci, tem grandiosa cavalgada e atrações locais.

O município abrange um território com 2287,59 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do Programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2007.




Foto: Douglas Bonella

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 47, em Ecoporanga, destaca-se pela valorização imobiliária.

NOVA VENÉCIA

Refúgio de índios Aimorés, as serras situadas nas cabeceiras do Rio Cricaré tiveram o primeiro impulso colonizador em 1870, pelo major Antônio Rodrigues da Cunha, o Barão de Aimorés, que fez a tentativa de explorar uma serra que avistou, da Cachoeira do Cravo, no Rio Cricaré. A chegada dos imigrantes criou um núcleo denominado de Serra dos Aimorés, uma vez que era habitada, principalmente, por índios dessa tribo.

A seca de 1880 trouxe inúmeros grupos de cearenses e, a eles, em 1890, juntaram-se imigrantes italianos, que se estabeleceram no vale do Rio São Mateus. No ano de 1896, o núcleo de Serra dos Aimorés é elevado à categoria de distrito, por Lei Municipal de 13 de outubro e Ato Municipal de janeiro de 1902, ficando subordinado ao município de São Mateus. Sua emancipação política ocorre no ano de 1953, pela Lei Estadual nº 767 de 11 de dezembro, com nova denominação, de Nova Venécia, em reconhecimento aos imigrantes italianos, vindos de Veneza, cidade do noroeste da Itália. Sua instalação oficial acontece em 26 de janeiro do ano seguinte.

A atividade agropecuária tem como destaques a cafeicultura e a pecuária, sobretudo a leiteira. As duas produções contam com estrutura cooperativista, em especial as da COOABRIEL (Cooperativa

Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel da Palha) e da COOPNORTE (Cooperativa Agropecuária do Norte do Espírito Santo), que tem uma indústria de laticínios, a Veneza. Composto a região turística das Pedras, Pão e Mel, a cidade tem variedade de atrativos turísticos. A Área de Preservação Ambiental da Pedra do Elefante, de 2500 hectares, tem ao seu redor a Pedra do Elefante, com mais 600 metros de altitude, e a possibilidade de atividades como caminhadas, trilhas ecológicas, trekking, enduros e escaladas. A Área de Preservação também abriga uma pequena capela, conhecida como Santuário da Mãe Peregrina, monumento religioso com trilha e mais de 400 degraus, e uma Gameleira, árvore centenária, localizada na base do Santuário, com mais de 15 metros de altura e raízes enormes, sendo ambos locais de devoção e fé.

No mês de abril, é realizada a Festa de Emancipação do Município e a Exposição Agropecuária, no Parque de Exposições do bairro Ascensão, com programação variada, incluindo rodeios, shows, desfile escolar, parque de diversão e leilões.

O município abrange um território com 1441,93 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do Programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2014.

Foto: Douglas Bonella

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 90, em Nova Venécia, destaca-se pelo aumento no fluxo de turistas e pela valorização imobiliária.



VILA PAVÃO

Caboclos fugidos da seca do sertão e madeireiros, na década de 1920, colonizaram a região. No ano de 1940, as construções da ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, e da estrada que liga Nova Venécia a Vila Pavão, trouxeram imigrantes africanos, italianos e pomeranos para o local. As terras quentes atraíram os pomeranos e italianos, que vinham do Sul do Estado e da divisa com Minas Gerais.

Na varanda da única casa de pernoite da região, o desenho de um pavão foi a inspiração para os tropeiros nomearem a vila, que foi emancipada de Nova Venécia em 1º de julho de 1990. Pela Lei Estadual nº 4.517, de 16 de janeiro de 1991, é oficialmente elevada à categoria de município.

Com maioria dos moradores residindo na zona rural, a atividade agrícola é muito importante, sendo a cafeicultura a principal.

Além disso, as elevações de granito fazem da região uma das maiores jazidas do Brasil. Integrando a região turística das Pedras, Pão e Mel, as belezas naturais e a culinária dos imigrantes se destacam como atrativos.

A Festa Pomitafro, criada em 1989, é o maior evento de integração étnica do Brasil, celebrando o encontro de pomeranos, italianos e africanos que colonizaram a região. Compondo o calendário cultural da cidade, as Festas da Colheita e do Padroeiro São Pedro também atraem os turistas.

O município abrange um território com 470,20 km² de extensão e tem a presença de um trecho de estrada do programa Caminhos do Campo, com obra concluída em 2016.

Foto: Douglas Bonella

DESTAQUE APÓS A OBRA

O Trecho 120, Vila Pavão, recebeu boa avaliação e destaca-se pela melhora no acesso ao ensino.



Foto: Raphael Segatto





PERCEPÇÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS

O resultado das entrevistas realizadas nos trechos de estradas do programa Caminhos do Campo nos permite algumas considerações em relação ao perfil das pessoas entrevistadas. Em termos gerais, observamos que 79% dos entrevistados são proprietários do imóvel e que, em média, residem três pessoas por domicílio. Em relação à renda familiar, estas pessoas recebem em média R\$ 2.247,19, sendo que 25% tem como origem a comercialização da produção agropecuária. A escolaridade média, por sua vez, é de 6,4 anos de estudo.

Na comparação com o perfil da população capixaba, observamos que o tempo de estudo dos moradores das regiões contempladas pelo programa, que é de, no máximo, 7,32 anos, é menor do que a média para o Estado, de 8 anos¹.

E a renda média familiar também se revelou menor do que a renda estadual, de R\$ 3.138,41².

O perfil dos entrevistados também apresenta diferenças entre as distintas microrregiões do Estado. Na microrregião Nordeste, a renda média familiar é de R\$ 3.369,84 e acima da renda estadual. Já nas microrregiões Centro-Oeste e Rio Doce, o percentual de pessoas entrevistadas que são proprietárias do imóvel é de cerca de 90%. Além disso, na microrregião Centro-Oeste, os resultados da pesquisa mostram que 1/3 da renda média mensal dos entrevistados é composta da comercialização da produção agropecuária.

¹ IBGE/PNAD 2015.

² Elaborado com base nos microdados da PNAD contínua - IBGE. Valores atualizados pelo IPCA para 31/05/2017.

A percepção dos entrevistados sobre o período de obras das estradas revela alguns incômodos, como barulho, acidentes, interdição da via e poluição do ar. Entretanto, ao analisarmos as considerações finais, percebemos que os benefícios compensaram os transtornos iniciais.

Em relação às mudanças nos acessos às propriedades, 47% dos entrevistados consideram que o programa Caminhos do Campo contribuiu muito significativamente para melhorá-los. Nas regiões Centro-Oeste e Metropolitana, este resultado foi em torno de 55%. Cabe destacar ainda que 36% consideram que o programa contribuiu bastante para melhorar o acesso. Já a mobilidade, como um todo, também melhorou muito para mais de 79% dos moradores de todas as microrregiões, sendo que

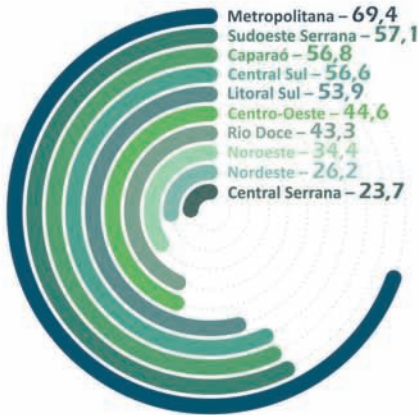
nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Rio Doce esta melhora foi observada por mais de 90% dos entrevistados. Estes resultados indicam como o programa contribuiu para facilitar o dia-a-dia desses moradores.

Além disso, outros benefícios também podem ser observados: em todas as microrregiões, mais de 73% dos entrevistados relatam a valorização dos imóveis após a chegada do Caminhos do Campo. Ademais, 49% dos entrevistados relataram aumento do fluxo de visitantes ou turistas, aumento este superior a 55% nas microrregiões Caparaó, Central Sul e Sudoeste Serrana. Na microrregião Metropolitana o aumento observado foi em torno de 70%.

Por fim, na avaliação geral, as estradas recebem, em média, nota superior a 7,0.

BENEFÍCIOS OBSERVADOS

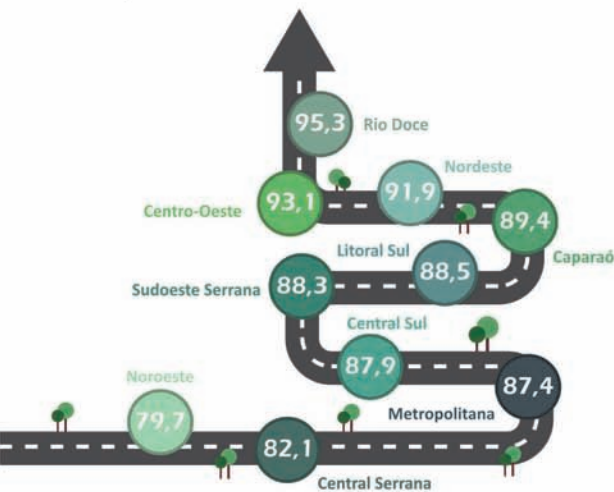
Percentual dos entrevistados que percebeu aumento no fluxo de visitantes (%)



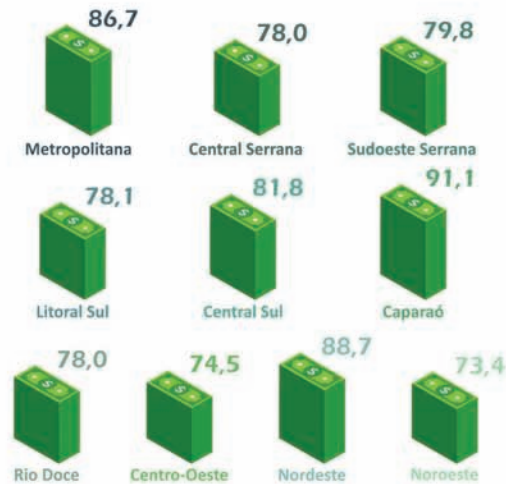
Percentual dos entrevistados que percebeu melhoria nas condições de acesso



Percentual dos entrevistados que percebeu melhoria na mobilidade



Percentual dos entrevistados que percebeu valorização dos imóveis da região

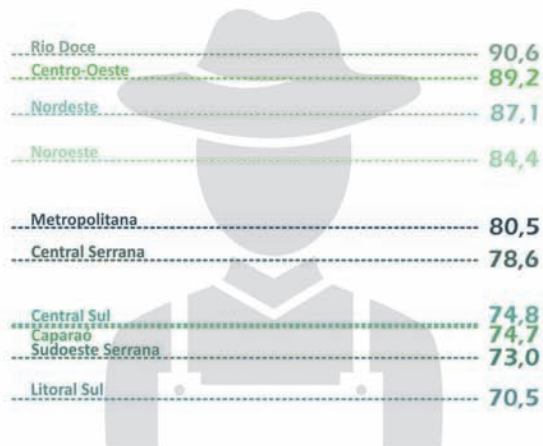


Nota da estrada

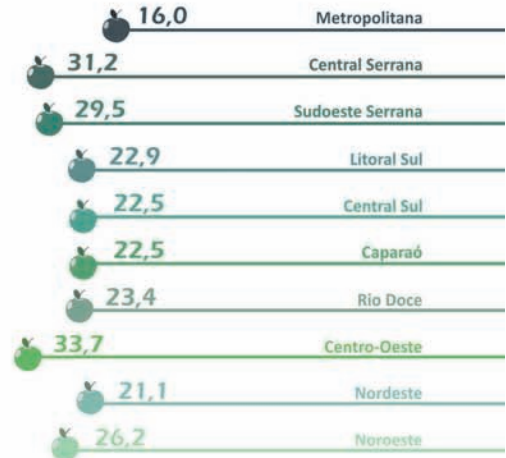


PERFIL DOS ENTREVISTADOS

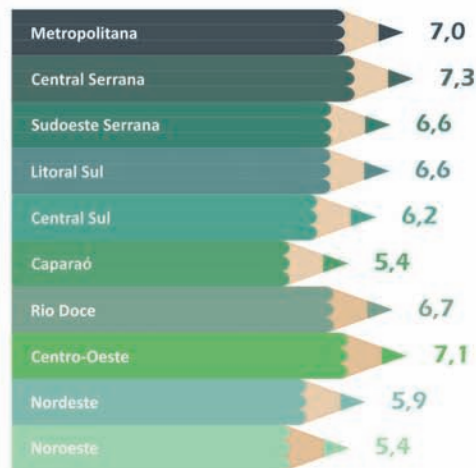
Percentual dos entrevistados proprietários do imóvel



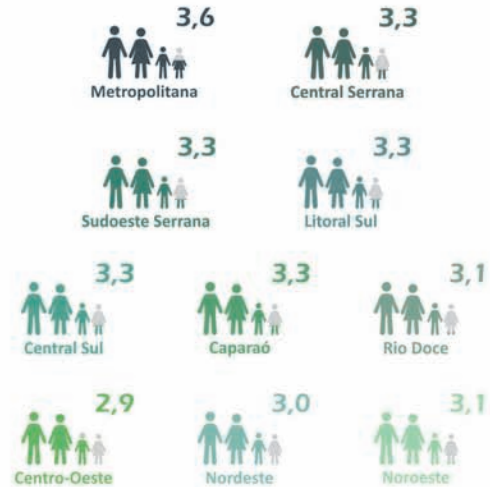
Participação da comercialização da produção agrícola na renda (%)



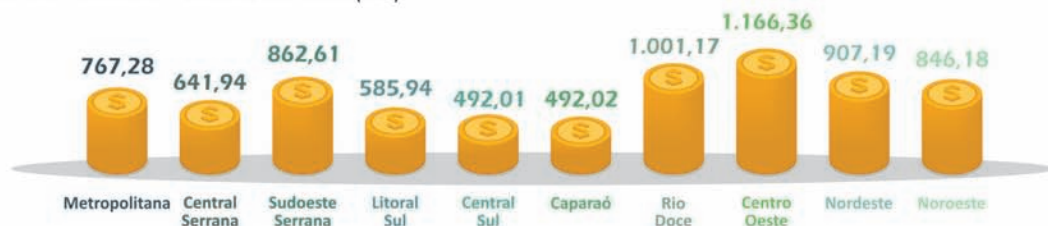
Escolaridade média (anos de estudo)



Pessoas por domicílio (média)



Renda Familiar – média mensal (R\$)

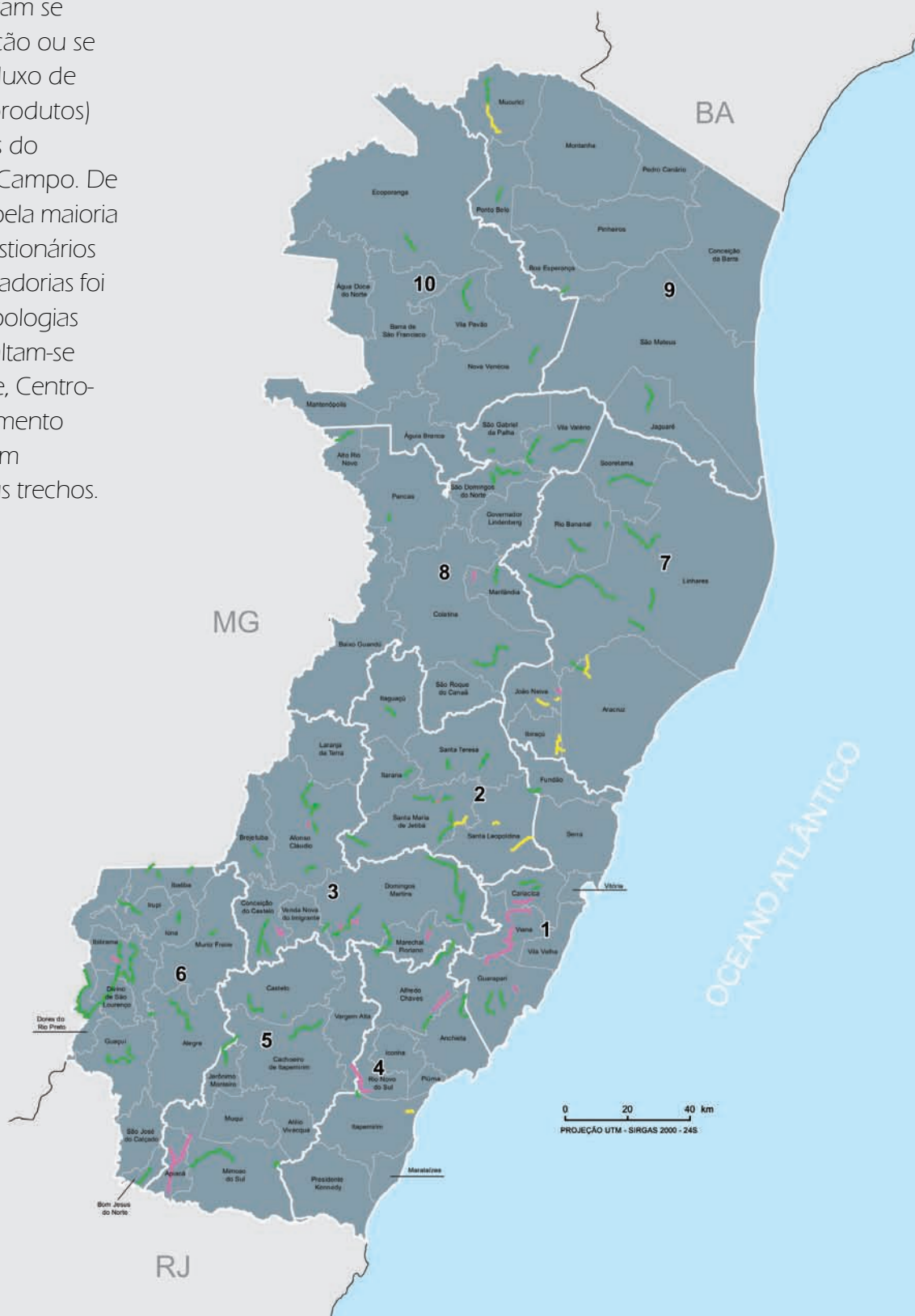


Fluxo de mercadorias

Os entrevistados informaram se houve aumento, diminuição ou se não houve alteração do fluxo de mercadorias (insumos e produtos) após as obras nos trechos do Programa Caminhos do Campo. De acordo com o apontado pela maioria dos entrevistados dos questionários aplicados, o fluxo de mercadorias foi representado em três simbologias distintas. Neste tema, ressaltam-se as microrregiões: Noroeste, Centro-Oeste e Caparaó, com aumento do fluxo de mercadorias em praticamente todos os seus trechos.

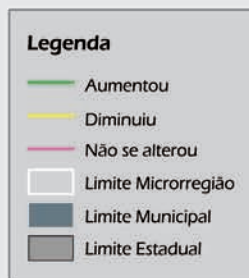


1. Metropolitana
2. Central Serrana
3. Sudoeste Serrana
4. Litoral Sul
5. Central Sul
6. Caparaó
7. Rio Doce
8. Centro-Oeste
9. Nordeste
10. Noroeste

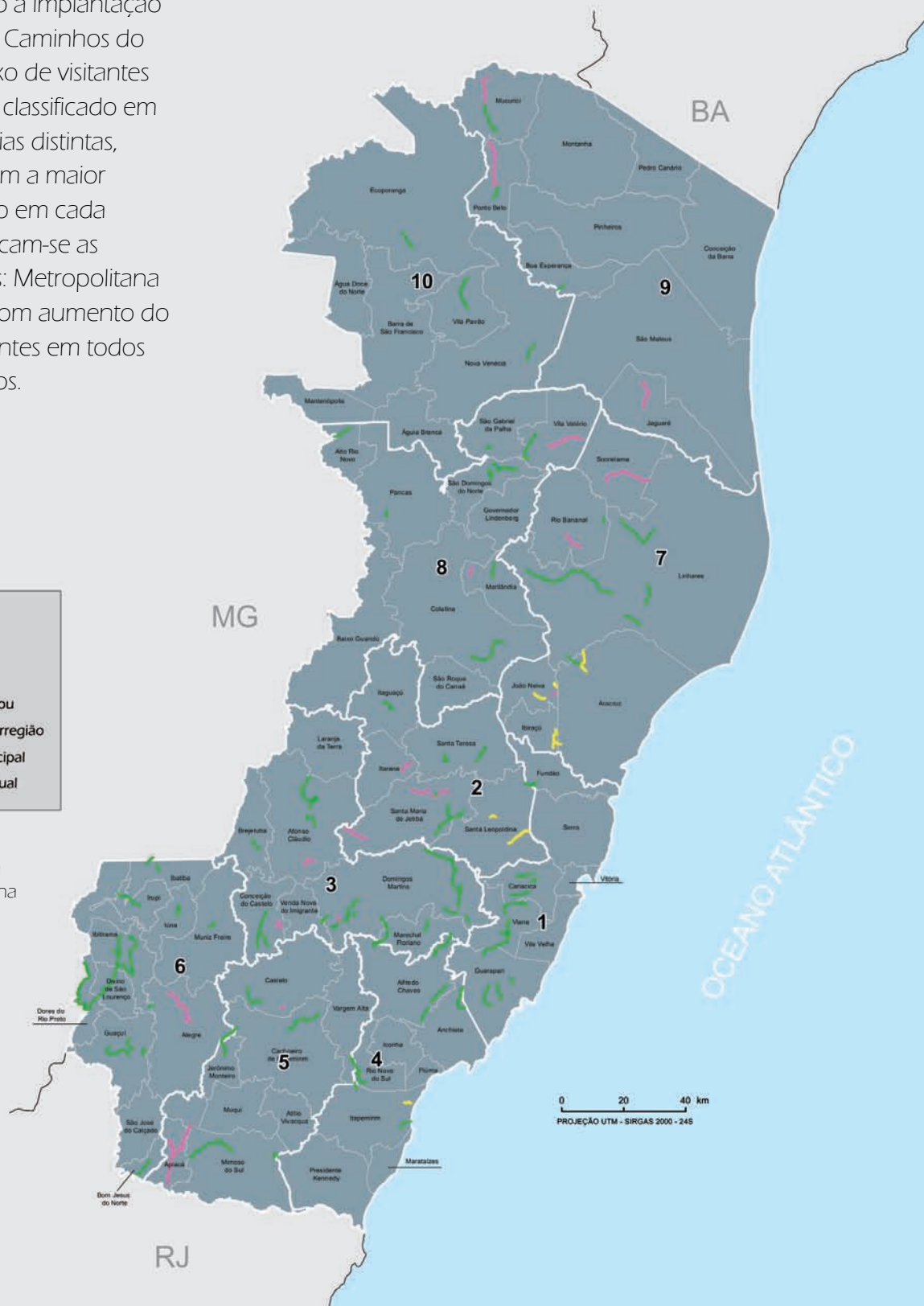


Fluxo de visitantes

Considerando a implantação do Programa Caminhos do Campo, o fluxo de visitantes ou turistas foi classificado em três simbologias distintas, de acordo com a maior representação em cada trecho. Destacam-se as microrregiões: Metropolitana e Noroeste, com aumento do fluxo de visitantes em todos os seus trechos.



1. Metropolitana
2. Central Serrana
3. Sudoeste Serrana
4. Litoral Sul
5. Central Sul
6. Caparaó
7. Rio Doce
8. Centro-Oeste
9. Nordeste
10. Noroeste

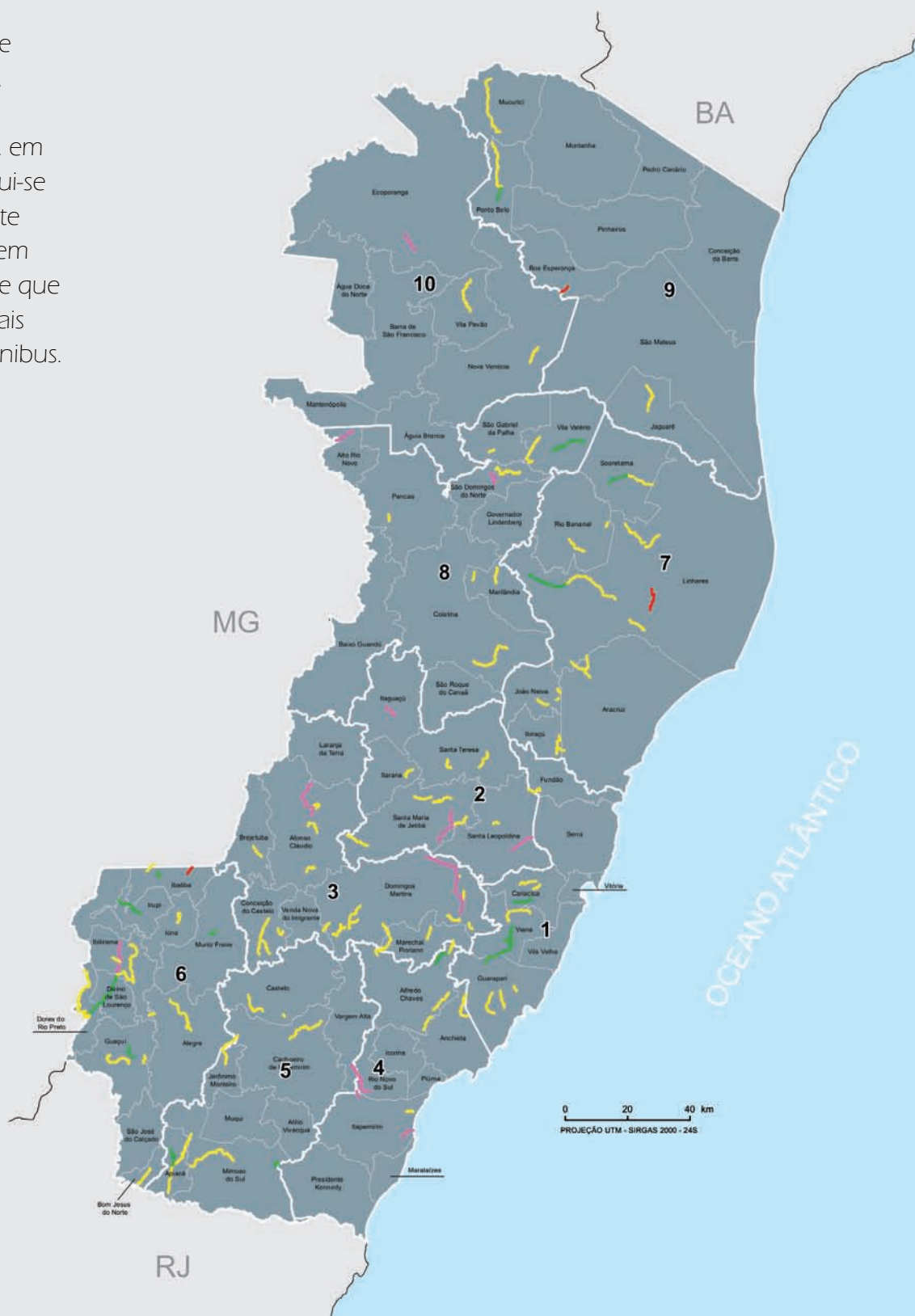


Mobilidade - antes das obras

Considerando os meios de transportes usualmente utilizados antes das obras, conforme informado pela maioria dos entrevistados, em cada trecho, carro constitui-se como o meio de transporte mais usado. No entanto, em alguns trechos, percebe-se que os meios de transporte mais utilizados foram moto e ônibus.

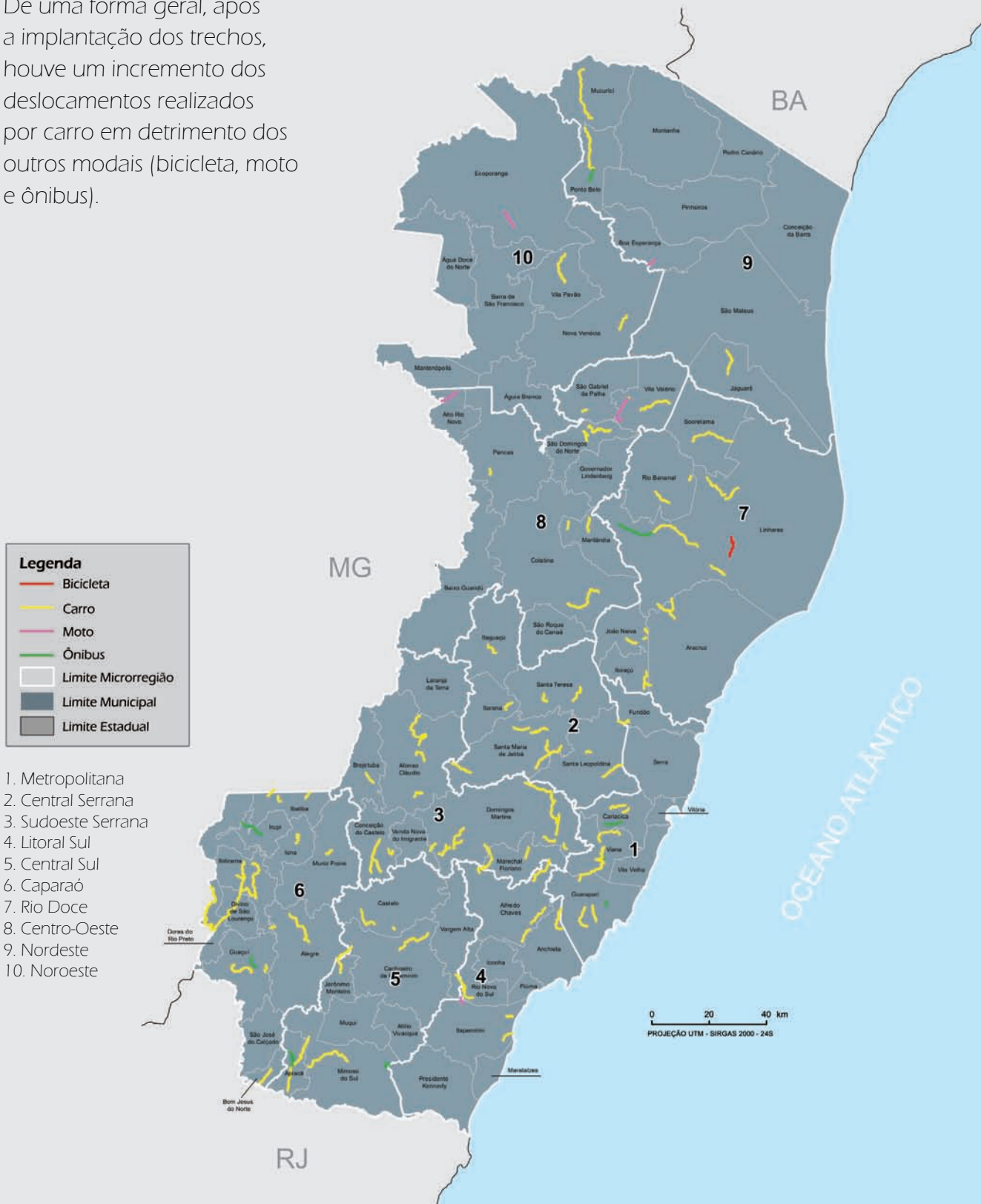


1. Metropolitana
2. Central Serrana
3. Sudoeste Serrana
4. Litoral Sul
5. Central Sul
6. Caparaó
7. Rio Doce
8. Centro-Oeste
9. Nordeste
10. Noroeste



Mobilidade - depois das obras

De uma forma geral, após a implantação dos trechos, houve um incremento dos deslocamentos realizados por carro em detrimento dos outros modais (bicicleta, moto e ônibus).

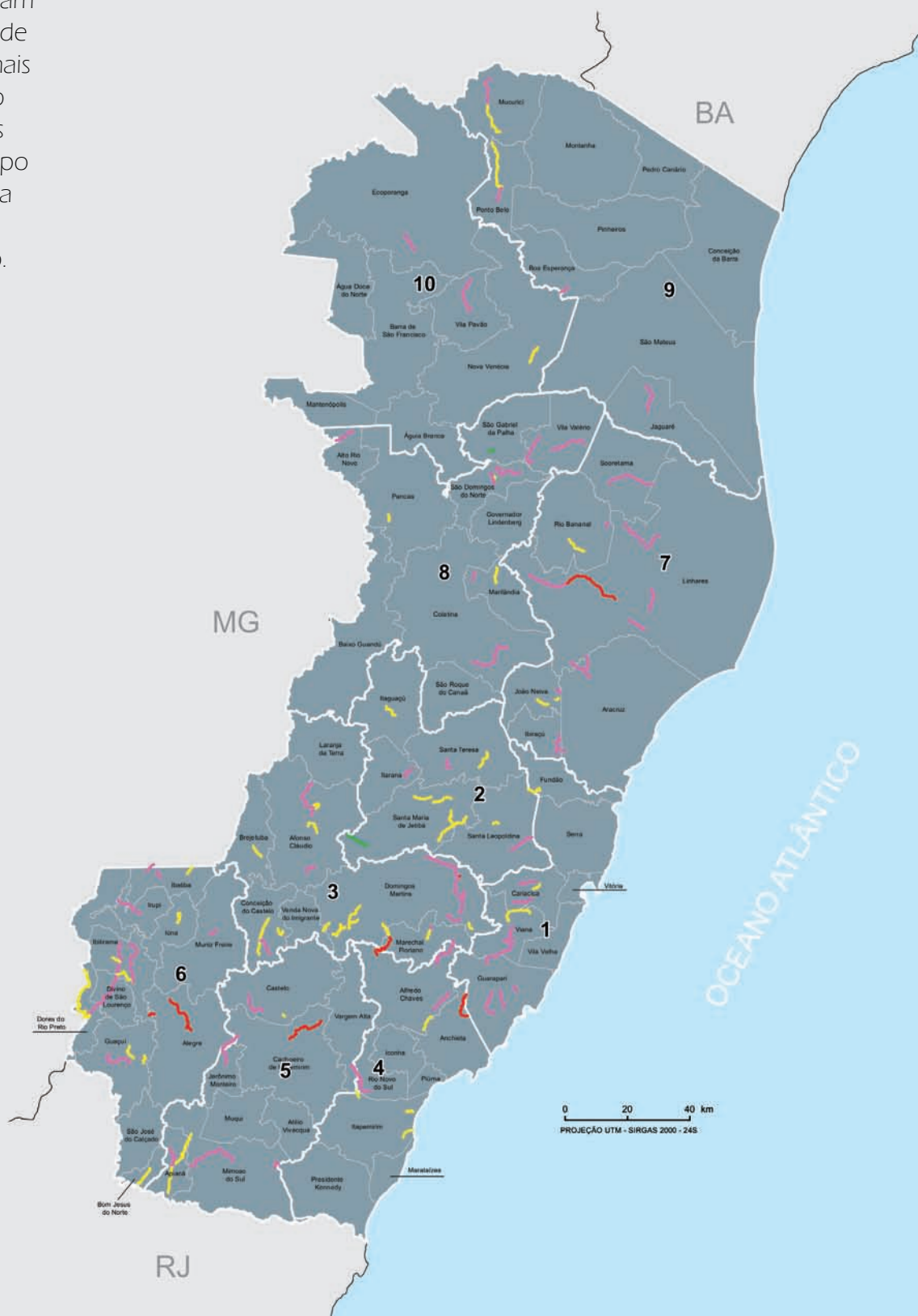


Tempo gasto - antes das obras

Os entrevistados informaram o tempo gasto no trajeto de casa até a comunidade mais próxima utilizando o meio de transporte habitual. Os mapas apresentam o tempo informado considerando a maioria dos questionários aplicados em cada trecho.

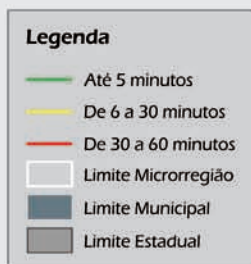


1. Metropolitana
2. Central Serrana
3. Sudoeste Serrana
4. Litoral Sul
5. Central Sul
6. Caparaó
7. Rio Doce
8. Centro-Oeste
9. Nordeste
10. Noroeste

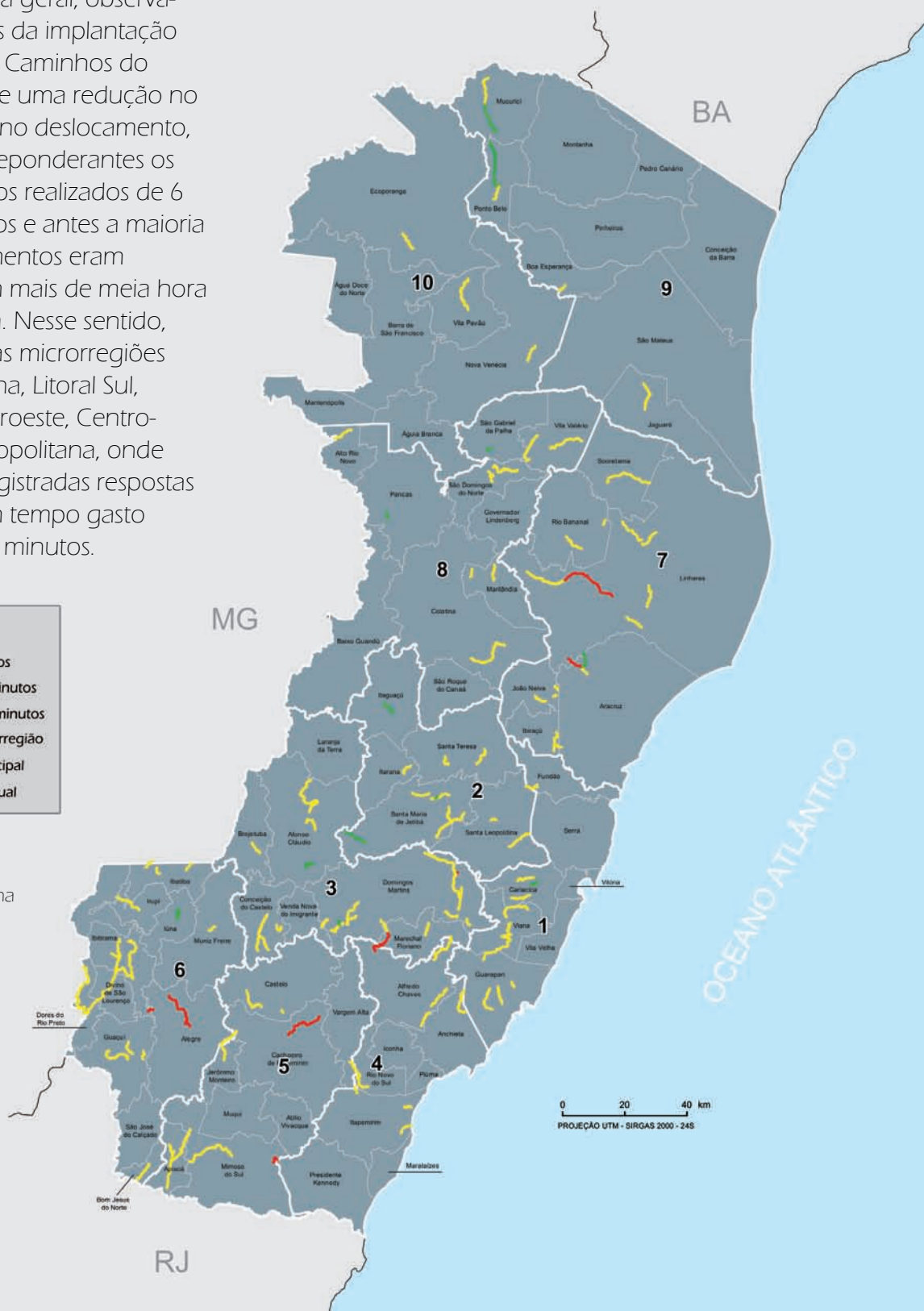


Tempo gasto - depois das obras

De uma forma geral, observa-se que depois da implantação do Programa Caminhos do Campo houve uma redução no tempo gasto no deslocamento, já que são preponderantes os deslocamentos realizados de 6 até 30 minutos e antes a maioria dos deslocamentos eram realizados em mais de meia hora até uma hora. Nesse sentido, ressaltam-se as microrregiões Central Serrana, Litoral Sul, Nordeste, Noroeste, Centro-Oeste e Metropolitana, onde não foram registradas respostas que apontem tempo gasto superior a 30 minutos.



1. Metropolitana
2. Central Serrana
3. Sudoeste Serrana
4. Litoral Sul
5. Central Sul
6. Caparaó
7. Rio Doce
8. Centro-Oeste
9. Nordeste
10. Noroeste



CAMINHOS PARA O FUTURO

“O futuro não é um lugar onde estamos indo, mas um lugar que estamos criando.”

Antoine de Saint-Exupéry

Criado em 2004, o Programa Caminhos do Campo, do Governo do Estado do Espírito Santo, exerce um papel crucial na conformação da paisagem cultural capixaba, no desenvolvimento do agroturismo e no avanço da qualidade de vida da população residente no campo.

O Instituto Jones dos Santos Neves, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo, a pedido da Secretaria de Estado de Agricultura e da Secretaria de Estado de Turismo, desenvolveu um estudo voltado para a avaliação dos resultados das pavimentações e adequações das estradas rurais capixabas. Este livro é um dos produtos deste levantamento.

Uma pesquisa robusta e inovadora que ouviu quase duas mil pessoas beneficiadas pelos 124 trechos pavimentados. Segundo elas, o “Caminhos do Campo” desempenha importante papel que vai além de adequar e revestir estradas rurais no Espírito Santo, priorizando as áreas de maior concentração de agricultura familiar. A implantação do programa resultou em melhorias do escoamento da produção, além de facilitar a mobilidade nas comunidades, aumentar o fluxo de visitantes no meio rural e colaborar com o desenvolvimento do turismo.

O estudo contou com a colaboração de 15 bolsistas compreendendo quase três mil pontos de interesse (entre pontos

turísticos, hotéis, pousadas e comércio), e possui um banco de dados extenso, incluindo o espetacular acervo fotográfico composto por mais de doze mil fotos em meio digital a serem disponibilizadas.

A pesquisa inclui levantamento tanto em estradas atendidas pelo “Caminhos do Campo”, quanto em um conjunto de estradas não contempladas até o momento. Para percorrer todos os trechos de estrada desta pesquisa, os bolsistas de campo somaram mais de 40.000 km de deslocamento. Tanto esforço se justifica: os dados coletados permitirão uma rigorosa comparação entre as estradas atendidas, pelo programa com as que não são atendidas no que se refere à produtividade e à diversidade de produção agrícola, de serviços comerciais, de turismo e de mobilidade, entre outras análises.

Assim, será possível a construção de evidências para o constante aprimoramento das políticas públicas no campo da agricultura e do turismo. A Pesquisa intitulada “Avaliação Caminhos do Campo” inaugura um dos primeiros estudos que precede o Sistema de Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas do Espírito Santo, implementado de forma pioneira no Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade do gasto público e de avançar nos resultados das políticas públicas do Governo do Estado do Espírito Santo. São caminhos para o futuro.

Gabriela Lacerda

Presidente do Instituto Jones dos Santos Neves

REFERÊNCIAS

DAEMON, Basílio. Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves. 2.ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. – (Coleção Canaã, v.12). p. 13-103.

DERENZI, Luiz Serafim. Os italianos no Estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. Reprodução autorizada pela família Avancini Derenzi. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br/2016/01/os-italianos-no-estado-do-espírito-santo.html>>. Acesso em: 1 jul. 2017.

FRANCESCHETTO, Cilmar. Italianos: base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. — Organizado por Agostino Lazzaro. — Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. – (Coleção Canaã; v. 20: Imigrantes Espírito Santo; v.1). Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/colecao-canaa>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. 3 ed. - Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. – (Coleção Canaã, v.8). Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Livro_Historia_ES.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2017. p.1-247.

SEIDE, Frederico Herdmann. Colonização alemã no Espírito Santo. Vitória, 1980. Texto inédito. Reprodução autorizada pelo autor. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br/2016/01/colonizacao-alema-no-espírito-santo.html>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

CARIACICA

CONHEÇA CARIACICA. Prefeitura de Cariacica. Disponível em: <<http://www.cariacica.es.gov.br/turismo/conheca-cariacica/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

IBGE Cidades - Cariacica: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/cariacica/historico>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE CARIACICA. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Cariacica.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - Cariacica. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro_cerrano/Cariacica.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

FUNDÃO

HISTÓRIA FUNDÃO. Prefeitura de Fundão. Disponível em: <<http://www.fundao.es.gov.br/exibir.aspx?pag=historia>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

IBGE Cidades - Fundão: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/fundao/historico>>. Acesso em 11 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE FUNDÃO. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Fund%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - FUNDÃO. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro_cerrano/Fundao.pdf>. Acesso em 11 jul. 2017.

GUARAPARI

CONHEÇA GUARAPARI. Prefeitura de Guarapari. Disponível em: <<http://www.guarapari.es.gov.br/portal/index.php/turismo/conheca-guarapari>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

IBGE Cidades - Guarapari: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/guarapari/historico>>. Acesso em 12 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Guarapari.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - GUARAPARI. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro_cerrano/Guarapari.pdf>. Acesso em 12 jul. 2017.

VIANA

A CIDADE. Prefeitura de Viana. Disponível em: <<http://www.viana.es.gov.br/site/pagina/a-cidade>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

IBGE Cidades - Guarapari: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/viana/historico>>. Acesso em 13 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE VIANA. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Viana.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - VIANA. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro_cerrano/Viana.pdf>. Acesso em 13 jul. 2017.

ITAGUAÇU

HISTORIA. Prefeitura de Itaguaçu. Disponível em: <<http://www.itaguacu.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia/6495>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

IBGE Cidades - Itaguaçu: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/itaguacu/historico>>. Acesso em 14 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Itagua%C3%A7u.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - ITAGUAÇU. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Noroeste/Itaguacu.pdf>>. Acesso em 14 jul. 2017.

ITARANA

HISTORIA DE ITARANA. Prefeitura de Itarana. Disponível em: <<https://www.itarana.es.gov.br/portal/historia-de-itarana>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

IBGE Cidades - Itarana: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/itarana/historico>>. Acesso em 15 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE ITARANA. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Itarana.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - ITARANA. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Noroeste/Itarana.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2017.

SANTA LEOPOLDINA

HISTORIA. Prefeitura de Santa Leopoldina. Disponível em: <<http://www.santaleopoldina.es.gov.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

IBGE Cidades - Santa Leopoldina: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-leopoldina/historico>>. Acesso em 16 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Santa%20Leopoldina.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - SANTA LEOPOLDINA. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro_cerrano/Santa_Leopoldina.pdf>. Acesso em 16 jul. 2017.

SANTA MARIA DE JETIBÁ

O MUNICÍPIO. Prefeitura de Santa Maria de Jetibá. Disponível em: <<http://www.pmsmj.es.gov.br/portal/o-municipio/>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

IBGE Cidades - Santa Maria de Jetibá: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-maria-de-jetiba/historico>>. Acesso em 17 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Santa%20Maria%20de%20Jetib%C3%A1.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - SANTA MARIA DE JETIBÁ. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro_cerrano/Santa_Maria.pdf>. Acesso em 17 jul. 2017.

SANTA TERESA

HISTÓRIA. Prefeitura de Santa Teresa. Disponível em: <<http://santateresa.es.gov.br/pagina/5/historia.html>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

IBGE Cidades - Santa Teresa: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-teresa/historico>>. Acesso em 18 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE SANTA TERESA. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Santa%20Teresa.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - SANTA TERESA. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Noroeste/Santa_Teresa.pdf>. Acesso em 18 jul. 2017.

AFONSO CLÁUDIO

HISTÓRIA. Prefeitura de Afonso Cláudio. Disponível em: <<http://www.afonsoclaudio.es.gov.br/site/index.php/municipio/historia>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

IBGE Cidades - Afonso Cláudio: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/afonso-claudio/historico>>. Acesso em 19 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Afonso%20Cl%C3%A1udio.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - AFONSO CLÁUDIO. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro_cerrano/Afonso_claudio.pdf>. Acesso em 19 jul. 2017.

BREJETUBA

HISTÓRIA. Prefeitura de Brejetuba. Disponível em: <<http://www.brejetuba.es.gov.br/pagina/ler/1000/historia>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

IBGE Cidades - Brejetuba: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/brejetuba/historico>>. Acesso em 20 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE BREJETUBA. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Brejetuba.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - BREJETUBA. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro_cerrano/Brejetuba.pdf>. Acesso em 20 jul. 2017.

CONCEIÇÃO DO CASTELO

HISTÓRIA. Prefeitura de Conceição do Castelo. Disponível em: <<http://www.conceicaodocastelo.es.gov.br/default.asp#1>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

IBGE Cidades - Conceição do Castelo: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/conceicao-do-castelo/historico>>. Acesso em 21 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Concei%C3%A7%C3%A3o%20do%20Castelo.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - CONCEIÇÃO DO CASTELO. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro_cerrano/Conceicao_do_Castelo.pdf>. Acesso em 21 jul. 2017.

DOMINGOS MARTINS

HISTÓRIA - IMIGRAÇÃO. Prefeitura de Domingos Martins. Disponível em: <<http://www.domingosmartins.es.gov.br/conheca-domingos-martins/historia/imigracao.html>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

IBGE Cidades - Domingos Martins: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/domingos-martins/historico>>. Acesso em 22 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Domingos%20Martins.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - DOMINGOS MARTINS. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro_cerrano/Domingos_Martins.pdf>. Acesso em 22 jul. 2017.

MARECHAL FLORIANO

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO. Prefeitura de Marechal Floriano. Disponível em: <<http://www.marechalfloriano.es.gov.br/o-municipio/historia-do-municipio/>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

IBGE Cidades - Marechal Floriano: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/marechal-floriano/historico>>. Acesso em 23 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE MARECHAL FLORIANO. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Marechal%20Floriano.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - MARECHAL FLORIANO. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro_cerrano/Marechal_Floriano.pdf>. Acesso em 23 jul. 2017.

ALFREDO CHAVES

HISTÓRIA. Prefeitura de Alfredo Chaves. Disponível em: <<http://www.alfredochaves.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia/6497>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

IBGE Cidades - Alfredo Chaves: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/alfredo-chaves/historico>>. Acesso em 24 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - ALFREDO CHAVES. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro_cerrano/Alfredo_Chaves.pdf>. Acesso em 24 jul. 2017.

ANCHIETA

HISTÓRIA E PERFIL DE ANCHIETA. Prefeitura de Anchieta. Disponível em: <<http://www.anchieta.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia-e-perfil-de-anchieta/6495>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

IBGE Cidades - Anchieta: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/anchieta/historico>>. Acesso em 25 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Anchieta.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - ANCHIETA. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro_cerrano/Anchieta.pdf>. Acesso em 25 jul. 2017.

ITAPEMIRIM

HISTÓRIA. Prefeitura de Itapemirim. Disponível em: <<http://www.itapemirim.es.gov.br/exibir.aspx?pag=historia>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

IBGE Cidades - Itapemirim: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/itapemirim/historico>>. Acesso em 26 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Itapemirim.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - ITAPEMIRIM. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Itapemirim.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2017.

RIO NOVO DO SUL

HISTÓRIA. Prefeitura de Rio Novo do Sul. Disponível em: <<http://www.rionovodosul.es.gov.br/pagina/ler/1000/historia>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

IBGE Cidades - Rio Novo do Sul: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/rio-novo-do-sul/historico>>. Acesso em 27 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Rio%20Novo%20do%20Sul.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - RIO NOVO DO SUL. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Rio_Novo_do_Sul.pdf>. Acesso em 27 jul. 2017.

APIACÁ

HISTÓRIA. Prefeitura de Apiacá. Disponível em: <<http://www.apiaca.es.gov.br/site/pagina/historia/24/2>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

IBGE Cidades - Apiacá: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/apiaca/historico>>. Acesso em 28 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE APIACÁ. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Apiac%C3%A1.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - APIACÁ. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Apiaca.pdf>>. Acesso em 28 jul. 2017.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

HISTÓRIA DA CIDADE. Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim. Disponível em: <http://www.cachoeiro.es.gov.br/site1.php?pag_a=CIDADE&id1=4HISTOR>. Acesso em: 29 jul. 2017.

IBGE Cidades - Cachoeiro de Itapemirim: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/cachoeiro-de-itapemirim/historico>>. Acesso em 29 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Cachoeiro.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Cachoeiro.pdf>>. Acesso em 29 jul. 2017.

CASTELO

HISTÓRIA. Prefeitura de Castelo. Disponível em: <<http://www.castelo.es.gov.br/castelo/historia.asp>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

IBGE Cidades - Castelo: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/castelo/historico>>. Acesso em 30 jul. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE CASTELO. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Castelo.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - CASTELO. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Castelo.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2017.

JERÔNIMO MONTEIRO

IBGE Cidades - Jerônimo Monteiro: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/jeronimo-monteiro/historico>>. Acesso em 31 jul. 2017.

PROATER 2011-2013 - JERÔNIMO MONTEIRO. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Jeronimo_Monteiro.pdf>. Acesso em 31 jul. 2017.

MIMOSO DO SUL

HISTÓRIA. Prefeitura de Mimoso do Sul. Disponível em: <<http://mimosodosul.es.gov.br/Home/historia/>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

IBGE Cidades - Mimoso do Sul: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/mimoso-do-sul/historico>>. Acesso em 1 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE MIMOSO DO SUL. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Mimoso%20do%20Sul.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - MIMOSO DO SUL. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Mimoso.pdf>>. Acesso em 1 ago. 2017.

VARGEM ALTA

PERFIL HISTÓRICO. Prefeitura de Vargem Alta. Disponível em: <http://www.vargemalta.es.gov.br/pagina/ler/1002/perfil_historico>. Acesso em: 2 ago. 2017.

IBGE Cidades - Vargem Alta: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vargem-alta/historico>>. Acesso em 2 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Vargem%20Alta.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - VARGEM ALTA. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Vargem_Alta.pdf>. Acesso em 2 ago. 2017.

ALEGRE

HISTÓRIA E LENDA. Prefeitura de Alegre. Disponível em: <<http://alegre.es.gov.br/site/index.php/a-cidade/historia/historia-e-lerenda>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

IBGE Cidades - Alegre: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/alegre/historico>>. Acesso em 3 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Alegre.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - ALEGRE. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Alegre.pdf>>. Acesso em 3 ago. 2017.

BOM JESUS DO NORTE

IBGE Cidades - Bom Jesus do Norte: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/bom-jesus-do-norte/historico>>. Acesso em 4 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Bom%20Jesus%20do%20Norte.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - BOM JESUS DO NORTE. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Bom_Jesus.pdf>. Acesso em 4 ago. 2017.

DIVINO DE SÃO LOURENÇO

HISTÓRIA. Prefeitura de Divino de São Lourenço. Disponível em: <<https://dslourenco.es.gov.br/Historia>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

IBGE Cidades - Divino de São Lourenço: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/divino-de-sao-lourenco/historico>>. Acesso em 5 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE DIVINO DE SÃO LOURENÇO. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Divino%20de%20S%C3%A3o%20Louren%C3%A7o.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - DIVINO DE SÃO LOURENÇO. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/divino_de_sao_lourenco.pdf>. Acesso em 5 ago. 2017.

DORES DO RIO PRETO

HISTÓRIA. Prefeitura de Dores do Rio Preto. Disponível em: <<http://www.pmdrp.es.gov.br/institucional/historia>>. Acesso em: 6 ago. 2017.

IBGE Cidades - Dores do Rio Preto: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/dores-do-rio-preto/historico>>. Acesso em 6 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE DORES DO RIO PRETO. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Dores%20do%20Rio%20Preto.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - DORES DO RIO PRETO. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Dores_do_Rio_Preto.pdf>. Acesso em 6 ago. 2017.

GUAÇUÍ

HISTÓRIA. Câmara Municipal de Guaçuí. Disponível em: <<http://www.cmguacui.es.gov.br/pagina/ler/1000/historia>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

IBGE Cidades - Guaçuí: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/guacui/historico>>. Acesso em 7 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Gua%C3%A7u%C3%AD.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - GUAÇUÍ. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Guacui.pdf>>. Acesso em 7 ago. 2017.

IBATIBA

HISTÓRIA. Prefeitura de Ibatiba. Disponível em: <<https://muni07.es.gov.br/historia>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

IBGE Cidades - Ibatiba: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/ibatiba/historico>>. Acesso em 8 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE IBATIBA. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Ibatiba.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - IBATIBA. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Ibatiba.pdf>>. Acesso em 8 ago. 2017.

IBITIRAMA

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO. Prefeitura de Ibitirama. Disponível em: <<http://www.ibitirama.es.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 9 ago. 2017.

IBGE Cidades - Ibitirama: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/ibitirama/historico>>. Acesso em 9 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE IBITIRAMA. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Ibitirama.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - IBITIRAMA. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Ibitirama.pdf>>. Acesso em 9 ago. 2017.

IRUPI

MUNICÍPIO. Prefeitura de Irupi. Disponível em: <<http://www.irupi.es.gov.br/2015/municipio.asp>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

IBGE Cidades - Irupi: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/irupi/historico>>. Acesso em 10 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE IRUPI. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Irupi.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - IRUPI. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Irupi.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2017.

IÚNA

TERRITÓRIO. Prefeitura de Iúna. Disponível em: <<http://www.iuna.es.gov.br/territorio.html>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

IBGE Cidades - Iúna: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/iuna/historico>>. Acesso em 11 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE IÚNA. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/I%C3%BAAna.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - IÚNA. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/luna.pdf>>. Acesso em 11 ago. 2017.

MUNIZ FREIRE

HISTÓRIA. Prefeitura de Muniz Freire. Disponível em: <<http://munizfreire.es.gov.br/portal/index.php/municipio/historia>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

IBGE Cidades - Muniz Freire: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/muniz-freire/historico>>. Acesso em 12 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Muniz%20Freire.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - MUNIZ FREIRE. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Muniz_Freire.pdf>. Acesso em 12 ago. 2017.

ARACRUZ

CONHEÇA ARACRUZ. Prefeitura de Aracruz. Disponível em: <<http://www.aracruz.es.gov.br/turismo/conheca/>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

IBGE Cidades - Aracruz: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/aracruz/historico>>. Acesso em 13 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Aracruz.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - ARACRUZ. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Nordeste/Aracruz.pdf>>. Acesso em 13 ago. 2017.

IBIRAÇU

HISTÓRICO. Prefeitura de Ibiracu. Disponível em: <<http://www.ibiracu.es.gov.br/pagina/ler/1000/historico>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

IBGE Cidades - Ibiracu: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/ibiracu/historico>>. Acesso em 14 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE IBIRAÇU. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Ibira%C3%A7u.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - IBIRAÇU. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Nordeste/Ibiracu.pdf>>. Acesso em 14 ago. 2017.

JOÃO NEIVA

MUNICÍPIO - HISTÓRIA. Prefeitura de João Neiva. Disponível em: <<https://www.jooneiva.es.gov.br/o&s ubfrom=MUNIC%C3%8DPIO&pagina=05e735a3b2>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

IBGE Cidades - João Neiva: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/joao-neiva/historico>>. Acesso em 15 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - JOÃO NEIVA. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Nordeste/Joao_Neiva.pdf>. Acesso em 15 ago. 2017.

LINHARES

HISTÓRIA. Prefeitura de Linhares. Disponível em: <<http://www.linhares.es.gov.br/Cidade/Historia.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

IBGE Cidades - Linhares: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/linhares/historico>>. Acesso em 16 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE LINHARES. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Linhares.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - LINHARES. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Nordeste/Linhares.pdf>>. Acesso em 16 ago. 2017.

RIO BANANAL

HISTÓRICO DO MUNICÍPIO. Prefeitura de Rio Bananal. Disponível em: <<http://www.riobananal.es.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

IBGE Cidades - Rio Bananal: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/rio-bananal/historico>>. Acesso em 17 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - RIO BANANAL. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Nordeste/Rio_Bananal.pdf>. Acesso em 17 ago. 2017.

SOORETAMA

HISTÓRIA. Prefeitura de Sooretama. Disponível em: <<http://www.sooretama.es.gov.br/pagina/ler/1000/historia>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

IBGE Cidades - Sooretama: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/sooretama/historico>>. Acesso em 18 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE SOORETAMA. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Sooretama.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - SOORETAMA. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Nordeste/Sooretama.pdf>>. Acesso em 18 ago. 2017.

ALTO RIO NOVO

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO. Prefeitura de Alto Rio Novo. Disponível em: <<http://www.altorionovo.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia-do-municipio/6497>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

IBGE Cidades - Alto Rio Novo: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/alto-rio-novo/historico>>. Acesso em 19 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - ALTO RIO NOVO. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Noroeste/Alto_Rio_Novo.pdf>. Acesso em 19 ago. 2017.

COLATINA

HISTÓRIA. Prefeitura de Colatina. Disponível em: <<http://www.colatina.es.gov.br/acidade/?pagina=historia>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

IBGE Cidades - Colatina: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/colatina/historico>>. Acesso em 20 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE COLATINA. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Colatina.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - COLATINA. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Noroeste/Colatina.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2017.

MARILÂNDIA

SOBRE MARILÂNDIA. Prefeitura de Marilândia. Disponível em: <<http://marilandia.es.gov.br/v1/sobre-marilandia/>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

IBGE Cidades - Marilândia: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/marilandia/historico>>. Acesso em 21 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - MARILÂNDIA. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Noroeste/Marilandia.pdf>>. Acesso em 21 ago. 2017.

PANCAS

HISTÓRIA. Prefeitura de Pancas. Disponível em: <<http://www.colatina.es.gov.br/acidade/?pagina=historia>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

IBGE Cidades - Pancas: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/pancas/historico>>. Acesso em 22 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE PANCAS. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Pancas.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - PANCAS. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Noroeste/Pancas.pdf>>. Acesso em 22 ago. 2017.

SÃO DOMINGOS DO NORTE

PERFIL HISTÓRICO. Prefeitura de São Domingos do Norte. Disponível em: <http://www.saodomingosdonorte.es.gov.br/pagina/ler/1002/perfil_historico>. Acesso em: 23 ago. 2017.

IBGE Cidades - São Domingos do Norte: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/sao-domingos-do-norte/historico>>. Acesso em 23 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - SÃO DOMINGOS DO NORTE. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Noroeste/Sao_Domingos_Norte.pdf>. Acesso em 23 ago. 2017.

SÃO GABRIEL DA PALHA

QUEM SOMOS. Prefeitura de São Gabriel da Palha. Disponível em: <<https://saogabriel.es.gov.br/quem-somos>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

IBGE Cidades - São Gabriel da Palha: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/sao-gabriel-da-palha/historico>>. Acesso em 24 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - SÃO GABRIEL DA PALHA. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Noroeste/Sao_Gabriel.pdf>. Acesso em 24 ago. 2017.

VILA VALÉRIO

HISTÓRIA. Prefeitura de Vila Valério. Disponível em: <<http://www.vilavalerio.es.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

IBGE Cidades - Vila Valério: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vila-valerio/historico>>. Acesso em 25 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - VILA VALÉRIO. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Noroeste/Vila_Valerio.pdf>. Acesso em 25 ago. 2017.

BOA ESPERANÇA

HISTÓRIA. Prefeitura de Boa Esperança. Disponível em: <<http://www.boaesperanca.es.gov.br/exibir.aspx?pag=historia>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

IBGE Cidades - Boa Esperança: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/boa-esperanca/historico>>. Acesso em 26 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - BOA ESPERANÇA. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Nordeste/Boa_Esperanca.pdf>. Acesso em 26 ago. 2017.

JAGUARÉ

IBGE Cidades - JAGUARÉ: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/jaguare/historico>>. Acesso em 27 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE JAGUARÉ. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Jaguar%C3%A9.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - JAGUARÉ. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Nordeste/Jaguare.pdf>>. Acesso em 27 ago. 2017.

MUCURICI

IBGE Cidades - Mucurici: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/mucurici/historico>>. Acesso em 28 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - MUCURICI. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Nordeste/Mucurici.pdf>>. Acesso em 28 ago. 2017.

PONTO BELO

HISTÓRIA. Prefeitura de Ponto Belo. Disponível em: <<http://pontobelo.es.gov.br/municipio/historia/>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

IBGE Cidades - Ponto Belo: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/ponto-belo/historico>>. Acesso em 29 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - PONTO BELO. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Nordeste/Ponto_Belo.pdf>. Acesso em 29 ago. 2017.

ECOPORANGA

HISTÓRIA. Câmara Municipal de Ecoporanga. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Noroeste/Ecoporanga.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

IBGE Cidades - Ecoporanga: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/ecoporanga/historico>>. Acesso em 30 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - ECOPORANGA. Incaper. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Noroeste/Ecoporanga.pdf>>. Acesso em 30 ago. 2017.

NOVA VENÉCIA

HISTÓRIA. Câmara Municipal de Nova Venécia. Disponível em: <<http://www.cmnv.es.gov.br/pagina/ler/1000/historia>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

IBGE Cidades - Nova Venécia: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/nova-venecia/historico>>. Acesso em 31 ago. 2017.

INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA. Setur/ES. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Nova%20Ven%C3%A9cia.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

PROATER 2011-2013 - NOVA VENÉCIA. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Noroeste/Nova_Venecia.pdf>. Acesso em 31 ago. 2017.

VILA PAVÃO

HISTÓRIA. Prefeitura de Vila Pavão. Disponível em: <<http://www.vilapavao.es.gov.br/historia/>>. Acesso em: 1 set. 2017.

IBGE Cidades - Vila Pavão: Histórico & Fotos. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vila-pavao/historico>>. Acesso em 1 set. 2017.

PROATER 2011-2013 - VILA PAVÃO. Incaper. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Noroeste/Vila_Pavao.pdf>. Acesso em 1 set. 2017.



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

